

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“EMOÇÃO E COGNIÇÃO”**  
QUESTÕES A PARTIR DE DUAS PERSPECTIVAS

**MAURÍCIO CANTON BASTOS**

FGV/ISOP/CPGP  
Praia de Botafogo, 190  
Rio de Janeiro - Brasil

T/ISOP  
B327e

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“EMOÇÃO E COGNIÇÃO”**  
**QUESTÕES A PARTIR DE DUAS PERSPECTIVAS**

**POR**  
**MAURÍCIO CANTON BASTOS**

**DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE**

**MESTRE EM PSICOLOGIA**

**RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1991**

## **AGRADECIMENTOS**

**AO PROFESSOR ANTÔNIO GOMES PENNA, POR SUA ORIENTAÇÃO.  
A TODOS QUE DIRETA OU INDIRETAMENTE COLABORARAM PARA A REALIZAÇÃO DESTES  
TRABALHOS.**

# **SUMÁRIO**

## **1 - INTRODUÇÃO**

## **2 - HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE COGNIÇÃO E EMOÇÃO**

### **2.1 - A RELAÇÃO COGNIÇÃO-EMOÇÃO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO**

### **2.2 - A RELAÇÃO COGNIÇÃO-EMOÇÃO NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

## **3 - A POSIÇÃO COGNITIVISTA**

### **3.1 - CARACTERIZAÇÃO**

### **3.2 - A ABORDAGEM DA EMOÇÃO**

## **4 - O MODELO “SISTEMA-RESPOSTA” DE R. LAZARUS**

### **4.1 - ARCABOUÇO TEÓRICO**

#### **4.1.1 - VARIÁVEIS DE “INPUT”**

##### **4.1.1.1 - PROPRIEDADES INTRÍNSECAS**

##### **4.1.1.2 - PROPRIEDADES EXTRÍNSECAS**

##### **4.1.1.3 - PROPRIEDADES DE RESPOSTA-DETERMINADA**

#### **4.1.2 - SUBSISTEMA AVALIADOR**

##### **4.1.2.1 - MECANISMOS DE RESPOSTA DO EGO**

##### **4.1.2.2 - TENDÊNCIAS DE AÇÃO DIRETA**

##### **4.1.2.3 - “COPING” SEM AFETO**

#### **4.1.3 - VARIÁVEIS DE “OUTPUT”**

##### **4.1.3.1 - REAÇÕES COGNITIVAS**

##### **4.1.3.2 - REAÇÕES EXPRESSIVAS**

##### **4.1.3.3 - REAÇÕES INSTRUMENTAIS**

## **4.2 - COMENTÁRIOS ADICIONAIS**

### **4.2.1 - A RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DE “INPUT” E PROCESSO AVALIATIVO**

### **4.2.2 - FATORES DE PERSONALIDADE**

### **4.2.3 - PROCESSOS DE “COPING” E SUBSISTEMA AVALIADOR**

## **5 - A POSIÇÃO DA PSICOTERAPIA COMPORTAMENTAL**

### **5.1 - CARACTERIZAÇÃO**

### **5.2 - A INCORPORAÇÃO DA COGNIÇÃO PELA PSICOTERAPIA COMPORTAMENTAL**

### **5.3 - O MODELO COMPORTAMENTAL DA COGNIÇÃO**

#### **5.3.1 - O MODELO DE J. WOLPE**

#### **5.3.2 - O MODELO DE P. J. LANG**

## **6 - O MODELO COMPORTAMENTAL-COGNITIVISTA**

### **6.1 - CARACTERIZAÇÃO**

### **6.2 - A POSIÇÃO DE A. BANDURA**

### **6.3 - A POSIÇÃO DE D. MEICHENBAUM**

### **6.4 - A POSIÇÃO DE A.T. BECK**

**6.5 - UMA SOLUÇÃO COGNITIVISTA: PYLYSHYN E A REPRESENTAÇÃO PROPOSICIONAL**

**6.6 - A PERSPECTIVA BIO-INFORMACIONAL DA IMAGEM EMOCIONAL E O PROCESSAMENTO DA EMOÇÃO**

**7 - COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM COMPORTAMENTAL-COGNITIVISTA DA EMOÇÃO E A ABORDAGEM TÍPICAMENTE COGNITIVISTA.**

**8 - UMA DISCUSSÃO SOBRE A NOÇÃO DE SIGNIFICADO E SUA RELAÇÃO COM O SÍMBOLO E COM O PENSAMENTO**

**9 - O SIGNIFICADO DENTRO DA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL-COGNITIVISTA**

**10 - O CONCEITO DE PROPOSIÇÃO DENTRO DA LÓGICA FORMAL**

**11 - A ESTRUTURA PROPOSICIONAL E SUA RELAÇÃO COM O SIGNIFICADO E COM O COMPORTAMENTO.**

**12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**13 - BIBLIOGRAFIA**

# 1 INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho começou a se configurar desde o início de meu contacto com a clínica psicoterápica comportamental. Na época, recém-formado, vinha já com uma bagagem cognitivista que se constituía na monografia apresentada ao final de minha formação de psicólogo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O tema era então sobre uma perspectiva cognitivista da emoção, e abrangia o trabalho de Lazarus e colaboradores (Averill, Opton e Lazarus, 1969) sobre o Sistema de Resposta Emocional, modelo que entendia a emoção como um sistema operando através de processos interrelacionados que, funcionando em concerto, produziria respostas distinguindo o fenômeno emocional de outros fenômenos psicológicos.

No contacto com a clínica comportamental, chamou-me atenção o modelo que a psicoterapia comportamental aplicava na abordagem dos diversos problemas emocionais que então surgiam, tais como nas fobias e nos distúrbios obsessivos-compulsivos. No lidar com tais queixas, a análise comportamental concedia especial atenção a três sistemas de respostas passíveis de observação direta: respostas motoras, autonômicas e de relato verbal. A interação de tais sistemas, as consequências produzidas por sua ação sobre o meio, o “background” de crenças e experiências passadas do indivíduo, forneciam os dados necessários para o entendimento e abordagem da problemática do paciente.

A forma com que os diversos autores da clínica comportamental entendiam a ação dos três sistemas de resposta não era consensual. Alguns, como Wolpe (1985), equiparavam sua importância e supunham uma igualdade de influência das leis da aprendizagem sobre qualquer um dos sistemas. Outros, como os que se dizem comportamental-cognitivistas, elegiam alguma forma subjacente de estrutura cognitiva que seria alvo de modificação pela ação sobre os diversos sistemas de resposta. Assim, o relato verbal, que para alguns representava uma resposta de importância equivalente às respostas autonômicas ou motoras, nada existindo além disto, para outros poderia também representar a expressão de uma estrutura cognitiva subjacente constituída de crenças, expectativas e outras entidades mentais.

Ao me dar conta da celeuma em que se encontrava o campo de fundamentação da clínica a que eu me propunha, resolvi então estudar com maior profundidade tais questões, comparando abordagens, dissecando conceitos e aprofundando as implicações de cada

caminho tomado. É esta a proposta deste trabalho: levantar questões a partir do que está sendo feito e dito no campo das psicoterapias comportamental e comportamental-cognitivista, à luz do movimento cognitivista, esperando, com isso, contribuir um pouco mais para a fundamentação da prática psicoterápica.

## **2 HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE COGNIÇÃO E EMOÇÃO**

Este tópico se desenvolve destacando dois aspectos: a marcante divisão entre processos cognitivos e afetivos (cujas raízes remontam ao pensamento grego antigo), e a alternância do foco principal de atenção entre o papel cognitivo desempenhado pela emoção e a abordagem “cognitivista” do fenômeno emocional.

A divisão entre fenômenos cognitivos e emocionais do ponto de vista histórico, se revela, inicialmente, como uma preocupação predominante com a disputa do “status” de principal determinante do comportamento humano. Independente da hierarquia dominante nas fases de evolução desta disputa, cognição e emoção foram freqüentemente vistos como entidades distintas pertencentes a universos distintos: o mental e o corporal (ou material). As tentativas de abordar o mundo mental incorporando-o ao universo material foram realizadas, na maioria, dentro de perspectivas mecanicistas que restringiram o universo mental ao estudo do funcionamento cerebral, deixando de lado inúmeros fenômenos subjetivos inalcançáveis pela abordagem mecanicista aplicada ao estudo do cérebro.

A relevância do papel cognitivo da emoção desenvolveu-se, inicialmente, sem ameaças à distinção de universos ou ao privilégio do desejo como principal determinante da vida psíquica, orientando o discurso mental na busca de metas almejadas. Com a emergência da posição cognitivista no século atual, busca-se a reintegração da razão ao corpo numa tentativa de superação da divisão entre os universos mental e corporal, invertendo-se a posição clássica do desejo enquanto determinante da vida psíquica. A abordagem do desejo focaliza-se, agora, em seu caráter de estrutura cognitiva, sempre vinculado a um processo avaliativo. Os motivos orientadores do comportamento e, particularmente, do discurso mental, devem estar em íntima relação com a avaliação cognitiva, indispensável para a elaboração de seus significados.

Tentaremos apresentar, de maneira sumária, um apanhado histórico da interação entre processos cognitivos e afetivos, de forma a tornar claros os aspectos agora introduzidos. Discutiremos a evolução da relação cognição-afeto no âmbito da história do pensamento em geral, e da história da psicologia em particular. Tomaremos como ponto de partida o pensamento grego antigo, apoiados na bela exposição de Rouanet (1987) sobre o tema das interferências afetivas na consciência. No desenrolar deste empreendimento,

enriqueceremos nossa discussão com a contribuição valiosa de outros autores (Penna, A. G.; Bolles, R. C.; Popper, K. R. etc).

## **2.1 A RELAÇÃO COGNIÇÃO-EMOÇÃO NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO**

No pensamento grego antigo, a relação dos fatores afetivos com a consciência era investigada basicamente quanto ao aspecto da interferência. Na interação com as faculdades superiores, os fatores afetivos atuavam interferindo em sua organização interna, perturbando o trabalho da razão e a autonomia da vontade. Tal influência perturbadora poderia, entretanto, ser removida pela própria razão, em cumprimento de sua função reguladora.

A divisão dos universos mental e corporal implícita na questão da interferência afetiva, teve em Platão um de seus maiores protagonistas. Representando a alma como um conjunto de faculdades hierarquizadas, Platão elegeu a razão como instância soberana responsável pelo comando da vontade e do apetite (testemunho da intervenção das funções inferiores). A hegemonia da razão poderia, entretanto, ser anulada em certas circunstâncias, perdendo seu poder de controle devido à influência de desejos inferiores sobre a vontade. As paixões, livres para agir, estariam aptas a interferir no julgamento impossibilitando a “contemplação das essências” (saber teórico) e a formulação de “opiniões justas” (saber prático).

Uma implicação resultante das posições que defendem a concepção de uma “razão pura” em interação com o desejo, como em Platão, foi bem assinalada por Penna (1984:21). Tais perspectivas, na premência da busca ao “conhecimento puro”, neutro e objetivo, viram-se impelidas a adotar uma abordagem que concedesse à razão a condição de instrumento desvinculável do corpo. Popper (1974) ajuda-nos a ilustrar este ponto acrescentando que a busca de Platão pelo “conhecimento puro”, ao contrário da “opinião”, dizia respeito ao conhecimento de um mundo imutável, o “mundo das coisas perfeitas”, das “Formas ou Idéias”, imperceptíveis aos sentidos, já que não habitariam espaço e tempo, mas passíveis de se contemplar pelo “conhecimento puro”. As “formas ou idéias” representariam a fonte do conhecimento puro e racional, originais que serviriam de modelo progenitor para as “coisas sensíveis”, perceptíveis aos sentidos e, por isso, possíveis de se apreender pela opinião.

Compreendemos, a partir do exposto, a importância de um ponto de vista que preservasse a razão desvinculada do mundo sensível e material (corporal), permitindo, com isso, o acesso às “Formas e Idéias” inatingíveis pelos instrumentos corporais disponíveis a serviço da percepção. Lazarus e Folkman (1986), com apoio em Averill (1974), salientaram que a tendência a derivar o conhecimento de uma realidade desvinculada do mundo sensível, somente apreensível pela contemplação, como em Platão, ou pela razão enquanto iluminada por Deus, como em Santo Agostinho, representou uma das raízes da separação entre pensamentos e sentimentos e da tendência ao estudo das emoções como fenômenos restritos aos centros cerebrais inferiores. Observaremos, posteriormente, que a posição cognitivista, ao desenvolver-se de forma revolucionária no século atual, fundamenta-se numa visão da relação entre cognição e pensamento antagônica à posição tradicional até então vigente, entendendo a questão da supremacia entre processos emocionais e cognitivos como uma discussão estéril construída sobre a adoção de erros conceituais fundamentais.

Prosseguindo no pensamento antigo, observamos a persistência da tendência em considerar a relação entre a razão e as paixões unicamente sob o aspecto da interferência. Em Aristóteles, por exemplo, destaca-se a preocupação básica em impedir a interferência das paixões sobre a “razão prática”, o julgamento do que deve ser feito. As paixões extremas, em Aristóteles, não poderiam destruir qualquer julgamento, tal como o de um triângulo ter ou não ângulos retos, mas poderiam interferir no discernimento das causas das coisas que devem ser feitas, na escolha dos fins visados. A hegemonia da razão permanece preservada, entretanto, na medida que o homem mantém a capacidade de impedir a perturbação de transformar-se em desqualificação cognitiva permanente.

Com os Estóicos, Rouanet lembra-nos de uma concepção ainda mais radical. Aqui, a razão é mais do que uma faculdade apontando ao desejo os fins que deve visar. É também a sede do conhecimento e da recusa do consentimento à realização do desejo.

Na evolução do pensamento medieval, a questão da interferência afetiva insere-se no contexto da controvérsia entre o “*voluntarismo*” e o “*intelectualismo-tomista*”.

No “voluntarismo”, representado principalmente por Santo Agostinho, a vontade cumpre o papel principal no processo cognitivo, adquirindo a responsabilidade pela movimentação do pensamento, determinando os fins e a direção da atividade mental. A

interferência afetiva é concebida no âmbito do funcionamento da vontade, prejudicando sua atividade de ordenamento e modulação das percepções.

No “tomismo”, por outro lado, ressalta-se o papel da inteligência na formação do conhecimento. A vontade, apesar de responsável pela movimentação do processo cogitativo, não participaria na produção do conhecimento, pois a inteligência assumiria a função de indicar à vontade os fins a serem visados. Agora, a interferência afetiva revela-se sobre a inteligência, prejudicando sua função de fornecer à vontade diretrizes confiáveis.

Bolles (1974) fornece-nos proveitosa análise sobre o período histórico em evidência. Sua abordagem concede ênfase ora aos aspectos estruturais do funcionamento mental, ora aos fatores motivacionais direcionadores da atividade mental. Referindo-se aos primeiros filósofos gregos, assinala que a discussão sobre a racionalidade centrava-se nos aspectos estruturais (não motivacionais), com preocupação voltada, principalmente, ao estudo da estrutura da mente e de seu funcionamento através da manipulação das idéias. A vontade e a busca da “máxima virtude” representavam princípios motivacionais de menor relevância.

A separação entre fatores estruturais e motivacionais tornou-se mais explícita a partir de Santo Agostinho, com a crescente atenção dispensada aos fatores determinantes da vontade. Com o advento da era cristã, iniciou-se uma substituição de modelos, onde o homem, até então concebido como dirigido pela busca da virtude, passou a ser visto como dirigido pela busca do prazer. Bolles considera que tanto para Platão e outros filósofos gregos de sua era, quanto para os filósofos da era cristã, o homem permaneceu caracterizado, fundamentalmente, pelas propriedades estruturais de sua mente. Os princípios motivacionais do comportamento só se revelavam dentro de concepções simplistas e unidimensionais, onde os motivos eram simplesmente aprovados ou condenados.

Com o advento da Idade Moderna, um novo campo começou a se definir. Independentemente da questão sobre a interferência afetiva, outro aspecto da relação entre a razão e as paixões surge na investigação do papel do afeto no processo do conhecimento: instala-se uma preocupação crescente com a análise teórica do funcionamento do afeto enquanto estrutura cognitiva.

Rouanet assinala-nos que a ênfase no papel cognitivo do afeto revelou-se na maioria dos pensadores importantes, materialistas ou idealistas, deste período. Hobbes, na Inglaterra, teria sido o primeiro a tratar desse tema. Caracterizando o homem como ser essencialmente pulsional, condicionou o processo discursivo à presença do desejo, dirigindo-o à realização de determinadas associações, de preferência a outras. Assim, o papel do pensamento na movimentação da vida mental em direção a um fim é relegado a segundo plano, como mero instrumento a serviço do desejo, limitando-se à investigação e busca do caminho para as coisas desejadas. As paixões assumem o “status” de determinantes primordiais do processo cognitivo.

Locke, segundo Rouanet (1987), compartilhava da tese do desejo enquanto principal determinante da vida psíquica. Entretanto, sua ação direta não incidiria sobre o entendimento, mas sobre a vontade, determinada, não mais pela idéia racional do bem, mas pela “inquietação” (“uneasiness”), sensação de desconforto provocada pela presença de dor ou pela ausência de prazer e que confunde-se, a nível prático, com o desejo. Mesmo não determinando diretamente a vontade, a razão estaria apta, contudo, a examinar se os fins propostos com base na “uneasiness” são válidos ou não, suspendendo provisoriamente os desejos de forma a não moverem a vontade para ações não refletidas, pelo período necessário a tal deliberação.

Descartes também destacou a influência direta das paixões sobre a vontade. A vontade, sede do erro e da verdade, assume a função de converter as intuições imediatas da razão, matéria prima para a construção do conhecimento, em julgamentos, representantes do verdadeiro conhecimento. A razão está apta a alcançar a concepção verdadeira das coisas, mas a vontade deve assentir a essa evidência através do julgamento. As paixões podem invalidar o conhecimento através da influência que exercem sobre a vontade, sede da afirmação ou negação da verdade teórica. Contudo, a razão permanece superior em relação ao corpo na medida que preserva o privilégio de operar o primeiro conhecimento rigoroso dos conteúdos internos, passíveis de revelar-se como idéias claras e distintas, e do mundo externo, concebível em suas estruturas matemáticas, das quais também pode-se ter idéias claras e distintas.

Spinoza mantém-se na tendência a conceber o desejo como a essência do homem enquanto “ser” determinado com vistas a um comportamento qualquer. A razão permanece privilegiada, entretanto, na medida que é impulsionada a realizar sua essência através de

um desejo intelectual. Assim, pode conhecer as causas das paixões e, nesse conhecimento, libertar-se delas, compreendendo as necessidades e a natureza do homem enquanto ser pulsional.

Leibniz, último grande pensador racionalista do século XVII, também ressaltou o papel do desejo no processo de construção do conhecimento. Introduziu a noção de percepção ou sensação inconsciente. O desejo, não se limitaria a permitir o encadeamento de percepções, mas contribuiria também para que as percepções inconscientes pudessem chegar ao estágio da apercepção, da tomada de consciência.

Analisando a evolução das perspectivas discutidas até aqui, Rouanet (1987) observa que o salto revelado pelas paixões, que de meros obstáculos alcançaram o “status” de verdadeiros constituintes do processo cognitivo, não representou uma genuína inversão da hierarquia tradicional, com a inteligência permanecendo em posição de instância hegemônica e reguladora. Acrescenta, além disso, que até este período, não se concedeu qualquer relevo aos fatores externos na determinação das paixões, estudadas apenas em sua dimensão interna.

A partir do Iluminismo, entretanto, uma corrente de pensadores enveredou pelo caminho da valorização dos sentimentos, fazendo destes a fonte mais profunda da atividade humana, numa reformulação radical da importância da vida afetiva. Esta fase apresentou duas características importantes: a relevância concedida às emoções enquanto determinantes da razão e a preocupação quanto ao exame de seus condicionamentos sociais.

Rouanet identifica a tendência à valorização dos fatores sociais na vida afetiva, como marco de passagem para uma nova visão, de caráter político, da regulamentação afetiva do conhecimento. As paixões, concebidas como fundamento e substância da alma, têm sua ação determinada pelas “*necessidades*”, que lhes servem como meios para dirigir o processo do conhecimento. Tais “*necessidades*”, sempre resultantes de um processo de interpretação, passariam obrigatoriamente pela mediação social. A ordem social tem seu papel em destaque, permitindo ou inibindo a satisfação das “*necessidades*”, através da estimulação seletiva de algumas paixões e desencorajamento de outras. Pela influência que exerce na busca do conhecimento do que é verdadeiramente útil para o homem e para a comunidade, o social pode ou não facilitar o saber, perpetuando ou não falsas opiniões, dogmas e superstições. A ênfase à mediação social atuante nas relações entre o interior e o

exterior, entre o desejo e o objeto do desejo, entre a paixão de conhecer e a coisa conhecida, representou uma tendência de pensamento comum aos pensadores setecentistas, com contribuições importantes de nomes como Holbach, Helvetius e Rousseau.

Após o Iluminismo, a tese da supremacia das paixões, determinantes da razão, viu-se fortalecida pelo apoio da posição empirista. Ao eleger a realidade exterior observável como o campo de investigação adequado para a busca dos determinantes das paixões, o pensamento empirista gera, como consequência lógica, uma visão das sensações como produtos da ação do mundo exterior sobre nós, origem da atenção, memória, julgamento e dos diferentes estados afetivos. Tal fundamentação acabou por vincular a construção do conhecimento às vicissitudes do estímulo positivo ou negativo, das sensações agradáveis ou desagradáveis geradas pelo atendimento ou não de nossas necessidades, enfim, um mero subproduto do desejo.

Rouanet atribui a Condillac um papel de destaque no desdobramento da epistemologia empirista. Ao conceber as ações das faculdades da alma como diferentes maneiras de estar atento e as paixões, como diferentes maneiras de desejar, Condillac desenvolve a argumentação lógica necessária à postulação de uma mesma origem para todos os conteúdos psíquicos: “*estar atento*” e “*desejar*”, uma vez identificados originariamente com o “*sentir*”, sustentariam a conclusão de que as sensações abrangem, conseqüentemente, todas as faculdades da alma.

Em continuidade ao pensamento de Condillac, o desejo, entendido como impulso de satisfação das necessidades, assume a responsabilidade pelo direcionamento e encadeamento das sensações, através do controle que exerce sobre a atenção, e das reminiscências, através do controle sobre a memória. Tal poder atribuído ao desejo permite-lhe estender sua função ao ponto de regular a produção das idéias que facilitem à satisfação de suas necessidades.

As posições de Marx, Nietzsche e, já entrando em nosso século, Freud, também merecem que sejam citadas no âmbito das perspectivas centradas na relevância ao desejo. Penna (1984) esclarece-nos sobre a posição de Marx que, não voltada diretamente ao desejo mas ao significado do trabalho, apoia-se na tese “de que a razão sempre evidencia distorções originadas da integração do conhecedor em uma classe social” (Penna, 1984:20). Marx admite, entretanto, sob determinadas circunstâncias, que a razão possa alcançar um conhecimento neutro e objetivo. Quanto a Nietzsche destaca-se a relevância

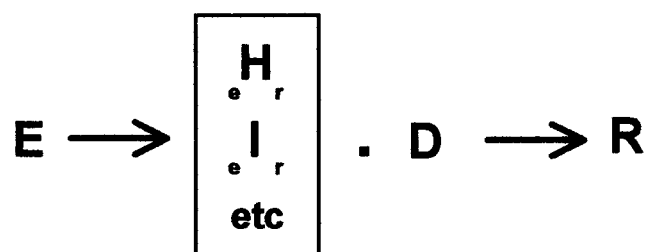
conferida ao corpo “*como fonte de instintos que sempre prevalecerão sobre os trajetos lógicos da razão*” (Penna, 1984:20). Acrescenta-se ainda, de forma mais radical, que em Nietzsche os saberes sempre existirão à serviço dos instintos. Na referência a Freud, Penna preserva o caráter racionalista de suas posições, já que, apesar do relevo concedido ao desejo, “*no centro de seu sistema prevalece a consciência e, logo, prevalece a razão*”.

## **2.2 A RELAÇÃO COGNIÇÃO-EMOÇÃO NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

Recorreremos a Bolles (1974), neste ponto, para iniciar algumas considerações sobre o tema da interação entre fatores cognitivos e afetivos no âmbito da psicologia enquanto área de estudo científico. Bolles observa que, até 1900, a psicologia caracterizou-se pelo predomínio do ponto de vista estrutural, com particular destaque aos determinantes cognitivos do comportamento. A explicação dos fenômenos psicológicos vinculava-se à compreensão do modo como percebemos as coisas e de como se estrutura a mente humana. A mente era explicada em termos da estrutura de suas idéias e percepções. Até então, a psicologia interessara-se, quase que inteiramente, com o estudo da forma como tais idéias e percepções estariam embutidos na mente e como interagiriam entre si. Mesmo os fenômenos motivacionais, tal como a emoção, eram abordados estruturalmente. William James, como Bolles exemplifica, entendia que a emoção não deveria ser estudada a partir de seus efeitos sobre nós, mas a partir dos estímulos que lhe dão origem. No início de 1900, uma nova idéia começou a tomar força. A tese de que a psicologia desenvolveria-se mais rapidamente preocupando-se em estudar o funcionamento cerebral ao invés de permanecer centrada na estrutura da mente. Esta perspectiva levou, inicialmente, à investigação de organismos mais simples, o que possibilitava a observação de comportamentos reflexos. Tal estado de coisas acabou por gerar um modelo novo de entendimento do comportamento: o esquema “*E-R*” . A expansão conceitual deste esquema rapidamente abrangeu comportamentos mais complexos. Bolles argumenta ainda que tal expansão não se limitou ao nível conceitual, mas desenvolveu-se também à nível empírico. O esquema “*E-R*” conceitual equiparou-se à sua contrapartida neural hipotética. Os primeiros psicólogos mecanicistas adotaram tal esquema (Bolles, 1974).

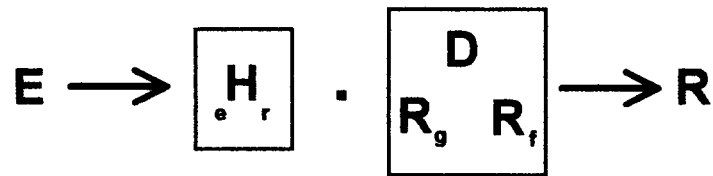


Desta forma, a estrutura cognitiva da mente foi substituída por outra estrutura constituída de unidades “*E-R*”. Thorndike (1898) foi um dos primeiros psicólogos a ser influenciado por esta tendência. Segundo Bolles, nesta fase, Thorndike ainda não postulava qualquer princípio motivacional. Pelo pensamento reinante, o aumento da intensidade de uma resposta, representada pela correlação empírica “*E-R*”, estaria vinculada ao aumento proporcional na intensidade da conexão neural “*E-R*” hipotética. Entre 1911 e 1913 os princípios motivacionais começaram a assumir importância para Thorndike. Finalmente, ao começar a trabalhar com sujeitos humanos, pois até então trabalhara somente com cobaias de laboratório, Thorndike abandonou definitivamente a perspectiva mecanicista. Em 1914, John B. Watson assume o programa abandonado por Thorndike. Sem se utilizar de princípios motivacionais, Watson investigou os sentimentos como meros estímulos internos. Os conteúdos da mente e o pensamento eram tratados como estímulos internos oriundos de músculos e a busca de suas localizações representava o foco de pesquisa predominante. No entanto, tal empreendimento não foi bem sucedido e o “*behaviorismo metodológico*” de Watson prevaleceu, apenas, como regra sintática expressiva de regularidades explicativas (segundo terminologia empregada por Bolles) e não mais como perspectiva de entendimento do comportamento humano. Na medida que novos fenômenos foram alcançados pela investigação científica, desenvolveu-se, conseqüentemente, um aumento correspondente na complexidade dos sistemas conceituais. Hull, em 1943, introduziu novos dispositivos explicativos e novas regras sintáticas, colocando em cena um novo fator motivacional (*D*) que ajudou a ampliar o conjunto de fatores estruturais. Estes, além de compreenderem as antigas conexões “*E-R*” passou também a incluir outros tipos de mecanismos explicativos tais como “*inibição*”, “*função oscilatória*”, etc (Bolles, 1974).



Prosseguindo com os “*neo-hullianos*”, como Mowrer e Spence, permanece a preocupação em adicionar complexidades sintáticas ao modelo explicativo básico de Hull, adequando-o às novas descobertas laboratoriais emergentes. Assim, proliferaram fatores

motivacionais (*D* ; *motivação de incentivo* ; *motivação de medo adquirido*; etc), ao mesmo tempo que simplificaram-se os determinantes estruturais (Bolles, 1974).



A grande novidade deste último sistema conceitual reside na inclusão de mecanismos de aprendizagem em interação com determinantes motivacionais (condicionamento clássico). Assim, a conexão “*E-R*”, elemento estrutural, veio a também fazer parte do conjunto de elementos motivacionais.

Os “*psicólogos skinnerianos*”, segundo Bolles, reduziram o conjunto de fatores estruturais a um único elemento sintático: a contingência de reforçamento. Inexistiam determinantes motivacionais. Tal simplificação justificou-se nos “*skinnerianos*” por sua despreocupação com a explicação do comportamento, já que seu principal interesse centrava-se no desenvolvimento de uma metodologia simplificada de controle do comportamento.

Coube a Tolman (1932), a principal responsabilidade pela reintrodução da cognição na psicologia. A conexão “*E-R*”, desenvolvida em suas bases como conceito fisiológico, não apresentava flexibilidade suficiente para dar conta de comportamentos adaptativos complexos. Tal condição tornou necessária a criação de novos elementos sintáticos em substituição aos antigos. A “*demanda pelo objeto-meta*” constituiu o determinante motivacional básico. Mudanças na qualidade do objeto-meta ou na necessidade pelo objeto-meta resultariam em mudanças previsíveis no comportamento animal. No que se refere aos fatores estruturais, a antiga conexão “*E-R*” foi substituída por um novo elemento conceitual de natureza cognitiva: a “*expectativa*”. Expectativas de que um evento será seguido de outro evento ou de que uma ação será seguida de uma consequência, representam a nova classe de fatores responsáveis pela determinação do comportamento adaptativo. Um novo sistema evoluiu e o conjunto de fatores motivacionais passou a incluir como elemento básico a “*demand*” pelo objeto-meta (ou “*valor*” do objeto-meta). Da mesma forma, os determinantes estruturais passaram a ser entendidos a partir da noção de “*expectativa*” (Bolles, 1974)

$$E \Rightarrow [ \text{Expectativa} . \text{Valor} ] \Rightarrow R$$

Lewin (1936), mais ou menos na mesma época que Tolman, traçou um esboço teórico que, segundo Bolles, possui propriedades análogas às do sistema conceptual de Tolman. Sugeriu um fator motivacional análogo à “*demand*” (valor) denominando-o como “*força*”, responsável pela impulsão do indivíduo em busca de metas. A maior complexidade do sistema de Lewin reside, entretanto, nos determinantes estruturais representados pelas “*relações meio-fim*” (análogas às “*expectativas*” de Tolman). Um novo entusiasmo pelo modelo cognitivo começou a se revelar. Os processos cognitivos forneceriam maior flexibilidade para o entendimento do comportamento com possibilidade de redução do número de elementos sintáticos do modelo explicativo.

O sucesso da aplicação dos modelos de processamento de informação em áreas como aprendizagem e memória, contribuiu para o aprofundamento da compreensão dos determinantes estruturais do comportamento. Além disso, os princípios cognitivos que, em Tolman e Lewin, abrangiam apenas os fatores estruturais, passaram a se aplicar também à compreensão dos fenômenos motivacionais, de tal forma que a motivação pôde ser reconceituada em termos cognitivos. A emoção que, tradicionalmente, era considerada como estímulo de comportamentos, ou como resposta que, de qualquer forma, produziria um estímulo com resultados comportamentais, passou a ser entendida como produto da interação, mediada por processos cognitivos, do homem com o meio.

A utilização de conceitos cognitivos na compreensão do fenômeno motivacional representou uma tendência onde a aprendizagem, os processos cognitivos e outros mecanismos participariam de ambas as matrizes motivacional e estrutural, se adotarmos a terminologia de Bolles. Conseqüentemente, tornou-se supérflua a distinção entre duas categorias de determinantes sobrevivendo, em substituição, uma única categoria ampla que incluiria tanto os fatores motivacionais quanto os fatores estruturais, ambos considerados cognitivos (Bolles, 1974).

Bolles aponta para uma característica importante deste último modelo, evidenciada pela ausência do componente de entrada (“*E*”), conforme diagrama ilustrativo:

### **[ Processos Cognitivos ] ➡ R**

Tal supressão visa caracterizar o abandono do conceito de organismo passivo, em favor de uma concepção do homem como organismo ativo e criador de significados. Esta nova perspectiva representou uma ruptura radical com todas as posições a respeito da relação entre fatores afetivos e cognitivos.

Vimos que todos os modelos anteriores ao modelo cognitivista, independente da prioridade concedida, seja à razão ou ao afeto, caracterizaram-se pela separação entre fatores afetivos e fatores cognitivos em termos de naturezas distintas, mental e corporal (material). As funções atribuídas ao processo emocional obedeciam a este princípio. A função de “*sinai*”, por exemplo, encontrada no trabalho de Freud (1926) sobre a ansiedade, refere-se à sinalização de um perigo proveniente de dentro do indivíduo (intra-psíquico) na forma de impulsos instintuais que foram proscritos pelo meio externo ou pelo “*superego*”. A presença da emoção (especialmente a ansiedade) indicaria que processos defensivos devem entrar em operação.

Uma segunda função da emoção, conforme Folkman Schaefer e Lazarus (1979), foi adotada pelos teóricos da “*ativação*” e representa a base da mobilização psicológica e corporal para lidar com a ameaça. Realiza-se pela interrupção dos padrões de comportamento existentes até a percepção da ameaça, de forma a permitir que o organismo mobilize-se em direção à fonte de perigo.

Uma terceira função, já discutida em parágrafos anteriores, é de intervir em vários pontos do processo cognitivo (atenção, registro, estoque, processamento, recuperação de informações). Todas as três funções discutidas assumem a distinção entre as naturezas dos processos envolvidos. A perspectiva cognitivista que agora se insere, permitiu que se sugerisse uma quarta função, apenas concebível a partir da ruptura com os modelos tradicionais no que se refere à relevância do caráter ativo dos processos emocionais: a função de auto-regulação. A concepção da emoção com processo mediado cognitivamente impôs o abandono e a superação das abordagens que situavam o fenômeno emocional como mera resposta emergente ao final de uma cadeia linear de acontecimentos. Os mecanismos de “*feed-back*” e os processos avaliativos propostos pelas novas teorias de processamento de informação, permitiram a visão do fenômeno da emoção como um amplo sistema auto-regulador que tanto conduz a esforços direcionados ao meio externo quanto ao meio intra-psíquico, visando reduzir e regular a expressão emocional. Esta função só pôde ser sugerida a partir de um sistema conceptual que concebesse a emoção não só como resposta, mas também como sistema constituído de partes inter-relacionadas contendo mecanismos de “*feed-back*”.

### 3 A POSIÇÃO COGNITIVISTA

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO

A caracterização do cognitivismo é facilitada quando obtemos noção do campo de abrangência da psicologia cognitiva. A. G. Penna (1986) ressalta a importância da distinção da psicologia cognitiva tanto como movimento doutrinário, como área de pesquisa específica.

Como área de pesquisa, a psicologia cognitiva refere-se ao estudo da extração, estocagem, processamento, recuperação e utilização de informações. Assim, inclui todos os processos relacionados ao conhecimento, tais como percepção, memória, linguagem, pensamento, imaginação etc.

Como movimento doutrinário, a psicologia cognitiva é mais do que o estudo dos processos cognitivos, “... *cobre a preocupação básica com a análise das influências que os processos cognitivos exercem sobre os demais processos comportamentais.*” (Penna, 1986:10). É interessante observar que tais influências caracterizam uma posição privilegiada da cognição em relação aos padrões comuns de comportamento. Neste sentido, a psicologia cognitiva se distancia profundamente do behaviorismo, que considera a cognição como um comportamento que não se distingue, em importância, de outros comportamentos, tais como os padrões motores, por exemplo. Na visão behaviorista (ou comportamentalista), todas as formas de comportamento são consideradas equivalentes, determinadas pelas mesmas leis da biologia e da aprendizagem.

O “movimento” cognitivista nasceu como tentativa de integrar e superar as duas posições dominantes nas décadas de 30, 40 e 50: a *posição “E-R”*, derivada de Watson, que privilegiava o passado na determinação da conduta, e a *posição “E-E”*, representada por Tolman, que destacava a importância das metas do indivíduo. Judith Greene (1976), conforme citada por Penna (1984:3-4), ilustra este movimento de superação e integração ao definir a psicologia cognitiva como “*corrente que julga impossível entender-se as relações input/output registradas no comportamento humano sem se levar em conta as estratégias e regras que determinado sujeito está usando quando diante de certa situação de impasse*”.

Na evolução do movimento cognitivista não se pode deixar de assinalar a importância do advento da cibernética no que diz respeito à incorporação dos conceitos de

*“feedback” e programa*, e para a adoção do modelo computacional por muitos psicólogos cognitivistas (A. G. Penna, 1984; 1986). A importação de modelos da cibernética não se deu, contudo, sem resistências. Dreyfus (1967) e Shotter (1977) reuniram objeções importantes a esse modelo (cit. Penna, 1984:6):

- 1 - *Os computadores não são agentes nos processos que executam;*
- 2 - *Não passam por transformações qualitativas em sua estrutura;*
- 3 - *Não estão imersos no mundo, no sentido de viverem num estado de permuta com o meio;*
- 4 - *Não possuem caráter social, no sentido de serem capazes de ajudar na complementação dos projetos mútuos pelo entendimento das metas recíprocas.*

Algumas tentativas de lidar com tais dificuldades surgiram e dentre elas destacamos a posição de Neisser (1967) sobre a preferência pela *“analogia do programa”* em lugar da *“analogia do computador”*. Adverte-se, com isso, para o erro de se confundir o programa com o computador que o controla, pois não trata-se de uma máquina, mas de uma série de instruções para lidar com símbolos. A aplicação da analogia do programa aos processos cognitivos serve bem a um dos interesses centrais da psicologia cognitiva: a compreensão da forma como a informação, simbolicamente representada, é processada pelo homem. O fato do programa revelar-se como um fluxo de símbolos e, ainda assim, estar capacitado a controlar a execução de operações físicas, oferece uma saída para os obstáculos impostos pela questão da causalidade material no contexto da relação mente-corpo. Neisser argumenta que o uso analógico e ocasional de conceitos provenientes da área de programação de computadores, não implica, necessariamente, o comprometimento com as tentativas de simulação de processos psicológicos em computador. Numa clara crítica à Inteligência Artificial, acusada de não fazer justiça à complexidade dos processos mentais, Neisser (1967:9) declara: *“É verdade que um número de pesquisadores, não contentes em observar que os programas de computador são como teorias cognitivas, tem tentado escrever programas que são teorias cognitivas”*. Quanto aos programas da Inteligência Artificial, lembra sobre sua condição desprovida de emoção e de não estarem sujeitos às interferências da distração, além de serem geralmente equipados, desde o início da abordagem de cada problema, com todos os recursos cognitivos necessários à solução.

Algumas particularidades ajudam a caracterizar a perspectiva cognitivista e Penna (1986: 9-16) as reúne em um grupo de nove:

**1 - A importância do conceito de regra no entendimento da aquisição e organização do comportamento e também da interação social.** Esta noção apresenta-se profundamente enraizada nas ciências humanas, destacando-se, por exemplo, a relevância que Durkheim concedeu-lhe na compreensão das interações sociais e dos distúrbios de conduta individual, presentes em contextos sociais carentes de regras sociais e com elevadas taxas de suicídios anônimos. Penna (1986) também faz uma especial referência à defesa, que P. G. Winch e R. Peters realizam, do conceito de regra em oposição ao conceito de causa na explicação das interações sociais. Comentando o trabalho de J. Larkin, J. McDermitt, D. P. Simon e H. A. Simon (1980) sobre estratégias de solução de problemas, assinala as vantagens da utilização do conceito de regra no entendimento das diferenças de capacidade de registro na “*memória de curto prazo*”, entre o mestre de xadrez e o principiante. O fator principal, responsável pela capacidade superior do mestre de xadrez, é a presença de uma regra quando a disposição das peças reproduz situação habitual em uma partida. Numa ênfase ao caráter abrangente da noção de regra, Penna aponta para a conceituação de Tolman, quando investiga a aprendizagem em termos de mapas cognitivos, direções e sinais, e que em nada se distancia do conceito de regra. Quanto às leis da percepção do gestaltismo, propostas por Wertheimer, sugere que se possa abordá-las como regras sintáticas de organização do campo perceptivo. No domínio da linguagem, Penna destaca a importância que Chomsky atribui ao uso deste conceito.

**2 - Processos cognitivos caracterizados como construtivos.** Neste âmbito, aponta-se a contribuição de Piaget, com o desenvolvimento da noção de construção, a partir da incorporação sucessiva de novos esquemas cognitivos empreendida pelo indivíduo ao interagir com o mundo. Penna também faz referências a George Kelly, quanto à teoria do Constructo Pessoal, e Bartlett, quando entende a memória como reconstrução e não como pura evocação do passado estocado.

**3 - Ênfase do caráter ativo da relação do sujeito com o mundo.** Implica o afastamento de qualquer compromisso com a perspectiva empirista. Penna adverte, contudo, que tal condição em nada se distancia da valorização do empírico. Convém também destacar uma referência a George Mead (Penna, 1984), pela importância concedida ao caráter ativo do ser humano e ao questionamento do conceito de atividade em termos de simples reações ou respostas, em favor da tese de que não reagimos a estímulos mas a significados, postura essencial ao cognitivismo.

**4 - Conduta de caráter prospectivo.** Penna (1984, 1986) lembra que tal posição já se revelava em Tolman, na discussão sobre o sentido propositivo da conduta, e em Lewin, a partir dos conceitos de nível de aspiração e perspectiva de tempo. Ressalta também a contribuição de Miller, Galanter e Pribram (1960), quanto ao destaque do papel da produção de planos e projetos e da importância dos conceitos de *programa* e *“feedback”*, tipicamente prospectivos, e a contribuição de George Kelly, quando propõe a generalização do comportamento do cientista, com base na realização de planos, para a explicação do comportamento comum.

**5 - Retomada do conceito de consciência enquanto produto biológico e social responsável pela doação de sentido aos estímulos que nos atingem.** Tal postura se apresenta a partir de uma perspectiva monista, e não dualista. A relevância à subjetividade caracteriza-se pelo prevalecimento das cognições em relação aos demais processos que também possam se definir como cognitivos.

O conceito cognitivista de consciência fundamenta-se na tese de sua existência como produto evolucionário que adquire certo grau de autonomia e preponderância sobre a totalidade do comportamento (Penna, 1986). Tal superioridade se realiza pela condição de atribuir sentido aos estímulos que nos atingem, determinando o significado e a direção da conduta.

**6 - Postura anti-irracionalista.** O cognitivismo se desenvolveu em resposta a uma posição irracionalista que, segundo Penna (1986), sofreu influência tardia de Kierkegaard e Nietzsche. Rejeita a tese de que conhecemos apenas os aspectos úteis do mundo, assim como a interpretação da teoria marxista da consciência, que defende a existência como determinante da consciência e não o contrário. O cognitivismo situa-se dentro da perspectiva racionalista, considerando possível o conhecimento em termos de um saber rigoroso, subordinando as demais dimensões do comportamento à razão, conforme a visão platônica. Neste sentido, opõe-se também ao behaviorismo, que caracteriza-se como irracionalista quando confere ao meio o papel controlador do comportamento.

**7 - Busca da refutação da visão mecanicista do behaviorismo.** A rejeição ao mecanicismo adquiriu novo impulso com o desenvolvimento da cibernética. Novos conceitos foram propostos (*programa* e *“feedback”* p. ex.), com o fortalecimento da razão enquanto instância autônoma que desfruta opções de comportamento determinando a direção e organização da conduta humana (Penna, 1986). Ressalta-se também a

contribuição de Miller, Galanter e Pribram (1960) na sistematização de argumentos contrários à perspectiva mecanicista.

#### **8 - Adesão a perspectiva racionalista.**

**9 - Recuperação das perspectivas platônica e cartesiana, próprias do pensamento ocidental.** Ao ilustrar este aspecto do cognitivismo, Penna (1986) recorre ao mito da carruagem, expressando a subordinação das almas tímica e epitímica ao controle da razão (alma noética). Neste aspecto, Penna converge com Wolpe ao rejeitar a tese de uma revolução cognitivista, já que o cognitivismo representa, na verdade, um retorno ao racionalismo.

### **3.2 A ABORDAGEM DA EMOÇÃO**

A perspectiva cognitivista empreende o estudo da emoção como fenômeno emergente a partir da interação do indivíduo com o meio. Concebe-se tal interação conforme um modelo de causalidade bidirecional, em oposição ao esquema linear e unidirecional até então predominante. Tal característica se revela de fundamental importância na constituição do modelo cognitivista. O fenômeno emocional é concebido como um processo que sofre mediação cognitiva. Em seu estudo, o conceito de avaliação cognitiva funciona como um constructo central. Defende-se que a reação emocional se constrói com base em um processo de avaliação a respeito do significado de uma situação para o bem-estar do indivíduo. A percepção avaliativa da relação (atual, antecipada ou imaginária) entre o indivíduo e o meio é condição essencial para uma situação ser percebida como ameaçadora, benigna, irrelevante, ou qualquer outra tonalidade afetiva.

A percepção avaliativa pode operar em diversos níveis de complexidade, o que lhe permite estar sempre envolvida na emoção, mesmo em criaturas filogeneticamente mais primitivas que o homem (Lazarus, 1982). Tal proposição é concebível a partir de um modelo de processamento de informação que incompatível com os modelos que propõem a analogia da mente com o computador. A importância dos processos cognitivos na determinação da emoção é bem ilustrada pela seguinte citação de Penna (1986: 10,11):

*“A dimensão afetiva ou emocional surge, na verdade, como uma dimensão subordinada à cognição no sentido de que sua tonalização e intensidade exprimem-se sob o controle do modo como as situações existenciais são percebidas e pensadas pelo sujeito.”*

Valdés (1986) expõe, de forma bastante elucidativa, um aspecto da abordagem cognitivista da emoção que é de interesse neste momento. Observa que existem duas versões para o que se entende por psicologia cognitiva. Uma delas aplica o termo ao estudo dos processos lógicos que estão envolvidos com as operações psíquicas subjacentes à tomada de decisão e à solução de problemas. Esta perspectiva centraliza-se no processamento de informação simbólica e preocupa-se basicamente com o estudo do pensamento. Estabelece como prioridade a investigação de planos e estratégias, desvinculando o aparelho psíquico de qualquer determinação irracional. Permanece, portanto, alheia ao fenômeno emocional.

Uma segunda versão da psicologia cognitiva surge como derivação das teorias cognitivas da emoção. Tendo a emoção como foco central, estuda o pensamento a partir de seus determinantes irracionais. Para tal, considera as cognições (idéias) mais como produto de complexas avaliações decorrentes de processos corticais e sub-corticais do que como processos intrinsecamente lógicos. A introdução da irracionalidade no pensamento impõe a necessidade de se admitir a ação de processos inconscientes. Estes podem agir na forma de peculiaridades perceptivas, avaliações automáticas, processamento sub-cortical de informação biológica e simbólica, mecanismos de defesa, efeitos de experiências prévias ou reações emocionais. Processos que se caracterizam por sua quase instantaneidade e pela impossibilidade de controle consciente. Valdés (1986) explicita de maneira simplificada os dois tipos de psicologia:

*“... uma baseada na teoria da informação, que estuda as operações cognitivas conscientes e outra baseada nas teorias cognitivas de emoção, que estuda os determinantes inconscientes das cognições.” (Valdés, 1986:15)*

Na busca dos determinantes que respondem pela organização do pensamento, alguns destes, como por exemplo o estilo perceptivo ou a resposta emocional resultante do processamento límbico de informação, são mais acessíveis à investigação a partir de métodos e teorias biológicas. Outros, como os mecanismos de defesa, são mais acessíveis a estratégias de investigação essencialmente psicológicas.

É importante esclarecer que a constatação de que o fenômeno emocional não depende apenas da ação de processos conscientes, não implica a aceitação do “*inconsciente*” segundo os pressupostos psicanalíticos. Da mesma forma, a postulação de determinantes irracionais para o pensamento também não supõe identificação com a

postura irracionalista, mas apenas levanta obstáculos cognitivos que podem ser removidos mediante a utilização de procedimentos adequados (experiências corretivas) que permitam a comprovação da natureza exata da realidade. Por esse motivo, o termo “*razão*” deve ser utilizado com sentido mais amplo do que o da concepção tradicional, que o identifica com o discurso racional deliberado e consciente. Penna (1986:10) oferece, de forma elucidativa, uma definição da razão como “... *expressão equivalente ao dos processos destinados à aquisição, estocagem, processamento e utilização do conhecimento*”.

O sucesso de uma teoria da avaliação cognitiva em alcançar o fenômeno da emoção exige que se conceda atenção às formas de enfrentamento (“*coping*”) utilizadas na modificação do meio físico e social no qual a relação emocional evolui (Lazarus e Folkman, 1986). Esta observação é de especial importância, já que em situações geradoras de emoção, as mudanças na interação com o meio ambiente são extremamente rápidas e a teoria da avaliação cobre apenas aquelas que se operam quando o indivíduo dispõe de tempo para refletir sobre o que está ocorrendo e sobre suas próprias reações emocionais. As diferentes formas de “*coping*”, utilizadas pelo indivíduo ao lidar com determinada situação, têm diversas formas de evolução, tanto em relação à eficácia do enfrentamento da situação problemática, quanto em relação à regulação direta da emoção, seja mediante desvios da atenção, seja mediante o uso de estratégias cognitivas como a negação, a redefinição do contexto ou os mecanismos de defesa já bastante estudados pela psicanálise. Muitas destas estratégias alteram ou distorcem a avaliação inicial com conseqüências sobre a experiência emocional resultante.

As considerações até aqui traçadas sobre a perspectiva cognitivista se revelarão mais claras com a exposição do modelo teórico considerado a seguir. A abordagem, que se introduzirá demonstra claramente a tentativa de reconceitualizar a emoção em termos cognitivos, ao mesmo tempo que busca aprofundar as relações existentes entre a avaliação cognitiva e as estratégias de enfrentamento. Lembramos que o termo “enfrentamento”, por melhor que possa traduzir o seu equivalente da língua inglesa (“*coping*”), não transmite satisfatoriamente a abrangência pretendida do termo original. Por esse motivo, em nossos escritos, preferimos utilizar o termo “*coping*” sem traduzi-lo para o português.

## **4 O MODELO “SISTEMA-RESPOSTA” DE R. LAZARUS**

### **4.1 ARCABOUÇO TEÓRICO**

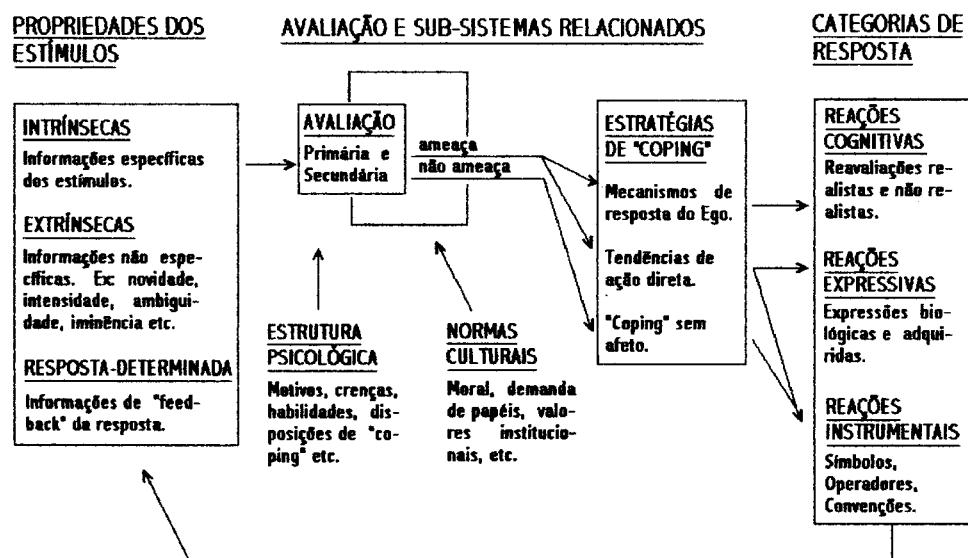
O modelo agora discutido enquadra-se adequadamente dentro do que já vimos como perspectiva cognitivista. Favorecemo-nos, neste empreendimento, de trabalho anterior<sup>1</sup> em que lançamos mão dos estudos de Averill, Opton e Lazarus (1969) sobre o processo emocional.

No entendimento destes pesquisadores, a emoção deve ser estudada como “sistema-resposta”. Sistema, enquanto operação de processos inter-relacionados que funcionam em concerto, e resposta, enquanto passível de expressar-se pela produção de respostas que conferem ao fenômeno emocional um caráter que o distingue de outros processos psicológicos. Esse sistema, a que Lazarus e colaboradores denominaram “Sistema de Resposta Emocional” (SRE), abrange três componentes básicos: Variáveis de “Input”, Subsistema Avaliador e Variáveis de “Output”.

---

<sup>1</sup> Monografia apresentada pelo autor, no ano de 1985, para graduação em psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\* Esquema simplificado do "Sistema de Resposta Emocional" (Averill, Opton e Lazarus - 1969).



#### 4.1.1 VARIÁVEIS DE "INPUT"

As variáveis de "input" assim se definem por serem variáveis de entrada do SRE. Apresentam propriedades de estímulo que devem ser estudadas abandonando-se a visão tradicional da percepção como produto da experiência de sensações (excitação dos órgãos dos sentidos) e concedendo-se, por outro lado, relevância ao conteúdo informacional dos estímulos. A situação estimuladora do processo emocional é por demais complexa, envolvendo interações sociais além de outras variáveis, para ser estudada apenas em termos de sensações físico-químicas.

As propriedades dos estímulos foram classificadas por Lazarus e colegas como intrínsecas, extrínsecas e de "resposta-determinada".

##### 4.1.1.1 PROPRIEDADES INTRÍNSECAS

Estas propriedades transmitem informações específicas do estímulo ou classes de estímulos. O processamento destas informações pode ter determinantes distintos tais como a experiência individual, expectativas culturais ou variáveis biológicas.

#### **4.1.1.2 PROPRIEDADES EXTRÍNECAS**

Diferentemente das primeiras, estas propriedades não são específicas para qualquer particular classe de estímulos emocionais e podem interagir com as propriedades intrínsecas alterando a percepção resultante do estímulo. Por exemplo, em termos de sexualidade, a novidade pode aumentar a saliência da propriedade intrínseca associada com a estimulação sexual. Assim como a novidade, outros exemplos de propriedades extrínsecas são a intensidade, a iminência, a ambigüidade etc.

#### **4.1.1.3 PROPRIEDADES DE RESPOSTA-DETERMINADA**

Lazarus e colegas consideram estas propriedades como as mais difíceis de se definir, pois são as que tem recebido menor atenção tanto em pesquisas quanto em teoria. Um dos principais fatores, segundo Lazarus, que tem contribuído para este estado de coisas é a velha dicotomia entre sensorial e motor, estímulo e resposta, que violenta e restringe a seqüência natural de eventos no fenômeno emocional. Atualmente, muitos autores tem salientado o conteúdo informacional do estímulo, que pode ter como determinante, além das características físicas, as próprias ações do indivíduo e o estado em que este se encontra. Como exemplo, pode-se citar o experimento realizado por Bandler, Madaras e Bem (1968), no qual pretende-se demonstrar que um indivíduo pode utilizar seu próprio comportamento manifesto, em resposta a um estímulo aversivo, como evidência para decidir que o estímulo foi, de fato, desconfortável e doloroso. Em outras palavras, a resposta comportamental de um indivíduo a um estímulo aversivo, freqüentemente tratada como uma variável dependente nas pesquisas que trabalham com a percepção da dor, pode funcionar como uma variável independente que controla parcialmente a percepção de um estímulo como desconfortável ou doloroso. Da mesma forma, o estado em que se encontra o indivíduo também pode interferir na avaliação de um estímulo emocional. Tal afirmação foi bem exemplificada em estudo realizado por Schachter e Singer (1962), que investiga como a excitação fisiológica, induzida artificialmente através da injeção de epinefrina, pode alterar a avaliação subsequente de um estímulo emocional.

### **4.1.2 SUBSISTEMA AVALIADOR**

Este é o principal componente do Sistema de Resposta Emocional. Sua importância decorre da tese cognitivista que entende a reação emocional como função de um processo cognitivo de avaliação.

No sistema proposto por Lazarus, inicialmente, os estímulos são avaliados conforme um processo cognitivo denominado “avaliação primária”. Este é função de três classes de antecedentes: as propriedades dos estímulos, a estrutura psicológica do indivíduo (motivos, crenças, experiência prévia em situações similares etc, e as normas culturais (valores institucionais, demanda de papéis etc).

A “avaliação primária” constitui uma primeira avaliação do estímulo em termos de seu significado para o bem estar do indivíduo. Se, por exemplo, o estímulo é avaliado como ameaçador, estratégias de “coping” são iniciadas para enfrentar ou lidar com o perigo que foi antecipado. A seleção destas estratégias é função de outro tipo de processo cognitivo, a “avaliação secundária”. Assim, enquanto a “avaliação primária” refere-se à avaliação original do significado da situação, a “avaliação secundária” refere-se ao que pode ser feito para lidar com a mesma. Para Lazarus e colegas, os dois processos não são independentes e nem sempre podem ser distinguidos fenomenologicamente ou cronologicamente. Muitos dos fatores importantes na “avaliação primária” também desempenham algum papel na “avaliação secundária”. Em geral, os processos cognitivos subjacentes à “avaliação primária” não são específicos para contextos emocionais, também desempenhando papel em discriminações não emocionais. São compatíveis com o auto-conceito do indivíduo e também estão abertos ao controle ambiental e ao reforçamento. Quando se produz a avaliação de ameaça, uma combinação diferente de fatores torna-se relevante. Modos de cognição habituais tornam-se menos úteis, valores e metas usuais perdem importância e uma hierarquia diferente de respostas de “coping” ganha evidência a partir da “avaliação secundária”. Este último processo pode conduzir a três tipos de estratégias de “coping”: mecanismos de resposta do Ego, tendências de ação direta em presença de ameaça, e “coping” sem afeto, quando nenhuma ameaça é percebida.

#### **4.1.2.1 MECANISMOS DE RESPOSTA DO EGO**

Mecanismos de resposta do Ego são modos cognitivos de “coping” os quais podem ser invocados quando nenhuma ação direta é possível, devido a inibições internas ou

externas. Desta forma, a situação pode ser reavaliada como menos ameaçadora, algumas vezes com suporte da realidade, mas, freqüentemente, através da distorção da mesma.

#### **4.1.2.2 TENDÊNCIAS DE AÇÃO DIRETA**

Tendências de ação direta são impulsos, que podem ou não ser expressos, para agir diretamente sobre a situação estimuladora, através do ataque ou da fuga, como no caso de ameaça à integridade física do indivíduo. Tais tendências se manifestam usualmente, através de reações expressivas e instrumentais, embora as últimas sejam freqüentemente suprimidas.

#### **4.1.2.3 “COPING” SEM AFETO**

O “coping” sem afeto se desenvolve na ausência de avaliação de ameaça, com respostas instrumentais sendo executadas sem afeto. Um exemplo desta possibilidade está no fato cotidiano de evitar-se objetos potencialmente perigosos, como um fogão quente ou um carro em alta velocidade, sem qualquer sinal de medo, já que acreditamos estar com a situação sobre controle.

Segundo Lazarus e colegas, as estratégias de “coping” propostas também podem se acomodar a emoções positivas. Citam, como exemplo, a avaliação de um objeto sexual com base em suas propriedades extrínsecas e intrínsecas, no “feedback” de avanços iniciais e no estado psicológico e fisiológico do indivíduo. Quando esta avaliação conduz à expectativa de gratificação, tendências diretas de ação podem ser estimuladas, mas se, contudo, nenhuma ação direta é possível, pode seguir-se a realização de desejo cognitiva (fantasia) e se, além disso, proibições internas também surgirem, podem resultar reações defensivas tais como negação ou projeção. Por outro lado, se nenhuma gratificação pessoal é antecipada, como acontece com prostitutas, respostas instrumentais podem ainda ser realizadas, incluindo a simulação de expressões de prazer.

Lazarus e colegas acrescentam que a avaliação pode tomar outras formas em adição à expectativa de ameaça ou de gratificação, produzindo respostas emocionais positivas ou negativas. Como exemplo, o alívio pode resultar quando situações potencialmente ameaçadoras não se concretizam ou são reavaliadas como não ameaçadoras. Por outro lado, a frustração pode ocorrer quando situações potencialmente gratificantes não se realizam.

### **4.1.3 VARIÁVEIS DE “OUTPUT”**

As variáveis de saída do “Sistema de Resposta Emocional” se subdividem em componentes que podem ocorrer simultaneamente ou sequencialmente. Tais componentes possuem a característica de reações que, freqüentemente, estão pouco correlacionadas. Sendo assim, Lazarus assinala para a necessidade de se buscar um sistema teórico que permita a investigação das reações emocionais tanto em termos de sua expressão, quanto em termos de sua integração em um todo comportamental. Com este objetivo, Lazarus e colaboradores defendem o estudo da resposta emocional a partir de uma análise topográfica (em termos de seu caráter subjetivo, fisiológico e comportamental), funcional (em termos das relações existentes na interação organismo-meio) e genética (em termos de sua origem filogenética, ontogenética e cultural).

Propõe-se, portanto, uma abordagem que, numa primeira aproximação, investigue as respostas a partir de três categorias de reação: cognitiva, expressiva e instrumental.

#### **4.1.3.1 REAÇÕES COGNITIVAS**

As reações cognitivas possuem a função de mecanismos de resposta do Ego e podem ocorrer quando constrangimentos internos ou externos impedem outras formas de expressão emocional. Quando se consideram estímulos ameaçadores, os mecanismos de resposta assumem a função de defesa conduzindo à reavaliação da situação (fundamentada ou não na realidade), podendo até excluir sua importância da consciência. Estas reações têm sido estudadas sob o título de “mecanismos de defesa”, o que contribui para sua aproximação aos comportamentos neuróticos e patológicos, negligenciando sua importante função em emoções normais.

#### **4.1.3.2 REAÇÕES EXPRESSIVAS**

As reações expressivas são divididas, conforme sua origem, em expressões biológicas e adquiridas. Tais reações são estereotipadas (choro, riso, certas manifestações faciais etc), não sendo intencionalmente dirigidas a qualquer objetivo. Expressões biológicas são o produto de pressões evolucionárias. Podem ser atos comportamentais relativamente complexos, como certos padrões de resposta descritos por etologistas, ou podem ser meros remanescentes de atos previamente úteis. Embora sejam constantes para uma mesma espécie, as expressões biológicas podem variar consideravelmente entre

indivíduos e culturas. Algumas razões contribuem mais fortemente para esta tendência, pois expressões biológicas podem ser encorajadas ou não, dependendo do papel definido socialmente e das circunstâncias em que se encontra o indivíduo. A variação pode também resultar de associações aprendidas, que são, em parte, culturalmente determinadas, tornando possível a eliciação de afetos distintos (como medo e raiva) concomitantemente, com a conseqüente confusão de expressões emocionais. De outra forma, as expressões biológicas também podem se ajustar a diferentes atos instrumentais, modificando-se de acordo com os mesmos.

Com relação às expressões adquiridas, estas estão sujeitas a muitas das considerações feitas às expressões biológicas, exceto que elas foram primeiro aprendidas como parte de atos instrumentais, freqüentemente na infância.

#### **4.1.3.3 REAÇÕES INSTRUMENTAIS**

Como últimas categorias de respostas temos as reações instrumentais. Estas, diferentemente das reações expressivas, são seqüências coordenadas de comportamento intencionalmente dirigidas a algum objetivo. Tais reações se subdividem em três subcategorias: símbolos, operadores e convenções.

A subcategoria de símbolos refere-se a respostas similares às respostas expressivas, exceto que elas são realizadas intencionalmente para a obtenção de algum objetivo. Podem ser utilizadas para sinalizar a presença de algum afeto quando outras formas de comunicação ou ação direta não são possíveis. Podem ser usadas também para ocultar (dissimulação) a presença de outro afeto.

Operadores são atos instrumentais complexos que, através da operação direta sobre o meio, visam a obtenção de algum objetivo definido pelo indivíduo. Tais atos podem ou não ser acompanhados pela experiência afetiva apropriada, estando sujeitos a consideráveis variações individuais e situacionais. Atos instrumentais de agressão e evitação são exemplos familiares de operadores. Estes atos não necessitam ser, mas freqüentemente são, acompanhados de reações de raiva ou medo. Em outras palavras, pode-se dizer que nem todos os atos agressivos são, necessariamente, acompanhados do sentimento de raiva ou que nem todas as evitações vêm acompanhadas de medo. A maior parte das pesquisas de laboratório que abordam o fenômeno emocional tem se concentrado

nos operadores, tal como se verifica pelo grande número de estudos sobre condicionamento de evitação.

Convenções são atos similares aos operadores, exceto que suas formas e objetivos são largamente determinados pelas normas culturais. Rituais de luto são exemplos familiares de convenções emocionais. Convenções têm sido o único tipo de resposta emocional que recebe adequada atenção em pesquisas transculturais. Pode-se notar como as expressões verbais de emoção são, freqüentemente, altamente convencionalizadas, fato com conseqüências importantes para a avaliação emocional.

Lazarus e colaboradores advertem que as categorias de respostas emocionais não pretendem ser exaustivas ou mutuamente exclusivas. Além disso, as respostas em cada categoria podem conduzir a mudanças em outras categorias. Por esse motivo, a emoção deve ser investigada a partir da análise conjunta do relato do sujeito com as variáveis de resposta fisiológica e comportamental. Conseqüentemente, a emoção não pode ser definida somente por comportamentos, relatos subjetivos ou mudanças fisiológicas, vistos isoladamente. Sua definição requer todos os três componentes, uma vez que cada um deles pode ser gerado por condições que não eliciam, necessariamente, emoção.

## **4.2 COMENTÁRIOS ADICIONAIS**

### **4.2.1 A RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS DE “INPUT” E PROCESSO AVALIATIVO**

As variáveis de entrada do “Sistema de Resposta Emocional” desempenham um papel importante na determinação da natureza do processo de avaliação desenvolvido no contexto da interação do indivíduo com o meio. Diversos estudos foram realizados com o intuito de demonstrar a influência da manipulação dos estímulos situacionais sobre o processo de avaliação cognitiva envolvido na reação de estresse.

No que se refere a ação das propriedades intrínsecas dos estímulos situacionais, podemos citar, a título de exemplo, algumas pesquisas realizadas com o fim de compreender como a manipulação de informações específicas dos estímulos pode interferir no processo emocional e em sua expressão (variáveis de “output”). Para isso, foram utilizados filmes de forte conteúdo emocional, como rituais de circuncisão em tribos aborígenes australianas ou acidentes industriais sangrentos, com o acompanhamento de diferentes trilhas sonoras que deveriam agir induzindo distintas avaliações nos sujeitos

experimentais, com conseqüências sobre suas reações emocionais. Assim, Lazarus, Speisman, Mordkoff e Davidson (1962) encontraram uma correlação significativa entre cenas definidas, a priori, como ameaçadoras e níveis elevados nas medidas de batimentos cardíacos e condutibilidade da pele. Pesquisas subseqüentes procuraram focalizar a redução do estresse e suas condições determinantes. Speisman, Lazarus, Mordkoff e Davidson (1964) utilizaram o acompanhamento de diferentes trilhas sonoras a fim de compreender a relação entre processos defensivos e estresse. Outros experimentos desenvolveram-se nesta mesma linha de pesquisa (Lazarus e Alfert, 1964) focalizando os processos envolvidos no estresse psicológico e os mecanismos de defesa contra o mesmo. Os achados destes estudos fornecem fortes evidências de que a manipulação do contexto emocional tem influência sobre a redução do estresse, através da modificação do processo de avaliação cognitiva. Além disso, ajudam a melhor entender como as propriedades intrínsecas das variáveis de “input” estão interrelacionadas com o processo de “coping” gerador da expressão emocional.

Quanto às propriedades não específicas (extrínsecas) das variáveis de “input”, destacamos alguns estudos sobre a iminência de uma situação de estímulo, para ilustração desta linha de pesquisa. O espaço de tempo que antecede a apresentação de um estímulo pode ser uma variável importante na determinação da reação emocional. Rankin, Nomikos, Opton e Lazarus (1965) demonstraram que longos períodos de suspense (30 a 60 segundos), antecipando a ocorrência de acidentes industriais em filmes, produzem maior estimulação autonômica do que curtos períodos (5 a 10 segundos). Nesta mesma direção, Folkins (1970) realizou uma investigação sobre as relações existentes entre o tempo de antecipação e os processos de “coping”, utilizando-se do choque elétrico como estímulo ameaçador. Folkins buscava comprovação empírica para a suposição teórica de que maiores períodos de tempo permitem ao indivíduo, em situações ameaçadoras, ir ao enalço de novos dados que conduzam ao engajamento de processos cognitivos defensivos, possibilitando a reavaliação da situação como menos ameaçadora. Presume-se que certos processos de pensamento relevantes para lidar com a ameaça, que Lazarus e colegas denominam de “reavaliação”, somente podem se manifestar quando existe tempo suficiente para tal. Os resultados do trabalho de Folkins ajudam a esclarecer a aparente contradição entre seus pressupostos e os resultados obtidos no experimento anterior citado. Verificou-se que em intervalos muito curtos (5 segundos) o nível de estresse era mínimo,

provavelmente, em razão de existir pouca oportunidade para que o indivíduo assimilasse ou compreendesse completamente a natureza da ameaça anunciada. Em períodos mais longos (30 segundos a 1 minuto), existia tempo suficiente para a compreensão do significado da ameaça, mas ainda insuficiente para a produção de formas satisfatórias de “coping”. Por este motivo, nestes intervalos verificaram-se as mais intensas reações de estresse. Com tempo suficiente (3 a 5 minutos), os sujeitos foram mais capazes de preparar-se para o perigo através de formas de “coping” efetivas, permitindo a redução do estresse experienciado.

No âmbito das propriedades de “resposta-determinada”, algumas contribuições importantes merecem consideração. Schachter e Singer (1962) estudaram as reações emocionais resultantes da manipulação de cognições a respeito da resposta autonômica gerada pela injeção de epinefrina. Para isso, criaram diferentes condições experimentais para uma população de sujeitos igualmente estimulados pela administração da droga. Alguns sujeitos foram informados corretamente sobre os efeitos esperados, outros foram informados erroneamente, sendo induzidos a esperar efeitos não relacionados a droga, e um terceiro grupo não recebeu nenhuma informação sobre o que lhes aconteceria. Dos três grupos, somente o grupo informado tinha uma adequada explicação para a estimulação vivenciada, ou seja, sabiam que era resultante da administração da epinefrina. Com o fim de manipular experimentalmente as reações emocionais dos sujeitos que não receberam informação alguma a respeito da droga e seus efeitos, os autores dividiram os grupos em duas condições caracterizadas pelo fornecimento de pistas ambientais distintas. Em um dos casos o subgrupo incluía, sem que o soubesse, um colaborador do experimento instruído para simular um comportamento expressivo de felicidade e euforia. No outro caso, o subgrupo incluía, também inadvertidamente, outro modelo, instruído para se comportar de forma irada e agressiva. A análise dos resultados desta pesquisa demonstrou que os sujeitos não informados sobre os efeitos da droga atuaram e relataram um sentimento significativamente maior de euforia ou de raiva, conforme a condição e experimental, do que os sujeitos informados. Schachter e Singer explicam tais resultados argumentando que os sujeitos não informados estavam em um estado de excitação autonômica para o qual não tinham nenhuma explicação. Com o fornecimento de tipos diferentes de cognições através do comportamento dos modelos, emoções distintas foram eliciadas. O estado de estimulação autonômica inexplicada evocou necessidades de avaliação nos sujeitos não

informados. Eles estavam incertos a cerca do que causou a estimulação e necessitavam reduzir sua incerteza. O comportamento dos modelos forneceu uma explicação apropriada para a estimulação, permitindo que o indivíduo classificasse sua emoção como raiva ou euforia, conforme a condição vivida. Após esta avaliação, os sujeitos revelavam relatos subjetivos e comportamentos apropriados à emoção classificada.

Tais achados fornecem importante apoio à preocupação de Lazarus com o estudo das diferenças culturais que estão em jogo na aprendizagem das emoções. Assim, crianças de diferentes contextos poderiam aprender a classificar suas emoções, de forma particular, conforme os modelos (pais, professores, amigos etc) que tivessem à disposição. Portanto, uma mesma resposta autonômica poderia ser avaliada de uma forma específica por uma criança nascida e desenvolvida no ocidente, e de outra forma, com outras qualidades, por outra criança nascida em outra região e rodeada por pessoas com outros hábitos e crenças.

Para Lazarus, a importância destes achados está no fato de que o estado fisiológico no qual o sujeito se encontra representa uma variável importante para o entendimento da resposta emocional como um todo. No entanto, Lazarus dá maior ênfase aos aspectos cognitivos da resposta emocional, enquanto Schachter realça os aspectos fisiológicos.

#### **4.2.2 FATORES DE PERSONALIDADE**

A posição teórica adotada por Lazarus requer que as condições determinantes da avaliação cognitiva, que interpreta uma situação como ameaçadora ou não, sejam bem especificadas. Naturalmente, tais condições residem numa complexa interação entre a configuração de estímulos, a experiência passada do indivíduo com relação a estímulos semelhantes, e a forma característica de se interpretar certos tipos de eventos. Lazarus e colaboradores tentam demonstrar a influência desta última variável através de pesquisas com sujeitos selecionados a partir de evidências sobre suas disposições cognitivas que supostamente provocam formas particulares de interpretação.

Algumas destas abordagens experimentais utilizaram filmes cinematográficos na produção de reações de estresse emocional. Speisman, Lazarus, Mordkoff e Davison (1964) realizaram um planejamento experimental em que selecionavam sujeitos com base em disposições cognitivas (características de personalidade) e, ao mesmo tempo, manipulavam o contexto experimental (filme cinematográfico) através da introdução de informações (trilhas sonoras) para induzirem a avaliação do conteúdo do filme como

ameaçador e não ameaçador. Resumidamente, a utilização destas pistas sonoras baseou-se no paralelo teórico suposto entre os processos de avaliação cognitiva de ameaça e aqueles envolvidos na teoria dos mecanismos de defesa do Ego. Uma defesa pode ser considerada como uma reavaliação do estímulo de forma a não mais representar qualquer ameaça para o indivíduo. Dentro desta perspectiva, quatro condições experimentais foram utilizadas empregando um filme cujo conteúdo visual era a cena de um ritual de circuncisão ocorrido em tribos aborígenes australianas. A primeira condição envolvia a apresentação do filme sem nenhuma trilha sonora. As outras três condições basearam-se na apresentação do mesmo filme com a adição de trilhas sonoras diferentes: duas, apresentavam aspectos defensivos, seja induzindo à intelectualização, através do estabelecimento de uma atitude científica perante o ritual, seja induzindo à negação e à formação reativa, através da desqualificação dos aspectos ameaçadores do evento e valorização das vantagens da participação em tal ritual. A terceira trilha sonora (traumatizante) dava ênfase à dor, crueldade e nocividade do evento. Sua utilização serviu ao propósito de controle do experimento. Esperava-se que as trilhas sonoras de caráter defensivo reduzissem as reações de estresse e que a de caráter traumatizante acentuasse tais reações.

Os resultados de tal experimento corroboraram parcialmente a hipótese de que trilhas sonoras com caráter defensivo tendem a reduzir o valor ameaçador do filme. Este efeito, no entanto, deveria ser mais acentuado quando o tipo de estratégia de defesa (intelectualização ou negação/formação-reativa) correspondesse à disposição defensiva do sujeito (característica de personalidade). As respostas de estresse encontradas foram maiores na condição com informações traumatizantes, um pouco menos acentuadas na versão silenciosa e significativamente menores nas condições de caráter defensivo. Se os dois grupos de sujeitos fossem considerados diferentes em relação às disposições cognitivas e defensivas, então seria esperado que a efetividade da pista defensiva fosse dependente de sua compatibilidade com a disposição intrínseca do sujeito. Os resultados encontrados apontam para esta possibilidade. No entanto, as diferenças entre os sujeitos que foram responsáveis por esta interação não ficaram inteiramente claras e não se pôde afirmar quais diferenças refletiram a aceitação de uma ou outra estratégia de defesa. Ficou claro, contudo, que o estresse psicológico não pode ser visto como produzido por algum dado evento estimulante (filme), sem se levar em conta a maneira pela qual tal evento é interpretado ou avaliado pelo indivíduo.

Um experimento complementar (Lazarus e Alfert, 1964) teve como objetivo aumentar as evidências a favor das influências dos fatores de personalidade na disposição para o uso de formas de “coping” orientadas para a negação. Seus resultados fortalecem as evidências de que escores nos testes de personalidade, que supostamente avaliam a disposição para a negação como forma de “coping”, estão correlacionados com a reatividade autonômica sob condições ameaçadoras. Observou-se que os indivíduos com maior disposição para o uso de estratégias de negação, como traço característico de personalidade, admitiram em seus relatos menor reação de ansiedade ao filme do que aqueles com menor disposição. Em contradição a tais resultados, contudo, os sujeitos com alta disposição à negação revelaram significativas evidências de estresse nas medidas autonômicas, especialmente na resposta de condutibilidade da pele. O padrão inverso foi obtido com os sujeitos de baixa disposição para a negação. Lazarus justifica tais resultados com o argumento de que a reatividade autonômica sempre será intensificada com a constatação da ameaça pelo indivíduo, e sugere que tipos específicos de reação ao estresse, alguns caracterizados pela externalização da expressão e outros pela internalização, venham esclarecer a aparente contradição entre as medidas de relato e as medidas autonômicas encontradas.

Os achados discutidos acima revelam-se consistentes com a hipótese de que as disposições de personalidade afetam a eficácia das formas de “coping” empreendidas pelo indivíduo. Aqueles com maior disposição para a negação mostraram reduções tanto na perturbação autonômica quanto na ansiedade relatada, como resultado das comunicações (trilhas sonoras) orientadas para a negação. Os sujeitos com menor disposição não revelaram nenhum benefício com tais comunicações e relataram vivências de intensa ansiedade. A interpretação oferecida por Lazarus e Alfert para estes resultados é de que os indivíduos com menor disposição para a negação não aceitam prontamente esta forma de “coping” como estratégia para lidar com estados de ameaça e não podem, conseqüentemente, dela tirar proveito para a redução do estresse. Por outro lado, sujeitos com forte disposição para a negação dotam-se de estratégias cognitivas compatíveis com as comunicações orientadas para a negação, delas tirando maior proveito para a redução do desconforto.

Apesar dos benefícios gerados com as pesquisas sobre os determinantes disposicionais da avaliação cognitiva, um problema comum a tais empreendimentos é a

falta de correlação freqüentemente encontrada entre os diversos índices de resposta emocional. Lazarus aponta para a utilidade destas discrepâncias como fonte potencial de informações sobre o funcionamento psicológico do indivíduo, já que cada conjunto de medidas de resposta reflete uma forma peculiar de ajuste ao meio, interno ou externo.

Noutro estudo realizado nesta mesma linha de pesquisa, Weinstein, Averill, Opton e Lazarus (1968) procuraram discrepâncias entre ativação fisiológica e comportamento manifesto que pudessem indicar modos peculiares de ajuste ao meio ambiente. Partiram da classificação dos sujeitos conforme suas estratégias defensivas características. Os tipos de defesas propostos representariam pólos de uma única dimensão “repressão-sensibilização” avaliada a partir de diversas escalas que, supostamente, revelam comportamentos e atributos associados às respectivas estratégias de defesa. A intenção principal deste estudo foi investigar a relação entre esta dimensão, medida através de escalas padronizadas de estilos de defesa e discrepâncias entre medidas de relato e índices fisiológicos de estresse. Os resultados encontrados indicam que as medidas de estilo de defesa utilizadas respondem por aproximadamente dez por cento (10%) das discrepâncias entre os dois índices de estresse. Adverte-se, contudo, que a análise dos fatores que contribuem para as discrepâncias entre as duas classes de respostas não deve menosprezar o fato de dez por cento da variância se dever aos estilos de defesa envolvidos. Análises estatísticas foram realizadas estudando em separado as diferenças entre os índices (medida fisiológica e auto-relato) em cada grupo de sujeitos (repressores e sensibilizadores). Os resultados para os dois componentes da discrepância indicam que a relação entre o estilo de defesa e a discrepância deveu-se, primariamente, à influencia do estilo defensivo nos auto-relatos, o que corrobora a conclusão de que é o auto-relato, e não a reação fisiológica, que está relacionado aos perfis obtidos com as escalas de personalidade.

O maior valor destas pesquisas não está na busca de diferenças de eficácia entre estilos de defesa, mas na investigação de padrões de respostas para cada indivíduo com o objetivo de compreender as inúmeras discrepâncias comumente encontradas em pesquisas inter-indivíduos. Segundo Lazarus e colegas, a análise dos fatores de personalidade deve ser empreendida utilizando-se uma estratégia inter e intra-indivíduo devido às grandes diferenças individuais na neuroanatomia e no funcionamento neurofisiológico que interferem no padrão de respostas peculiar a cada sujeito.

### **4.2.3 PROCESSOS DE “COPING” E SUBSISTEMA AVALIADOR**

Na abordagem do Subsistema Avaliador, o conceito de “coping” pode assumir duas conotações distintas. De um ponto de vista restrito, “coping” revela o sentido de estratégia e abrange parte do processo envolvido na relação do indivíduo com a situação estimuladora. Este enfoque aparece no artigo de Averill, Opton e Lazarus (1969), já referido, e relaciona as estratégias de “coping” com as opções que o sujeito tem para lidar com determinada problemática percebida. Tais opções seriam decorrentes do processamento cognitivo envolvido nas avaliações primária e secundária.

De um ponto de vista mais abrangente, “coping” pode ser entendido não mais como parte de um processo, mas como o próprio processo, alcançando desde a avaliação primária até a reavaliação que resulta da modificação da relação indivíduo-meio. Neste sentido, o conceito de “coping” pode apresentar-se da seguinte forma: uma gama de ocorrências que envolve o indivíduo, quando se depara com alguma problemática, percebida como tal, em sua relação com o meio ambiente (interno e externo), sendo que estas ocorrências estão relacionadas com o processamento cognitivo da problemática percebida, assim como com a seleção e execução de estratégias para lidar com a mesma. Esse processo possui um caráter cíclico uma vez que após a utilização da estratégia escolhida, ocorre uma nova avaliação da relação problemática (reavaliação) e, conseqüentemente, novas estratégias serão selecionadas a fim de continuar o processo até que o organismo considere desnecessária qualquer mobilização ulterior. É neste sentido mais abrangente que o conceito de “coping” será utilizado nas próximas discussões.

Neste processo o primeiro ponto a se destacar é a forma como determinado indivíduo avalia uma dada configuração de estímulos. Esta primeira avaliação, que caracterizará uma dada situação como ameaçadora, desafiadora, benigna ou irrelevante, foi definida por Lazarus e colaboradores como “avaliação primária” e está intrinsecamente ligada à formação de expectativas a respeito da relação com o meio. Neste momento, impõe-se a questão de melhor se compreender a formação de tais expectativas no âmbito da avaliação secundária, já que esta também desempenha papel importante neste processo construtivo.

Conforme Averill, Opton e Lazarus (1969), a avaliação secundária apresenta a função de selecionar as estratégias de “coping” com o objetivo de lidar com a demanda gerada na relação indivíduo-meio. No que se refere à formação de expectativas concluímos

que seu desenvolvimento impõe o conhecimento, por parte do indivíduo, de relações de contigüidade entre eventos e de relações “meio-fim” onde dado comportamento resulta em dada consequência. A expectativa de que um comportamento será seguido de uma consequência implica que alguma seleção das opções de “coping” deva ter se realizado. Desta forma, evidencia-se um elo entre a avaliação primária e secundária, impossibilitando a separação nítida destas partes do processo, pois para uma situação ser avaliada como ameaçadora, desafiadora, benigna ou irrelevante (função da avaliação primária), é necessário admitir-se a influência da avaliação secundária no que se refere a informar o indivíduo de suas potencialidades de “coping”, para que possam surgir expectativas a respeito do sucesso ou insucesso na situação.

Acabamos de concluir que para a compreensão das relações existentes entre as avaliações primária e secundária é necessário que se introduza no processo a noção de “feedback”. A formação de expectativas inerentes ao processo de avaliação primária deve levar em conta as influências retro-alimentadoras da avaliação secundária. Não podemos analisar a avaliação secundária apenas como uma parte do processo, subsequente à avaliação primária, mas, além disso, como um estágio que pode influir retroativamente na própria avaliação primária. Assim, a reavaliação pode ser concebida como uma nova avaliação (de nível primário) da configuração de estímulos alterada a partir da utilização das estratégias selecionadas durante a avaliação secundária. Em outras palavras, a estratégia de “coping”, seja intrapsíquico ou direcionado para a ação, possibilita a alteração da estrutura percebida da configuração de estímulos, sendo que esta nova percepção é uma reavaliação do significado da relação indivíduo-meio. Na verdade, esta reavaliação nada mais é que uma nova avaliação primária realizada sobre a configuração de estímulos que foi alterada subjetiva ou objetivamente. Novamente, esta reavaliação implicaria em outra avaliação secundária, com utilização de alguma estratégia de “coping” e conseqüente modificação da relação indivíduo-meio e assim por diante, em caráter cíclico, até que se atinja um equilíbrio ideal na relação indivíduo-meio. O encerramento deste processo pode ocorrer devido ao surgimento de uma forma de “coping” adequada à solução satisfatória da problemática percebida. Se a solução utilizada é ou não saudável para o indivíduo, trata-se de um problema de critérios envolvendo aspectos clínicos, éticos e sociais. Muitas das terapias cognitivas existentes baseiam-se na análise do aspecto

funcional envolvido na relação entre o processo de avaliação e as consequências do mesmo a nível fisiológico, cognitivo e motor.

Na evolução dos trabalhos de Lazarus e colaboradores, concedeu-se ênfase a diversos enfoques sobre o processo de “coping”. Em artigo publicado por Folkman, Schaefer e Lazarus (1979) revelou-se uma forte tendência para se relacionar o “coping” a demandas que excedem os recursos do indivíduo. Esta foi a definição dada por Lazarus, Averill e Opton (1970) com referência ao processo de “coping”:

*“... esforços, intrapsíquicos e orientados para a ação, para manejar (dominar, tolerar, reduzir, minimizar) demandas internas ou do meio ambiente e conflitos entre as mesmas, e que sobrecarregam ou excedem os recursos do indivíduo.”*

No entanto, em publicações anteriores, Averill, Opton e Lazarus (1969) também caracterizaram o processo de “coping” como possível de orientar-se para situações que não excedem, necessariamente, os recursos do organismo. Colocado desta forma, a abrangência deste conceito aumenta de forma a permitir que outras situações, além das produtoras de estresse, possam também estar envolvidas. Assim, o processo de “coping” vem abarcar as estratégias desenvolvidas para lidar com uma problemática percebida na interação do indivíduo com o meio, nos momentos em que se excedem os recursos disponíveis com conseqüente produção de estresse, e nos momentos em que tal problemática não implica qualquer ameaça ou manifestação de estresse. Esta possibilidade está exemplificada na discussão empreendida por Averill, Opton e Lazarus (1969), a respeito do papel do subsistema avaliador dentro de uma estrutura teórica proposta. Defende-se a existência de três formas básicas de “coping” que podem suceder-se à avaliação secundária: mecanismos de resposta do Ego; tendências de ação direta em presença de ameaça; e “coping” sem afeto, quando nenhuma ameaça é percebida. Nesta última possibilidade, verifica-se a tentativa de tornar o processo de “coping” suficientemente abrangente para também dar conta das situações quotidianas que não implicam problemáticas que excedam os recursos do indivíduo ou que produzam qualquer estresse.

Em diversas outras publicações, Lazarus e colaboradores orientaram suas pesquisas em função de uma crescente preocupação com a abordagem de estímulos de caráter afetivo. Estudos se realizaram com o intuito de melhor investigar as estratégias humanas para lidar com contextos que envolvem a manifestação de emoções. Esta ênfase é ilustrada

numa citação em que Lazarus (1976), referido por Cox (1978), desenvolve o conceito de “coping” como uma forma de solução de problemas que envolvem riscos para o bem-estar do indivíduo, sendo que este não está totalmente certo a cerca do que fazer. Esta abordagem apresenta dois pontos principais: o “coping” envolve situações de demanda experienciadas como estressantes e, através do mesmo, busca-se dominar estas situações. Esse sentido coloca ênfase no caráter defensivo do processo, voltado para a eliminação ou redução da ameaça através da alteração do significado da relação indivíduo-meio em busca de um padrão menos danoso. Duas estratégias são fundamentais nesse intento: a tendência para a ação direta sobre o estímulo ameaçador e as formas intrapsíquicas de “coping”, que assumem o papel de mecanismos de defesa do Ego.

A ênfase dada ao processo de “coping” como emergente em contextos carregados de informações afetivas, tornou-se ainda mais clara em publicações onde Lazarus (1974) salienta a necessidade de fortalecer a abordagem naturalista do processo emocional e, com isso, corrigir o desequilíbrio existente em relação à abordagem laboratorial predominante.

A manifestação natural da emoção, principalmente quando em complexas interações interpessoais, é mais do que o surgimento de uma simples resposta do organismo, pois envolve intrincada combinação de afetos como resultado de múltiplos elementos de avaliação cognitiva desenvolvidos durante a complexa transação com o meio. Conforme a natureza desta relação adaptativa, mudanças na qualidade e intensidade emotivas podem surgir em virtude das atuações e modificações impostas pelo sujeito. Assim, abandona-se a concepção de um sistema de causalidade linear em favor de um sistema cíclico, com componentes de “feedback” responsáveis pela contínua modelação da emoção durante uma transação complexa. O contínuo esforço para lidar com as situação e regular a resposta emocional oferece um “feedback” que permite a reavaliação da situação, alterando, conseqüentemente, a intensidade e a qualidade das emoções vividas.

A constante transformação da relação do indivíduo com a situação afetiva é, como já vimos, mediada por intensa atividade cognitiva (avaliações primária e secundária) geradora de esforços direcionados ao meio externo ou interno (intrapsíquico). Duas funções distintas e ao mesmo tempo complementares podem ser atribuídas a esses esforços (“coping”). A função instrumental se evidencia na busca de soluções para a relação problemática com o meio, e a função reguladora se destaca na manipulação do significado desta relação, de forma a regular e controlar a experiência emocional.

Quanto ao caráter auto-regulador da resposta emocional, Lazarus (1974) distingue os esforços focalizados no problema gerador da emoção com o objetivo de alterar sua natureza, dos esforços direcionados para o controle direto da expressão emocional, enquanto manifestação motora e visceral. Vale observar que não é a esta última modalidade de auto-regulação que Lazarus (1974) se refere quando discute as funções do processo de “coping”. Sua preocupação básica está no estudo do problema gerador da atividade do “Sistema de Resposta Emocional” e das formas de lidar com o mesmo, apesar de também admitir a importância das estratégias paliativas de auto-controle, restritas aos aspectos periféricos da resposta emocional, como fatores coadjuvantes do processo de “coping” orientado para a transação problemática. Por não estarem totalmente desvinculadas do processo, não se pode depreciar o valor das técnicas de auto-controle, orientadas para as respostas periféricas, na manutenção de um estado de consciência propício para o curso apropriado dos processos cognitivos.

A auto-regulação da resposta emocional através da manipulação do significado do contexto estimulador é um fenômeno que foi muito pouco estudado pelas abordagens tradicionais da emoção. O fato de na maioria dos contextos emocionais não se dispor de informações suficientemente claras para permitir avaliações objetivas do que ocorre durante a interação com o meio, dificulta a análise dos aspectos de relevância das informações obtidas, assim como a formação de expectativas por conseqüências benignas ou estressantes (avaliação primária). Assim, estando a avaliação primária prejudicada, as formas de “coping” a serem utilizadas também não podem ser bem elaboradas, sendo esta uma condição que se repete na maioria das relações interpessoais. Esta realidade impõe o desenvolvimento de um modelo de processamento de informação que possa lidar com informações incompletas e não explícitas. Lazarus (1974) sugere que tal modelo deve admitir a existência de processos inferenciais que permitam a redução da ambigüidade da informação, assim como sua persistência, caracterizando seu valor adaptativo.

Na análise de diversos contextos situacionais, Folkman, Schaefer e Lazarus (1979) observaram a ocorrência de diferentes manifestações da incerteza no indivíduo. Três formas básicas foram encontradas. A incerteza pode se revelar com respeito à probabilidade de um evento ocorrer, ao momento de sua ocorrência e às possíveis conseqüências frente ao que pode ser feito para lidar com o mesmo. Alguns autores tentam relacionar a efetividade do “coping” com o grau de sucesso na redução da ambigüidade da

situação. No entanto, Lazarus e colaboradores lembram da existência de situações onde é mais adaptativo perpetuar a incerteza do que reduzi-la, como nos casos de doenças terminais, ou naqueles em que a escassez de informações conduz à incertezas de tal forma ameaçadoras que somente a evitação, a negação, ou a distorção defensiva podem gerar algum alívio para o sujeito. Tais situações demonstram que a ambigüidade também pode conduzir ao oposto da busca de informações.

O tema da ambigüidade ainda permanece pouco conhecido, principalmente quanto à questão da forma como a ambigüidade e a incerteza afetam a avaliação cognitiva nos processos de “coping”. Em situações caracterizadas pela ambigüidade, constata-se, em muitos casos, que a incerteza pode funcionar como estímulo para a busca de informações adicionais e que tal busca é, em si mesma, uma manifestação de “coping”. Entretanto, grande parte dos contextos emocionais não se caracteriza pela suficiente disponibilidade de informações, induzindo ao surgimento de estratégias de “coping” sob a forma de processos inferenciais que visam preencher as lacunas provocadas pela incerteza. Tais processos conduzem a diferentes resultados, já que estão relacionados a informações provenientes de fontes que vão além da situação objetiva, razão pela qual as formas de “coping” variam tanto de indivíduo para indivíduo. Com o esgotamento das fontes de informações ambientais, entram em jogo os sistemas de crenças individuais na determinação do curso a ser tomado pelo processo avaliativo. Tais sistemas de crenças, como veremos adiante, interferem nas avaliações produzindo reflexos emocionais que variam amplamente conforme o tipo de crença em jogo.

Quanto à disponibilidade de estratégias de “coping”, Lazarus e colaboradores ressaltam a necessidade de diferenciar as estratégias de “coping” dos recursos de “coping”. Entende-se por estratégia de “coping” a forma como o indivíduo se esforça para manejar a relação com o meio percebida como problemática. Folkman, Schaefer e Lazarus (1979) enquadram os processos de “coping” em quatro categorias principais que podem ser empregadas sequencialmente ou simultaneamente. O indivíduo, não se satisfazendo com as informações disponíveis no meio, pode sair a procura de mais informações visando reduzir sua incerteza. Pode também, considerando-se seguro com as informações disponíveis, partir para uma ação direta visando transformar instrumentalmente a relação. Outra possibilidade é a inibição da ação direta, devido a constrangimentos internos ou

externos, com a possível utilização de modos intrapsíquicos de “coping”, considerados como outra opção de “coping”.

No contexto aqui discutido, as estratégias de “coping” servem a duas funções básicas: alterar o relacionamento problemático do indivíduo com o meio visando a melhora de seu bem estar, e regular o estresse e a reação emocional subjetiva. Com relação aos recursos de “coping”, estes são entendidos como provenientes do indivíduo ou do meio externo, não constituindo o processo de “coping” propriamente dito, mas participando em seu direcionamento. Tais recursos não são constantes no tempo e podem variar conforme a experiência individual, o grau de estresse, o estilo de vida, além de outras variáveis. Incluem cinco categorias principais: crenças gerais e específicas; recursos utilitários (dinheiro, papel social); laços sociais; habilidade para a solução de problemas; e saúde. A importância desses recursos se faz presente no fornecimento de dados que auxiliam na avaliação do impacto para o bem estar do indivíduo e no delineamento das bases para o “coping”.

Crenças gerais e específicas são consideradas recursos de importância crítica para o processo de “coping”. Tais recursos atuam diretamente sobre a avaliação que o indivíduo pode fazer frente a situações de demanda interna ou externa. As crenças gerais dizem respeito ao que o indivíduo pensa de si mesmo ao lidar com diferentes situações. As específicas relacionam-se com indivíduos ou situações particulares, tais como a crença na atuação de um médico, na eficácia de um programa educacional, em um regime de tratamento específico para uma doença etc.

Lazarus e colaboradores observam que a crença na auto-eficácia é um dos recursos de maior importância para a evolução da relação do indivíduo com o meio. Este tema merece, em seu aprofundamento, a inclusão da brilhante contribuição de Bandura (1977) sobre o conceito da auto-eficácia, constructo de fundamental importância para a compreensão do processo de “coping”. Segundo Bandura (1977), um recurso psicológico que serve ao indivíduo na relação com o meio, de forma subjacente ao processamento cognitivo das informações que transitam nesta interação, é a expectativa sobre sua eficácia no lidar com situações problemáticas. Tal expectativa funciona como determinante da possibilidade de uma estratégia de “coping” ser iniciada, da quantidade de esforços que será despendida e do tempo que tais esforços serão sustentados em face de obstáculos e experiências adversas. Bandura distingue expectativas de eficácia e expectativas de

resultado. As primeiras referem-se à convicção de alguém sobre sua capacidade de executar com sucesso o comportamento requerido para a realização de certo objetivo. As expectativas de resultado representam estimativas de que dado comportamento deve conduzir aos resultados esperados. Tal distinção permite caracterizar situações onde o indivíduo, apesar de acreditar na eficácia de um particular curso de ação para produzir certos resultados, possui sérias dúvidas quanto à sua capacidade para realizar as necessárias atividades. Desta forma, as expectativas de auto-eficácia possuem caráter determinante do comportamento na medida que afetam o engajamento e a persistência de determinadas estratégias de “coping”. A escolha de situações comportamentais sofre forte influência das crenças na auto-eficácia, fato que se reflete na habitual tendência em se evitar situações ameaçadoras que excedem as habilidades de “coping” disponíveis ao sujeito.

Lazarus e colaboradores classificam os sistemas de crenças conforme o grau de particularidade-generalidade do contexto para o qual a crença se presta, ou seja, o indivíduo pode considerar que toda situação é ameaçadora, ou desafiadora, mas pode também considerar que apenas esta ou aquela situação o seja. Na medida que as crenças na auto-eficácia possam envolver somente situações específicas, apenas habilidades relevantes ao contexto serão postas em jogo, motivo pelo qual a análise dos fatores envolvidos na avaliação da ameaça deva conceder especial atenção às áreas de vulnerabilidade que venham desempenhar algum papel na determinação de quais situações sejam consideradas ameaçadoras.

O sistema de crenças existenciais, de caráter geral, apresenta importância considerável no processo avaliativo de situações problemáticas, pois fornece respostas e explicações para eventos objetivamente inexplicáveis, tais como a morte, acidentes traumáticos etc. Tais crenças, bem desenvolvidas em diversas religiões, capacitam as pessoas a encontrar algum benefício nas experiências às quais estão sujeitas.

Quanto aos recursos utilitários, estes parecem estar disponíveis para alguns e não para outros. Caracterizam-se por serem provenientes do meio (dinheiro, ferramentas, manuais de instrução, programas de treinamento etc). Não se pode negar a utilidade de tais recursos para aqueles que lhes possuem acesso e que estejam cientes de sua existência e de como utilizá-los.

Com relação aos laços sociais é inquestionável o quanto os sistemas de suporte social são importantes para os processos de "coping". Em geral, percebe-se uma forte correlação da existência de fortes laços sociais com a boa saúde física e psíquica.

Habilidades são recursos internos úteis em casos que exigem atos específicos. Exemplos de especificidade incluem a habilidade de guiar um automóvel, de lidar com dilemas morais ou conflitos familiares e habilidades para solução de problemas, que se manifestam de diversas formas e contextos tais como na procura de informações relevantes, na análise de situações com o propósito de identificar um problema, na produção de cursos alternativos de ação, na seleção e implementação de planos apropriados de ação etc.

Finalmente, temos a saúde como outro importante recurso de "coping". O indivíduo doente e enfraquecido possui, naturalmente, menos energia para investir nos processos de "coping" do que aquele saudável e robusto. Lazarus e outros destacam exemplos de casos de recuperação de acidentes traumáticos, em que o início da convalescência caracterizou-se pela íntima correlação entre a baixa efetividade de "coping" e o estado de debilidade, dependência e auto-descrédito dos enfermos. No entanto, no evoluir do tratamento e conseqüente recuperação das forças, tais indivíduos aumentaram gradativamente sua responsabilidade com a própria doença e reabilitação, passando a lidar de forma cada vez mais efetiva e realista.

As considerações até agora levantadas podem sugerir a conclusão de que a escolha, deliberada ou automática, dos processos de "coping" pelo indivíduo, estariam de acordo com suas expectativas de alterar a relação com o meio para melhor. Entretanto, além de tais expectativas, outros fatores parecem também interferir no processo decisório. A adequabilidade de uma decisão diz respeito tanto a demandas internas quanto externas. Internamente, os processos de "coping" devem satisfazer a um compromisso entre as estratégias escolhidas pelo sujeito e fatores internos tais como seus objetivos, comprometimentos e valores pessoais, estilos de vida, pensamento e ação etc. Quanto às demandas externas, as estratégias de "coping" devem se ajustar às restrições do meio. A qualidade ótima de ajuste é encontrada quando o indivíduo dispõe de estratégias que atendem às demandas ambientais e, ao mesmo tempo, não entram em conflito com outras variáveis do sujeito. O não cumprimento deste compromisso põe em jogo a efetividade do "coping" em reduzir o estresse, tornando possível até mesmo o seu agravamento.

## **5 A POSIÇÃO DA PSICOTERAPIA COMPORTAMENTAL**

### **5.1 CARACTERIZAÇÃO**

Figueiredo, L. C. M. e Coutinho, A. R. (1988:8) apresentaram um proveitoso apanhado de definições clássicas da Terapia Comportamental, do qual lançaremos mão na introdução deste tópico:

“- ‘Terapia comportamental, ou terapia de condicionamento, é o uso dos princípios de aprendizagem experimentalmente estabelecidos com o objetivo de modificar o comportamento desadaptativo’ (Wolpe, 1969).

- ‘Terapia comportamental é a tentativa de alterar o comportamento humano e a emoção de uma forma benéfica de acordo com as leis da moderna teoria da aprendizagem’ (Eysenck, 1964).

- ‘a) A psicoterapia é um processo diretivo, predizível e regulado (submetido a leis naturais) que pode ser investigado parcimoniosamente dentro do quadro de referências de uma teoria do reforço; b) As variáveis que afetam o processo terapêutico são as mesmas que atuam em outras situações interpessoais que envolvem o reforçamento, controle, manipulação, influência ou redirecionamento do comportamento humano’ (Krasner, 1962).

- ‘Terapia comportamental é a tentativa de usar sistematicamente o corpo de conhecimento empírico e teórico que resulta da aplicação do método experimental na psicologia e nas disciplinas estreitamente associadas (fisiologia e neurofisiologia) a fim de explicar a gênese e a manutenção de padrões anormais de comportamento; e para aplicar este conhecimento no tratamento e na prevenção destas anormalidades por meio de estudos experimentais controlados de caso único, tanto descritivos como corretivos’ (Yates, 1970).

- ‘Parece não haver nenhuma definição aceita univocamente para a terapia comportamental ou modificação do comportamento (...). Como uma síntese tentativa, a presente revisão adotará os dois critérios seguintes como característicos da modificação do comportamento: 1) uso de um conjunto amplamente definido de procedimentos clínicos cuja descrição e justificativa lógica freqüentemente dependem dos achados experimentais da pesquisa psicológica (...) e, 2) uma abordagem experimental e funcionalmente analítica

para os dados clínicos, baseada em resultados objetivos e mensuráveis' (Mahoney, Kazdin e Lesswing, 1974)."

Os autores citados salientam três aspectos nas definições descritas. O primeiro, diz respeito à noção de anormalidade, ora vista de uma perspectiva biológica, ora de uma perspectiva social. Em seguida, os autores destacam a ênfase na base teórica que orienta a clínica comportamental, oscilando entre os dois paradigmas da aprendizagem associativa: condicionamento clássico e instrumental, ou mesmo na combinação dos dois: teoria dos dois fatores. O terceiro aspecto refere-se à escolha entre a postura teórica do empreendimento e a de natureza experimental e científica.

Sobre a natureza funcional-mecanicista do enfoque comportamental, Figueiredo e Coutinho (1988) identificam a ênfase no observável e a conseqüente negação da "*profundidade*" dos fenômenos comportamentais. Apesar da aceitação de processos e mecanismos não observáveis, tal abordagem enquadra-se na perspectiva que classificam como "*horizontal*", onde todas as variáveis são consideradas dentro de uma mesma dimensão do real. Distinguem-se, assim, as explicações "*horizontais*", próprias da terapia comportamental, das explicações "*verticais*", próprias das teorias psicodinâmicas. Estas últimas satisfazem ao que se entende como modelo "*funcional-romântico*", conceito tomado de empréstimo a Gusdorf (1982). Neste modelo, o comportamento observável é visto como manifestação de uma realidade subjacente, cuja interpretação se revela como única possibilidade de acesso à verdadeira realidade, oculta nas profundezas do ser. O observável também desempenharia função equilibradora na dinâmica interna do sujeito.

O uso de variáveis mediacionais, cognitivas ou motivacionais, pela terapia comportamental, em nada comprometeria sua posição pragmática de previsão e controle, e também não representaria qualquer aproximação da postura hermenêutica. Mesmo a "*reestruturação cognitiva*", conforme utilizada na perspectiva do "*behaviorismo neo-mentalista*", revelaria-se como um "(...) *processo que incide sobre um mecanismo adaptativo que exige reparos para desempenhar adequadamente suas funções.*" (Figueiredo e Coutinho, 1988:15).

A incorporação dos processos cognitivos na estrutura de entendimento do comportamento humano representa um dos principais focos de discussão e discórdia entre diferentes correntes da terapia comportamental. Dessa forma, introduziremos, a seguir, um

breve histórico do movimento de incorporação de aspectos cognitivos na psicoterapia comportamental.

## **5.2 A INCORPORAÇÃO DA COGNIÇÃO PELA PSICOTERAPIA COMPORTAMENTAL**

Nos últimos anos, um esforço crescente de teóricos comportamentais tem se orientado para a integração de aspectos cognitivos ao modelo explicativo do comportamento. Mahoney (1984), comentando tal tendência, ressaltou a contribuição de dois fatores: o reconhecimento da necessidade prática do envolvimento ativo do paciente na modificação de seu comportamento e a consciência de que a compreensão dos eventos privados é necessária para o atendimento adequado ao cliente.

Numa análise restrita aos últimos 30 anos, Mahoney divide este período em duas etapas conforme o modelo predominante de estudo do comportamento. No período inicial, entre 1950 e 1965, destaca-se o condicionamento clássico como modelo hegemônico, fundamentado no associacionismo, de concepção passiva, contiguidade temporal e reflexos inatos (incondicionais). No início de 1960, a predominância inicial vem a ser fortemente suplementada pela ênfase na aprendizagem instrumental e nos princípios do condicionamento operante.

No segundo período, de 1965 em diante, dois fenômenos surgem com especial importância: o interesse no “*auto-controle comportamental*” e o interesse pelo estudo comportamental dos processos privados. O primeiro já fora antecipado por B. F. Skinner em 1953, quando, em “*Science and Human Behavior*”, devotou um capítulo inteiro ao conceito de “auto-controle” e à relação entre respostas controladas e respostas de controle. Em 1962, Ferster, Nurnberger e Levitt pesquisaram o controle comportamental de padrões excessivos de ingestão alimentar em indivíduos que auto-aplicavam princípios comportamentais. Diversas pesquisas identificando parâmetros de reforço auto-administrado, na década de 1960 (Bandura, 1964; Kanfer, 1963), serviram como precursores das pesquisas sobre auto-controle na década seguinte (Bandura, 1971, 1977; Kanfer e Karoly, 1972a, 1972b). Em 1965, Goldiamond concluiu que se o comportamento é função de contingências ambientais, não haverá diferença se tais contingências forem estabelecidas pelo terapeuta ou pela pessoa cujo comportamento pretende-se alterar. O trabalho de Goldiamond, segundo Mahoney (1984:5), permitiu que outros escritores

(Bandura, 1978) desafiassem a unidirecionalidade das influências entre o indivíduo e o mundo, assim como a natureza dos princípios subjacentes às diferenças individuais. A carga de responsabilidade pela mudança comportamental tornou-se dialeticamente distribuída entre terapeuta e cliente.

Já quanto ao estudo das variáveis cognitivas, Mahoney (1984:5) observa, curiosamente, que muito desse interesse inicial foi introduzido por pesquisadores mais inclinados para a teoria “*Skinneriana*”. L. Homme, por exemplo, um dos primeiros alunos de Skinner, publicou em 1965 um artigo pretendendo aplicar aos pensamentos e eventos internos, os mesmos princípios de condicionamento aplicáveis aos comportamentos e seus referentes externos. Pouco tempo depois, em 1966 e 1967, J. Cautela introduziu um programa de pesquisa tentando demonstrar como eventos privados são suscetíveis à medição e manipulação através de técnicas de condicionamento (Mahoney, 1984:5-6).

Consideramos que a crescente aceitação de um sujeito ativo pela psicoterapia comportamental favoreceu a busca, cada vez mais intensa, por determinantes internos que conferissem atividade a esse sujeito e pelas leis subjacentes a seu funcionamento. Assim, os fatores cognitivos foram cada vez mais valorizados na compreensão dos problemas e queixas dos pacientes, assumindo grande importância para o sucesso do tratamento.

Uma série de evidências, clínicas e experimentais, atestando a influência de fatores cognitivos no comportamento, começaram a ser reunidas. V. Meyer e B. Reich (1978:177) resumiram algumas evidências provenientes da clínica. Observam, por exemplo, que pacientes fóbicos tendem a subestimar sua capacidade de enfrentamento quando se sentem ameaçados. Relatam, além disso, registros de muitos pacientes com dificuldades em classificar e nomear suas emoções além de, freqüentemente, confundirem estados de terror com estados de medo. Tais pensamentos classificatórios parecem resultar de expressões “*tudo ou nada*”, tal como “*sem nenhum medo*” ou “*em pânico*”, fato que explicaria o porquê de, freqüentemente, muitos pacientes fóbicos não revelarem consciência de melhoras graduais durante o tratamento. Evidências de que pacientes podem estar conscientes e fazer uso de estratégias de enfrentamento (“*coping*”) durante o tratamento, também foram levantadas (Lang, 1969; Marks, Boulougouris e Masset, 1971).

Ainda no âmbito clínico, uma série de pesquisas que representam boa ilustração da importância dos processos privados para a psicoterapia referem-se ao fenômeno conhecido como “*ansiedade induzida por relaxamento*” (Mahoney, 1984:6). Borkovec e colegas

(citados em Mahoney, 1984:7), em recente pesquisa, assinalaram que 36 % dos sujeitos com o diagnóstico de ansiedade crônica apresentaram, ao contrário do esperado, aumento de ansiedade após a primeira sessão de treinamento em relaxamento, técnica de uso freqüente na psicoterapia comportamental (Borkovec, 1982; Heide e Borkovec, 1983). Edinger e Jacobson (1982), conforme Mahoney (1984:7), encontraram dois efeitos não esperados de maior incidência, como consequência do treino em relaxamento: pensamentos intrusivos e medo de perder o controle (3 a 5 vezes mais freqüentes do que qualquer outro efeito colateral). Estas últimas evidências foram obtidas a partir do relato de 200 terapeutas comportamentais praticantes, sobre os efeitos colaterais experienciados por seus clientes no treino de relaxamento.

Observamos que os primeiros modelos construídos, visando incorporar os aspectos cognitivos como fatores de importância na determinação do comportamento, mantiveram-se dentro da tradição behaviorista e não representaram qualquer aproximação ao “*cognitivismo*”. Na posição comportamentalista, o uso da noção de determinante cognitivo não implica qualquer privilégio aos processos cognitivos em relação aos padrões motores de comportamento. Argumenta-se ainda que esta exclusão hierárquica é precisamente o que marca a distância que separa o cognitivismo do comportamentalismo (Penna, 1986:31). Tal posição se identifica, naturalmente, com a abordagem “*horizontal*” antes citada, característica do enfoque comportamental.

Apresentaremos, em seguida, dois modelos de entendimento da cognição e sua relação com o comportamento, mantendo-nos dentro da perspectiva comportamental. Posteriormente, verificaremos a tentativa de se propor uma nova perspectiva, com pretensões cognitivistas, para o entendimento dos processos cognitivos. Tal tentativa, partindo de teóricos inicialmente comportamentalistas, caracterizou o que agora se chama “*abordagem comportamental-cognitivista*”.

### **5.3 O MODELO COMPORTAMENTAL DA COGNIÇÃO**

Neste tópico buscaremos ilustrar a abordagem tipicamente comportamental da cognição. Limitamo-nos à discussão das perspectivas de dois autores. O primeiro, J. Wolpe, desenvolve argumentação representativa do que vimos como abordagem “*horizontal*” do comportamentalismo. O segundo autor (P. J. Lang), igualmente

representativo, tem revelado forte influência nos rumos atuais da psicoterapia comportamental.

### **5.3.1 O MODELO DE J. WOLPE**

A perspectiva de Wolpe (1985:18-22) ilustra a tentativa de aplicação dos princípios e leis da aprendizagem aos processos internos. Wolpe concorda que a percepção do mundo a nossa volta seja o determinante principal de nossas ações, afirmando que a maneira como reagimos às situações varia com a forma como nós as percebemos. É nesse sentido que o pensamento tem um papel central no comportamento humano. Considera que o conhecimento do mundo possuído pelo indivíduo consiste inteiramente de eventos privados. Sua primeira resposta a um objeto é sua percepção do mesmo, um evento privado. As percepções são a base das cognições e resultam de complexas seqüências de eventos no organismo, identificados como condicionamentos. Entre os argumentos que utiliza em defesa de sua tese, Wolpe destaca o relato de Stratton (1897) sobre o efeito da distorção do mundo visual na mobilidade geral. Tal efeito pode ser obtido com o sujeito mantendo um de seus olhos coberto e utilizando, no outro, um prisma que inverta os lados esquerdo e direito do campo visual. A inibição da mobilidade se reduz, com o passar do tempo, a ponto do campo visual transformar-se e corrigir-se, mesmo que o sujeito permaneça usando o prisma. Wolpe observa que o fato da correção ocorrer pode ser facilmente explicado em função do condicionamento. Ver um objeto em um lado do campo visual é reforçado pelo sucesso do contacto feito a partir do movimento do braço em direção ao outro lado do campo, formando-se uma coordenação neural entre a imagem que é vista e a ação que é realizada. Na medida que tal reforçamento se repete, tais movimentos passam a ocorrer com crescente prontidão e, eventualmente, o mundo visual se transforma em conformidade. Segundo Wolpe, isso indica que a maneira como vemos as coisas é função do sucesso de nossos movimentos, ou seja, é função do condicionamento. A constância perceptiva decorreria da correspondência entre alguma propriedade dos objetos e a resposta terminal apropriada a esta propriedade. Wolpe assim resume esta posição:

“Nosso conhecimento do mundo é uma função da ativação de engramas que são o produto de ocasiões repetidas da aprendizagem em variadas relações espaciais com os objetos. Os engramas são complexos sistemas integrados de resposta neural, ativáveis através de

combinações sistematicamente variáveis de ‘input’ sensoriais, estabelecendo, dentro de limites especificáveis, constância de percepção a despeito de variações na estimulação sensorial. Visto que existem constâncias em relação a todas as partes de todos os campos perceptuais, a consciência do meio envolve uma ativação simultânea de engramas relacionados a todos os objetos presentes em um dado momento.

O processo de aprendizagem pode conectar qualquer engrama com qualquer outro de tal forma que a ativação do primeiro conduz à ativação do segundo. Imaginação sem percepção é portanto eliciada; isto é a base do pensamento.” (Wolpe, 1985:22)

Observamos claramente na posição de Wolpe, a perspectiva “*horizontal*” de tratamento dos processos cognitivos e motores. Fala de uma coordenação neural que une a imagem à ação e da correspondência entre uma propriedade do objeto e a resposta a esta propriedade. Nenhum dos integrantes da relação percepção-ação é privilegiado em relação ao outro. O que os une é a aprendizagem pela qual se fortalecem as conexões neurais. Os processos cognitivos são compreensíveis em termos comportamentais.

### **5.3.2 O MODELO DE P. J. LANG**

A perspectiva de Lang, agora introduzida, não representa o estado mais avançado de seu trabalho, constituindo-se, na realidade, como seu predecessor. Tal desenvolvimento será discutido em próxima etapa, quando da caracterização dos modelos comportamentais-cognitivistas. Neste primeiro momento, Lang (1971) mantém-se dentro de uma visão sistêmica, com a resposta cognitiva se igualando, em importância, às respostas motora e autonômica. Abrange o comportamento emocional em particular, mas verificamos que tal modelo também é aplicável ao comportamento em geral, o que, de fato, vem sendo realizado por grande número de terapeutas comportamentais.

Lang (1971) reuniu diversas evidências da interação entre processos cognitivos e respostas emocionais, o que lhe serviu de fundamentação para o desenvolvimento da concepção da emoção como um complexo de três sistemas mensuráveis: verbal-cognitivo, motor-manifesto e fisiológico (órgãos com inervação autonômica e ativação do tônus muscular). Conforme sua descrição, “ (...) *estes sistemas são também altamente interativos, e parecem mutuamente, sustentar ou atenuar uns aos outros através de formas que nós estamos somente começando a entender.* ” (Lang, 1971:105). Vários experimentos foram reunidos com o objetivo de demonstrar como, sob condições

apropriadas, o fornecimento de instruções adequadas pode produzir “*outputs*” fisiológicos e comportamentais (componentes da resposta emocional). Em um desses relatos, Graham e colaboradores (Graham, Kabler, 1962; e Graham, 1962), deram sugestões a sujeitos normais para assumirem atitudes emocionais previamente associadas com síndromes psicossomáticas. Encontraram, nestes sujeitos, alterações fisiológicas nos mesmos sistemas orgânicos que foram atingidos em grupo paralelo de pacientes. Sternbach (1964), em outro estudo, observou variações na motilidade gástrica de acordo com instruções a respeito dos efeitos esperados após a administração de uma pílula a um pequeno grupo de sujeitos. Aqueles para os quais foi dito que a pílula relaxaria o estômago mostraram redução de atividade em relação a um grupo não informado, enquanto os sujeitos para os quais foi dito que a pílula era um estimulante gástrico mostraram significativo aumento da motilidade. Melamed (1969) encontrou evidências de significativas alterações do tônus fisiológico e da taxa de habituação a um estímulo ameaçador apresentado por filmes, conforme as condições de instrução oferecidas aos sujeitos. Observou-se que tais alterações estavam correlacionadas com os subsequentes relatos verbais de redução de medo. Portanto, sujeitos instruídos para intensificar sua experiência emocional mostraram maior estimulação autonômica e menor alteração pós-experimental do medo; e sujeitos instruídos na prática de relaxamento muscular mostraram níveis mais baixos de estimulação e maior redução pós-experimental do medo.

A partir destes e diversos outros dados clínicos e experimentais, Lang sugere (Lang, 1971:106) que um circuito crescente de retroalimentação pode ser gerado entre os sistemas que compõem a resposta emocional. Ilustra esta afirmação com o exemplo de um paciente que apresenta uma disposição para o estresse. Tal indivíduo, ao tornar-se consciente de um “*feedback*” autonômico (tal como o aumento da taxa cardíaca), vê confirmada sua percepção. Um pulso acelerado pode, então, alcançar o status de um estímulo discriminativo para posteriores cognições relativas ao estado de ansiedade, alcançando-se uma condição onde “*taquicardia provoca taquicardia*” (Lang 1971:106).

Os sistemas constituintes da reação emocional podem interagir através de canais de comunicação interoceptivos (neural e hormonal) e exteroceptivos. Todos os sistemas são vistos como controlados ou influenciados por mecanismos cerebrais. Os níveis de influência dos centros de controle importantes cortical ou sub-cortical, límbico ou a nível de tronco cerebral) são variados e, tal como nos comportamentos resultantes, parcialmente

independentes (Lang, 1971:108). Lang argumenta que devido a imperfeição desta articulação, é possível e usual a produção de cognições de conteúdo emotivo sem estimulação autonômica, de comportamento agressivo sem um motivo hostil, ou de um comportamento autonômico e de evitação característico do medo sem que haja sua devida compreensão como tal (“*insight*”). Conforme Lang sustenta (1971:108), uma emoção refere-se a coincidência de atividades entre os sistemas; uma resposta altamente generalizada entre os sistemas caracteriza o estado de afeto intenso. Novamente, aqui, observamos a alegada independência entre os sistemas cognitivo, autonômico e motor. Posição que contrasta flagrantemente com o cognitivismo, já que este propõe, conforme ilustramos com a abordagem de Lazarus e colaboradores, a primazia da cognição em relação à expressão emocional em particular e em relação a ação em geral, seja através da expressão por respostas verbais, autonômicas, motoras ou outras quaisquer.

Nas posições agora resumidas, assim como na abordagem comportamental em geral, constatamos a recusa em se admitir a existência de qualquer entidade mental com poder de causar comportamento, considerado como manifestação de caráter físico e biológico. Desta ótica, o comportamento só poderia resultar de uma causalidade material, o que afasta a possibilidade de existência de um reino mental com propriedades distintas do reino físico e ao mesmo tempo capaz de agir sobre o mesmo. Assim, os processos cognitivos admitidos pelos modelos comportamentais não possuem qualquer característica mental, problema que aprofundaremos mais adiante, e não possuem qualquer privilégio em relação ao comportamento em geral. Na verdade, obedecem aos mesmos princípios que regem o comportamento motor e autonômico: as leis biológicas e as leis da aprendizagem. Tal posição é típica do modelo funcional-mecanicista e incompatível com a concepção de um organismo ativo, já que o comportamento é visto como determinado por contingências ambientais. Mesmo a tese de Goldiamond, antes citada, de que tais contingências possam ser estabelecidas pelo próprio autor da conduta, se revela sem fundamento em relação a esta questão, já que o comportamento de estabelecer tais contingências é, ele próprio, determinado contingencialmente.

Acontece que a cognição, sendo entendida como mera resposta determinada, não é suficiente para fazer frente à riqueza que vivenciamos em nosso mundo interior. Tal posição entra em confronto direto com a experiência, vivida por todos nós, de que

podemos causar comportamentos a partir de decisões que tomamos em nosso mundo mental.

Acreditamos que as exigências impostas pela própria experiência de vida, somadas ao fortalecimento crescente da posição cognitivista, além das dificuldades encontradas pelas teorias da aprendizagem na explicação de comportamentos complexos assim como de alguns fenômenos encontrados na clínica (tal como o retorno não provocado de uma reação fóbica que já sofrera extinção e após um intervalo durante o qual é improvável que nova aprendizagem tenha ocorrido), tenham gerado questionamentos e conflitos entre os próprios teóricos comportamentais. Diversos autores, alguns de origem comportamental, começaram a propor modelos em que os processos cognitivos são entendidos como determinantes básicos do comportamento, o qual pode então se manifestar a partir das diferentes classes de resposta. Nesta concepção, as diversas técnicas comportamentais passam a servir ao propósito de intervir direta ou indiretamente sobre os processos cognitivos, estes sim considerados como objetivo último da terapia. Tal posição passou a se denominar como “*comportamental-cognitivista*”.

A seguir, discutiremos mais aprofundadamente esta perspectiva, fornecendo alguns exemplos de modelos da mesma .

## 6 O MODELO COMPORTAMENTAL-COGNITIVISTA

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO

M. J. Mahoney resume os princípios fundamentais do modelo comportamental-cognitivista em quatro afirmações genéricas:

- 1 - O organismo humano responde primariamente às representações cognitivas de seu meio ambiente ao invés de responder diretamente ao meio.*
- 2 - Estas representações cognitivas estão funcionalmente relacionadas com os processos e parâmetros da aprendizagem.*
- 3 - A maior parte da aprendizagem humana é mediada por processos cognitivos.*
- 4 - Pensamentos, sentimentos e comportamentos interagem de maneira causal.*  
(Mahoney, 1977: 7-8)

Algumas inferências podem ser colhidas destes enunciados. A primeira assertiva sugere que constructos como crenças e expectativas representam variáveis de maior valor preditivo para o comportamento humano do que as variáveis externas. Como a segunda assertiva reconhece a influência dos fatores ambientais sobre a representação cognitiva, conclui-se que a combinação das duas afirmações possua maior valor preditivo (Mahoney, 1977).

A segunda assertiva conduz à inferência de que crenças, atitudes e outras representações cognitivas devem ser modificáveis a partir de procedimentos que equiparam-se àqueles da aprendizagem de laboratório. Mahoney analisa de forma cuidadosa tal conclusão, já que existe pouco consenso acerca dos “*princípios da aprendizagem*”, e aponta para evidências (Bandura, 1969; Brewer, 1974; Grings, 1973; Weimer & Palermo, 1974) em favor da não equivalência entre os princípios da aprendizagem e os princípios do condicionamento. Pesquisas na psicologia cognitiva e na área de processamento de informação revelam evidências de correspondências significativas entre parâmetros de reestruturação cognitiva<sup>2</sup> e parâmetros de aprendizagem em geral. A existência de afirmações a respeito da influência diretiva de procedimentos de treinamento comportamental sobre grande parte dos processos cognitivos subjacentes ao funcionamento humano, oferecem apoio a esta tese (Mahoney, 1974).

Quanto às assertivas 3 e 4, se, por um lado, nossas representações cognitivas são capazes de uma relação causal com nossos sentimentos e ações, por outro lado nossas ações e suas conseqüências ajudam a formar tais representações cognitivas. Esta observação não supõe, entretanto, uma circularidade tautológica, mas uma causalidade característica do determinismo interativo, mais compreensível e defensável do que as propostas unilaterais tradicionais. Não existe razão lógica alguma para a recusa de que uma classe de causas seja influenciável por eventos de uma classe de efeitos. Com base neste argumento, Mahoney (1977) sugere uma interação causal, não “*retro-temporal*”, entre classes de eventos, implicando correlações significativas entre mudanças de desempenho e mudanças cognitivas. As controvérsias sobre este ponto assentam-se mais na questão da prioridade do que da covariância, fato verificável nos freqüentes debates onde psicólogos sociais defendem a tese de que mudanças de atitudes e de crenças são pré-requisitos para a mudança comportamental, enquanto que comportamentalistas afirmam o oposto. Cada pólo dessa discussão relata achados consistentes com a própria perspectiva não valorizando a possibilidade de que ambas as perspectivas estejam corretas. Mahoney sustenta a interação recíproca contínua tanto entre o organismo e o meio quanto entre os vários sistemas de resposta: “*O homem afeta o meio ambiente, o qual o afeta, e existem interações causais entre o sistema nervoso central, somático e autônomo*” (Mahoney, 1977:8).

Ilustraremos, de forma sucinta, três posições que se identificam com a perspectiva comportamental-cognitivista.

## 6.2 A POSIÇÃO DE A. BANDURA

Bandura (1977) apresenta a “*auto-eficácia*” como constructo fundamental para a compreensão do comportamento humano durante a interação com o meio. A auto-eficácia refere-se às crenças do indivíduo sobre si mesmo ao lidar com determinadas situações. O processamento cognitivo das informações provenientes da relação indivíduo-meio orienta-se, pelo menos parcialmente, a partir da expectativa sobre a auto-eficácia do indivíduo nesta relação. Tal expectativa funciona como determinante da decisão de iniciar uma

estratégia de enfrentamento (“*coping*”), da quantidade de esforço que será despendido e do tempo de sustentação do mesmo face à existência de obstáculos e experiências aversivas.

Bandura diferencia as expectativas de eficácia das expectativas de resultado. As primeiras referem-se à convicção de alguém na sua capacidade de executar com sucesso o comportamento requerido para produzir certos resultados esperados, enquanto que as últimas representam estimativas de que dado comportamento conduz, de maneira geral, a certos resultados. Tal distinção permite compreender situações onde indivíduos acreditam que um particular curso de ação produz certos resultados, mas duvidam de sua capacidade para realizar as necessárias atividades. A iniciação de determinada atividade é função da influência da crença na auto-eficácia sobre o leque de situações comportamentais consideradas pelo sujeito, podendo conduzir a tendências de evitação nas situações ameaçadoras que excedam as habilidades de enfrentamento (“*coping*”) disponíveis.

As expectativas de auto-eficácia derivam de quatro fontes principais de informação: o desempenho na execução de determinada resposta; a experiência vicária; a persuasão verbal; e os estados fisiológicos. A utilização destas fontes de informação constitui procedimento básico para a modificação das expectativas de auto-eficácia e, conseqüentemente, do comportamento empreendido pelo sujeito (Bandura, 1977).

O desempenho de execução é uma fonte de informação de especial influência e baseia-se nas experiências pessoais de domínio. Experiências bem sucedidas elevam as expectativas de domínio sobre determinadas situações. A experiência vicária pode, através da observação do desempenho de outros em atividades ameaçadoras sem conseqüências adversas, gerar expectativas nos observadores de que podem lidar com a ameaça caso intensifiquem e persistam em seus esforços. Na tentativa de influenciar o comportamento humano, a persuasão verbal é muito utilizada devido a sua facilidade e pronta disponibilidade. Indivíduos são induzidos, através da sugestão, a acreditar que podem lidar satisfatoriamente com o que tem sido frustrante no passado. Expectativas de eficácia induzidas desta forma são, provavelmente, mais fracas do que aquelas resultantes do próprio desempenho bem sucedido, pois não fornecem uma base experiencial autêntica. A estimulação emocional percebida também pode afetar a auto-eficácia no lidar com situações ameaçadoras. As pessoas confiam parcialmente em seu estado de estimulação fisiológica para julgar sua ansiedade e vulnerabilidade ao estresse. Devido ao fato de que a estimulação excessiva usualmente debilita o desempenho, os indivíduos estão mais

propensos a esperar sucesso em momentos que não vivenciam estimulação aversiva do que quando estão tensos e visceralmente agitados.

### 6.3 A POSIÇÃO DE D. MEICHENBAUM

Meichenbaum (1977) também ressalta a importância dos processos cognitivos na resposta aos estímulos ambientais. Segundo este autor, a resposta ao estresse é diretamente dependente de três formas de avaliação: a avaliação sobre o agente estressor, sobre a estimulação interna percebida e sobre as estratégias de enfrentamento disponíveis. Meichenbaum utiliza o conceito de “*diálogo interno*” para abordar as cognições a respeito da estimulação interna e externa assim como da disponibilidade de estratégias de enfrentamento. O diálogo interno representa, assim, um fator importante no entendimento das reações de uma pessoa. A relação funcional de tais cognições com as diversas respostas do indivíduo constitui a fonte dos fundamentos que permitirão alterar adequadamente o discurso interno, com conseqüências sobre a orientação da atenção, processos de avaliação e respostas fisiológicas.

Para a compreensão adequada do papel do diálogo interno na modificação cognitiva e comportamental, outro conceito deve ser introduzido: a “*estrutura cognitiva*”. Meichenbaum considera tal estrutura como um sistema de significados que cumpre a função de organizar o discurso mental, monitorando e dirigindo a estratégia, rota e escolha de pensamentos.

A mudança comportamental e cognitiva não se baseia apenas na produção de procedimentos para lidar com determinada situação, mas também na forma como estes se ajustam à estrutura cognitiva do indivíduo. Quanto às formas de ajuste estrutural, Meichenbaum apoia-se em Neisser (1962) ao referir-se aos três tipos de alteração estrutural possíveis: *absorção*, onde novas estruturas contêm velhas estruturas; *deslocamento*, onde velhas e novas estruturas continuam a existir lado a lado; e *integração*, quando novas estruturas, em um nível mais compreensível, ainda contêm partes de velhas estruturas. O processo que tomará lugar depende da história da velha estrutura e do desenvolvimento e valor da nova. A mudança estrutural resultará de um processo de translação do diálogo interno, no qual o paciente antes se engajava, para um novo sistema de linguagem emergente no curso do processo de mudança. Tal translação, no que se refere ao contexto da terapia, resulta de ocorrências dentro da terapia (pelas

diversas formas de intervenção: reflexão, explicação, interpretação, modelação etc.) e fora da terapia (pelo engajamento em estratégias de enfrentamento que foram discutidas e treinadas no ambiente terapêutico). As estratégias discutidas e treinadas durante a terapia são utilizadas fora da mesma, produzindo conseqüências tanto na situação problemática enfrentada como no comportamento de outras pessoas significativas para o paciente. Estas conseqüências eliciam novas formas de diálogo interno que afetam as estruturas cognitivas (tais como as crenças e respeito de si e da própria capacidade para lidar com as demandas ambientais).

#### **6.4 A POSIÇÃO DE A.T. BECK**

Assim como Bandura utiliza o conceito de *“expectativa de auto-eficácia”* e Meichenbaum o conceito de *“estrutura cognitiva”*, A.T. Beck também lança mão de um constructo similar na explicação dos rumos tomados pelo processo de avaliação e suas conseqüências comportamentais. Segundo Beck (1979), as cognições baseiam-se em atitudes ou suposições desenvolvidas a partir da experiência prévia. Tais suposições constituem padrões cognitivos que são denominados *“esquemas”*. Podem estar latentes ou serem ativados por circunstâncias específicas análogas às experiências originalmente responsáveis pelo seu surgimento. Os esquemas formam a base da regularidade das interpretações de conjuntos específicos de situações. A importância de seu papel revela-se na abordagem dos estados psicopatológicos, onde a produção de avaliações distorcidas sobre situações específicas visaria a adequação aos esquemas disfuncionais predominantes. Estes esquemas caracterizam-se como idiosincrasias que quanto mais ativas, mais ampla a quantidade de estímulos capazes de evocá-las e mais frágil o vínculo lógico com tais estímulos. Beck advoga uma psicoterapia cognitiva voltada para a correção do processamento falho das informações provenientes de esquemas disfuncionais. As técnicas cognitivas e comportamentais seriam as ferramentas apropriadas para a busca deste objetivo.

As técnicas cognitivas cumprem diversas funções. Fornecem ao paciente experiências de aprendizagem específicas para a obtenção do controle da observação e dos pensamentos automáticos, para o reconhecimento dos vínculos entre cognição, afeto e comportamento, e para a busca de evidências objetivas a favor ou contra os pensamentos automáticos distorcidos. São estas as bases para identificação e alteração das crenças

disfuncionais que predisõem à distorção do modo como o indivíduo avalia suas experiências e para posterior substituição das cognições tendenciosas por interpretações mais realistas..

As técnicas comportamentais têm como meta eliciar cognições específicas a partir da produção de comportamentos específicos. Seu efeito principal deve ser a refutação de crenças errôneas através do auxílio fornecido ao paciente na testagem de cognições e suposições inadequativas.

Pudemos observar como os três autores citados defendem posições em que o processo de avaliação representa o determinante básico do comportamento. Supõem, além disso, a existência de uma entidade cognitiva que orienta e organiza tal avaliação. As expectativas de auto-eficácia (Bandura, 1977) dirigem o processamento cognitivo das informações provenientes da relação do indivíduo com o meio. A estrutura cognitiva (Meichenbaum, 1977) organiza e dirige a avaliação, a qual se expressa através de auto-afirmações (“*diálogo interno*”). Os esquemas cognitivos (Beck, 1979) dirigem os processos avaliativos evocados por contextos situacionais análogos às experiências que lhe deram origem. Nestas três perspectivas, somos inclinados a concluir que a postulação de uma entidade cognitiva determinante do comportamento em geral, gerou a necessidade de diferenciar tal entidade das respostas que a expressam. Tanto as auto-afirmações na forma de diálogo interno, quanto outras manifestações cognitivas não verbais (tal como imagens mentais), representam expressões de um processo avaliativo organizado e construído com base numa estrutura cognitiva determinante (em sentido não mais restrito ao modelo de Meichenbaum) e hierarquicamente superior. Deste ponto de vista, as respostas cognitivas devem ser entendidas como apenas uma classe específica de respostas, que unida às outras classes (respostas motoras e respostas autonômicas), constitui um sistema de respostas mais amplo e representativo da expressão comportamental total. Tal sistema se organizaria em função de uma estrutura cognitiva mais profunda, com caráter essencialmente mental, de onde emergiria o processo de significação. A modificação comportamental realizada de forma consistente, a partir do acesso à estrutura cognitiva que dirige o comportamento, coloca as diversas técnicas psicoterápicas, comportamentais ou não, a serviço da busca e construção das condições onde novas informações possam compor e modificar tal estrutura subjacente.

A manipulação de respostas comportamentais não é mais vista como objetivo último da terapia, mas apenas como meio de obter acesso e influir sobre a estrutura cognitiva mais profunda. Esse novo estado de coisas fez com que a influência dos modelos de aprendizagem sobre o comportamento sofresse uma reinterpretação radical. As contingências ambientais não mais atuam diretamente sobre o comportamento, pois este papel é, agora, intermediado pelos processos de avaliação que incidem sobre tais contingências, ou seja, a ação do reforço depende mais da interpretação de sua qualidade reforçadora do que das características ambientais que independem da percepção do indivíduo.

A flexibilidade e enriquecimento teórico resultante do apelo a estruturas mentais, conforme realizado por comportamentalistas-cognitivistas, não decorre de maneira simples e consensual. Dentre os críticos da incorporação de pressupostos cognitivistas pela psicoterapia comportamental, Wolpe se apresenta como um dos mais fervorosos. Vimos que apesar de considerar a percepção como um evento privado que medeia a interação do indivíduo com o meio, promove sua redução ao mesmo modelo que utiliza para explicar o comportamento observável, mecanicamente determinado. O uso que faz da cognição como determinante do comportamento não revela privilégio algum em relação aos padrões motores de comportamento. Wolpe (1985) acusa os comportamentalistas-cognitivistas, tais como Bandura, Beck, Mahoney e Meichenbaum, de difundirem a crença de que processos cognitivos pertencem a um domínio que é distinto do fisiológico e além do domínio das leis biológicas. Alerta que tal perspectiva é produto do erro de considerar diferentes aspectos do mesmo fenômeno como diferentes entidades, o que resulta num problema difícil de se explicar: de que forma um processo não material pode produzir efeitos no tecido nervoso? Como saída deste impasse, Wolpe defende a tese de que os processos cognitivos são compreensíveis em termos comportamentais e que qualquer problema deixa de existir quando o físico e o mental são ambos vistos como funções do sistema nervoso.

Na busca do entendimento da relação de causalidade entre processos mentais e corporais, sem prejuízo do princípio da causalidade material, diversas tentativas de solução têm surgido durante a história do pensamento. Não está no âmbito deste trabalho discorrer sobre a essência de tais soluções. Preocupamo-nos apenas com o que possa interessar, de forma imediata, aos objetivos aqui propostos.

Acreditamos que o fato de determinada abordagem levantar obstáculos de difícil superação não representa em argumento suficiente para sua refutação. É notória a existência de comportamentos de nível superior cuja compreensão torna-se problemática quando não há postulação de entidades mentais como crenças, expectativas e hipóteses. Veremos como a tese cognitivista defende a diferenciação entre os princípios que regem os processos cognitivos e os que regem os processos periféricos de excitação de órgãos sensoriais, ativação muscular e glandular, sem implicar, conforme acusou Wolpe, a contradição dualista inerente às propostas que acabam por postular relações de causalidade entre realidades de níveis estruturais distintos.

## **6.5 UMA SOLUÇÃO COGNITIVISTA: PYLYSHYN E A REPRESENTAÇÃO PROPOSICIONAL**

A tese da representação proposicional defendida por Z. W. Pylyshyn (1984) pretende compatibilizar o fenômeno mental com a causalidade material e permanecer na posição naturalista. Pylyshyn argumenta que as regularidades e generalizações referidas pela psicologia cognitiva são possíveis de serem apreendidas apenas se o comportamento e suas condições antecedentes forem descritos em termos de uma taxonomia apropriada à perspectiva cognitivista. Tal taxonomia deve classificar os eventos em classes de equivalência cujos limites não coincidiriam com os limites de classificação de outras abordagens (física, biológica, comportamental etc). Pylyshyn ilustra com um exemplo como uma importante generalização não pode ser apreendida sem que se faça referência ao conteúdo semântico de certas representações cognitivas:

“Suponha que desejo explicar o que estou fazendo neste momento em que sentado a frente de meu terminal de computador escrevo estas sentenças e penso sobre outras coisas. Olho para o campus da Standford e minha mente vagueia. Penso nas montanhas de Santa Cruz atrás de mim e quero saber porque não fui para uma caminhada após o almoço ao invés de confinar-me para estudar.” (Pylyshyn, 1984:27)

Sobre o comportamento de escrever tal citação Pylyshyn observa que sua causa residia nos pensamentos e objetivos que ocorreram em sua mente no momento em que escrevia o parágrafo citado. Tais pensamentos incluíam o objetivo de completar o parágrafo e o pensamento de existirem trilhas de caminhada nas montanhas situadas atrás do local onde estudava. Neste ponto a questão mente-corpo se insere como um enigma:

como tais regularidades comportamentais, como escrever sentenças acerca de caminhar, montanhas etc, podem estar causalmente relacionadas com entidades não físicas, tais como uma caminhada que não ocorreu ou a crença da existência de trilhas numa montanha? Pylyshyn propõe como resposta, que as causas do comportamento de escrever não foram literalmente a montanha, a caminhada, eventos futuros antecipados, ou outros “*objetos intencionais*”<sup>3</sup>, mas sim representações internas de caráter físico para tais coisas, ou seja, um código físico ou um símbolo. Desta forma, o comportamento de escrever aquelas sentenças foi causado por certos estados de seu cérebro e a única forma de explicar porque estes estados causaram o ato de escrever tais sentenças acerca de caminhar ou montanhas, é dizer que estes estados cerebrais estão de alguma maneira relacionados com as coisas a que se referem (montanhas, caminhadas etc). Ressalta, além disso, que se não houver menção ao conteúdo das representações, as generalizações relevantes para seu comportamento ou as conexões nele existentes não podem sequer ser expressas. Os estados cerebrais não estão causalmente conectados com a montanha ou o caminhar, a relação é apenas de conteúdo: uma relação semântica e não causal. Estados cerebrais causam certos movimentos. Se estes movimentos são vistos como membros de uma classe equivalente de comportamentos descritos como “*escrever uma sentença acerca do caminhar nas montanhas de Santa Cruz*”, os estados cerebrais precisam ser tratados como incorporando representações ou códigos para tais coisas como caminhar em montanhas (Pylyshyn, 1984).

Segundo Pylyshyn (1973) e Kieras (1978), a maneira mais apropriada de representar o conhecimento é através da proposição, conceito tomado de empréstimo à Lógica Matemática e que permite codificar qualquer informação de maneira singular, uniforme e abstrata. As proposições constituem unidades lógicas e não, lingüísticas. Organizam-se como relações lógicas entre conceitos. Quando usadas para analisar um texto escrito, representam mais a estrutura do texto do que o texto propriamente dito. Kieras (1978) utiliza um sistema de notação que exprime proposições por meio de relações entre nódulos. A sentença “*Maria está lendo um livro*” é apresentada como “*Maria ler livro*”. “*Maria*” e “*livro*” caracterizam nódulos conectados por um elo relacional. Tais

---

<sup>3</sup> Tudo que possui uma orientação consciente em ordem a um objeto. Neste caso incluem-se os conceitos, as representações, atos cognitivos e apetitivos de toda espécie. Todos eles “significam”, apontam para alguma coisa (W. Brugger, 1969).

nódulos representam conceitos ligados a outros conceitos que podem, além disso, relacionar-se com ulteriores argumentos, constituindo uma estrutura em que um único conceito pode recuperar uma trama entrelaçada de informações. O sistema de notação de Kieras realça o fato de que proposições não são estocadas de forma isolada, mas organizadas em estruturas. A noção de conceito utilizada não confunde-se com o uso de palavras ou de imagens pictóricas. Adverte-se, com isso, para o erro de igualar a proposição a uma cadeia de palavras. A proposição é o que uma cadeia de palavras afirma e pode ser expressa por qualquer número de cadeias, em qualquer língua e de diferentes formas (Pylyshyn, 1973). Kieras (1978) também aponta para o equívoco de considerar a proposição como uma entidade verbal capaz de expressar somente informação verbal. Apóia-se nas evidências obtidas com estudos de simulação em computador a respeito de como proposições podem representar informação perceptual e imaginária: o computador processa o “*input*” de uma câmera de TV e usa as informações de sombra e intensidade luminosa para construir uma descrição proposicional dos objetos da cena filmada e da relação espacial entre os mesmos.

Pylyshyn propõe a aplicação das estruturas proposicionais, caracterizadas pela organização de conceitos relacionados entre si por outros conceitos, à análise da imagem mental. Este ponto reveste-se de especial importância para nós pelo fato de ter sido incorporado como uma das bases de fundamentação da perspectiva comportamental-cognitivista que veremos mais adiante. Tal perspectiva defende o estudo da imagem mental como uma descrição perceptual internamente construída, possível de ser reduzida a um conjunto de proposições: uma forma geral e abstrata de representação não limitada ao reconhecimento semântico.

Ao defender a imagem mental como estrutura proposicional, Pylyshyn (1973) sinaliza a necessidade de distinguir as proposições das aparências. Como esclarecimento, argumenta sobre o uso que fazemos da palavra “*vejo*”, implicando uma ponte entre um padrão de estimulação sensorial e um conhecimento, o qual é proposicional. Com isso, não pretende negar a existência de aparências, mas apenas advertir que não se pode falar delas sem, de fato, falar do conteúdo proposicional das mesmas. Existe uma diferença básica entre a aparência das imagens visuais e o conhecimento. Ao abordar esta diferença, Pylyshyn concede relevância à importância do papel da imaginação nas tarefas cognitivas.

No que se refere ao pensamento, Pylyshyn concorda com a tese de que muito pouco do pensamento é conduzido sobre os conteúdos de nossa experiência e questiona o papel das vivências de imagens para o pensamento. Reforçando esta posição, recorre a Humphrey (1951), ao afirmar que mesmo que o pensamento envolva processos sensoriais de modalidade particular, *“isto é a carroça e não o cavalo”* e em Matsoulas (1970), assinalando que a aceitação de que o pensamento envolve uma sucessão de consciências de imagens não implica em reduzi-lo a tal sucessão. O pensamento surge através da apreensão de alguma coisa a partir do que se apresenta na imaginação e esta apreensão é de caráter proposicional (Pylyshyn, 1973:6).

O papel da imaginação na aprendizagem de pares associados é também utilizado em defesa da aplicação da estrutura proposicional ao estudo da imagem mental. Utilizando o exemplo da aprendizagem de uma associação tal como *“rapaz-jogar”*, Pylyshyn discorda que esta aprendizagem se dê através da formação de uma imagem qualquer, como de um jovem lançando uma bola, como afirmariam os defensores da hipótese segundo a qual a apresentação do estímulo *“rapaz”* evocaria a imagem citada e, através de seu exame, o sujeito seria capaz de produzir a resposta correta *“jogar”*. O ponto em questão diz respeito ao motivo pelo qual o sujeito escolhe responder *“jogar”* ao invés de *“lançar”* ou *“bola”* ou qualquer outra palavra de um ilimitado número igualmente apropriado para aquela imagem. Em oposição, sustenta-se que, na verdade, o sujeito lembraria-se de algo mais além do que está contido na imagem e que o essencial do trabalho de aprender e recordar um par de palavras é conduzido por um processo a que não temos acesso consciente, mas que pode, de alguma forma não especificada, fazer uso da informação proposicional de que *“rapaz”* e *“jogar”* estão relacionados (Pylyshyn, 1973).

O aspecto central quanto à distinção entre imagens pictóricas, sentenças e proposições, é o fato de que imagens e sentenças precisam ser interpretadas para que se tornem conteúdos perceptuais, pois existe um número indefinido de imagens e sentenças que são semelhantes quanto ao seu caráter cognitivo. O mesmo não acontece com as proposições, pois estas pertencem à estrutura profunda da linguagem e não à sua forma mais superficial. Além disso, não é necessário que cada proposição seja expressa através de alguma sentença da linguagem natural. O conhecimento proposicional é concebível mesmo quando os conceitos e predicados das proposições não disponham de correspondências com palavras disponíveis em nosso vocabulário. Tais conceitos e

predicados podem ser bem definidos perceptualmente sem que existam quaisquer rótulos explícitos na linguagem natural, ou seja, podemos ter um conceito que corresponda à classe de equivalência de certos sons ou padrões visuais sem que exista um rótulo verbal explícito para ele (Pylyshyn, 1973:7).

Da argumentação até aqui desenvolvida resulta o pressuposto de que os processos cognitivos exigem, para sua compreensão, a noção de proposição. Sustenta-se que as proposições formem junto às sentenças uma relação *“tipo-caso particular”*, supondo-se que deve existir algo que também apresente-se nesta mesma relação junto às imagens pictóricas ou aos padrões sensoriais. No cumprimento desta exigência, Pylyshyn (1973) postula uma estrutura simbólica descritiva, constituída de conceitos e relações perceptuais, com as qualidades abstratas das proposições ao invés das qualidades particulares das imagens pictóricas.

Pylyshyn propõe algumas características que tal estrutura proposicional deve possuir em seu funcionamento. Inicialmente, o estudo da cognição deve realizar-se com a distinção de níveis de conhecimento. Destaca a análise de Simon (1969) sobre a natureza dos sistemas complexos, onde defende uma organização hierárquica que obedece a critérios de universalidade ou permanência do conhecimento quanto à modificabilidade externa. Tal hierarquia organizaria o conhecimento a partir das propriedades inatas e universais da cognição, das propriedades resultantes da maturação e experiência graduais, das propriedades relacionadas com domínios particulares de conhecimento (incluindo conhecimento operacional específico referente a como lidar com certos conceitos), das propriedades reveladas em casos particulares, como representações surgidas de eventos específicos ou novas construções geradas no curso de solução de problemas particulares e no ato de gerar algum comportamento manifesto particular (Pylyshyn, 1973).

Em complemento à hipótese da organização hierárquica de diferentes níveis de conhecimento, Pylyshyn (1973:18) sugere que a eficiência do acesso aos itens de tal estrutura pode ser favorecida a partir do uso de níveis de ativação ou acessibilidade, onde poucos itens seriam altamente acessíveis e números progressivamente maiores sendo menos acessíveis. Observa também que não existe necessidade de que os itens sofram qualquer tipo de movimentação. Poderiam simplesmente ser colocados em algum estado de maior prontidão, um *“espaço de trabalho”* cognitivo (*“Workspace”*). Este, poderia ter muitos valores adicionais, fornecendo um estágio no qual os itens mais intimamente

relacionados com um item particular em processamento, seriam mantidos em prontidão. Segundo Pylyshyn, isto corresponderia ao fenômeno psicológico no qual a recuperação de parte de uma estrutura de itens relacionados (como a lembrança de uma palavra ou sentença) resulta na recordação da estrutura como um todo. O “*espaço de trabalho*” cognitivo também forneceria uma condição na qual uma representação sendo recordada poderia ser reestruturada de forma mais apropriada para uma tarefa particular à mão no momento.

Pylyshyn argumenta que o processo de ativação de uma representação (colocá-la no “*espaço de trabalho*” cognitivo) é invariavelmente construtivo, já que os conceitos são, em sua maior parte, construtivos (cita Neisser, 1967). Acrescenta que uma representação completa não pode ser simplesmente colocada em estado de alerta mas, em vez disso, uma instancia estática, mais específica em seus detalhes, pode ser construída de tais conceitos. Tal argumentação é utilizada em favor da tese de que entidades como imagens pictóricas não são estocadas na memória, mas podem ser construídas durante o processamento para fazer novas interpretações (representações proposicionais) e então descartadas. Defende-se que esta abordagem refere-se ao conteúdo do “*espaço de trabalho*” cognitivo como um modelo que satisfaz as proposições estocadas (Pylyshyn, 1973:19). A relação que se propõe entre o modelo e sua representação cognitiva é como a relação de qualquer objeto físico com sua representação. As possíveis interpretações descritivas que podem ser dadas a um modelo é um pequeno subconjunto daquelas que podem ser dadas para um objeto físico. Somente um pequeno subconjunto das propriedades de um modelo é relevante para seu funcionamento como modelo. As propriedades particulares que são relevantes só podem ser determinadas pela referência à descrição da qual o modelo foi construído. Todas as inferências extraídas a partir do modelo são impostas pela representação proposicional (além de outros conhecimentos estocados) da qual ele foi construído. Desta forma, o modelo não introduz nova informação embora ele sirva à valiosa função de tornar o que estava implícito em uma descrição mais explícita, acessível e manipulável. Pylyshyn observa que a aceitação deste ponto de vista sobre o funcionamento do modelo implica em se considerar irrelevante a natureza física particular extensiva ao modelo, já que este funciona como um percepto interpretado, abstrato e altamente seletivo.

A importância do modelo, segundo Pylyshyn, surge do fato de tornar possível certos tipos de reestruturação e reconstrução de descrições. Adverte que isto não requer uma entidade do tipo pictórica. Descrições simbólicas também podem ser manipuladas de forma a tornar vários aspectos mais acessíveis à investigação. Conclui que esta abordagem tem a vantagem de não requerer a postulação de duas entidades qualitativamente diferentes, a primeira, como uma estrutura proposicional-descritiva abstrata servindo como representação na memória, e a outra, como uma entidade do tipo pictórico com as implicações de extensão espacial, qualidade de concreto, e acessibilidade, servindo ao pensamento.

A perspectiva da representação proposicional e sua aplicação à imagem mental foi prontamente incorporada por uma corrente de teóricos comportamentais-cognitivistas de grande influencia. Consideramos que dois importantes fatores ajudaram a contribuir para esta tendência. Primeiramente, tal abordagem parecia permitir a interação entre o processo de significação e os demais componentes da reação afetiva, constituindo uma convivência pacífica entre os eventos mentais e os eventos corporais sem que disso resultasse o problema de uma causalidade imaterial. Permitia que, em adição as associações formadas, se revelasse os aspectos de significação dos eventos associados.

Uma segunda característica da abordagem de Pylyshyn também se revelou particularmente atraente para estes teóricos. Diversas evidências, já reunidas, apontavam para a possibilidade de que a estrutura psicofisiológica das cenas imaginadas pudesse se relacionar com o processamento emocional pretendido na terapia. Pesquisas recentes sugeriam relações consistentes entre a reatividade fisiológica à imaginação de cenas ameaçadoras e sucessos terapêuticos alcançados (Lang, Melamed e Hart, 1970). O trabalho de Pylyshyn permitia o aprofundamento teórico de tal estrutura e mostrou-se amplamente aplicável neste contexto.

Podemos agora partir para uma apresentação resumida de uma postura comportamental-cognitivista que tenta incorporar a tese da estrutura proposicional e sua aplicação à imagem mental. A escolha desta perspectiva se baseia em sua grande influência no meio clínico e científico e nas questões que ajuda a levantar quando comparada à abordagem cognitivista antes introduzida.

## **6.6 A PERSPECTIVA BIO-INFORMACIONAL DA IMAGEM EMOCIONAL E O PROCESSAMENTO DA EMOÇÃO**

Lang (1977, 1979) representa um dos expoentes na aplicação da abordagem da representação proposicional no estudo do comportamento e, particularmente, das relações existentes entre a imagem mental e a emoção. A teoria da imaginação emocional desenvolvida por Lang (1979) concebe a imagem como uma manifestação cerebral estruturada na forma de conceitos, capaz de controlar padrões somato-viscerais específicos. Tal estrutura inclui um programa motor que funcionaria como protótipo da expressão comportamental manifesta. A imaginação, assim como a compreensão e a estocagem de textos são tratados como exemplos de processamento de informação proposicional, perspectiva também aplicável à imaginação de contextos afetivos conforme empregada pela psicoterapia comportamental.

A teoria bio-informacional da imagem emocional busca fundamentos a partir de três campos de pesquisa distintos: a psicofisiologia, as teorias cognitivistas (nestas incluindo os estudos de processamento de informação), e a psicoterapia comportamental.

No que se refere ao estudo psicofisiológico da imaginação emocional, Lang sustenta ser tão antigo quanto a pesquisa em memória perceptual e imaginação. Claude Féré (1888), por exemplo, na descoberta da resposta de condutibilidade da pele, notou o fenômeno de que pensamentos acerca de tópicos ameaçadores provocam reações na condutibilidade da pele. Lang recolhe evidências de estudos psicofisiológicos indicando que atividades imaginadas são acompanhadas de padrões específicos de atividade visceral e motora, associados ao tipo de processamento e ao conteúdo específico dos eventos cognitivos (Shaw, 1940; Deckert, 1964; Brady & Levitt, 1966; Brown, 1968). Tais pesquisas demonstram, durante a recuperação (recordação) de uma tarefa perceptual recém terminada, a ocorrência de alterações dos órgãos sensoriais e ajustamentos musculares que imitam os padrões observados durante a percepção original. Estas respostas, quando comparadas às respostas perceptuais originais, possuem menor especificidade, e a semelhança entre percepto e imagem é geralmente maior entre sujeitos que se consideram bons recordadores (imaginadores). Verificou-se também uma associação positiva entre relatos de que uma imagem é vívida e o grau de concordância entre a observação real e as atividades eferentes da imaginação. Lang (1979) considera que tais resultados fornecem clara evidência de que a informação da resposta perceptual é codificada junto à informação

referente ao estímulo (ambas degeneradas na recordação) e de que a informação de resposta pode ser acessada através de instruções para que o sujeito tente imaginar vividamente uma experiência perceptual recente. A busca de padrões de atividade fisiológica a partir de instruções para gerar uma imagem, sem a existência de um padrão perceptual que guie tal construção imaginária (Jacobson, 1930; McGuigan, 1973), conduz à verificação de que nem toda imaginação instruída resulta em padrões de atividade referente replicáveis. Lang justifica estes achados postulando que a estrutura da imagem evocada pela breve descrição dos elementos de estímulo do percepto hipotético é altamente idiossincrática, o que impede a certeza de que um indivíduo, mesmo com boa capacidade de imaginação, tenha codificado as respostas perceptuais que se deseja medir junto ao conteúdo da imagem. Estudos realizados por Rowland (1936) e Grossberg & Wilson (1968) apresentam resultados semelhantes aos achados dos estudos perceptuais, encontrando um padrão de resposta somático-visceral diferenciado durante a imagem de conteúdo afetivo e evidenciando uma correlação positiva entre a vividez da imagem e a amplitude das respostas fisiológicas apropriadas. Nesta linha de pesquisa inclui-se também o trabalho de Lang, Melamed e Hart (1970), o qual oferece uma demonstração mais refinada da concordância entre instruções de conteúdo afetivo e respostas fisiológicas concomitantes.

O paradigma dos estudos em memória perceptual envolve um sujeito que primeiro começa uma tarefa perceptual e depois é solicitado a recordar a mesma tarefa na imaginação. Lang observa que existem poucos experimentos na literatura da imaginação emocional que acompanham este tipo de paradigma, onde o sujeito primeiro participa de uma situação real geradora de emoção e em seguida é solicitado a visualizar as mesmas circunstâncias. Assinala, entretanto, que existem muitos estudos sobre as respostas fisiológicas durante instruções para imaginação de medos clínicos relevantes e durante a exposição real ao objeto fóbico (cita, como exemplo, o trabalho de Watson, Gaiend e Marks, 1972). Destes estudos, Lang conclui que existem evidências de que instruções para a imaginação emocional podem gerar uma resposta fisiológica similar à observada quando o sujeito confronta-se com um estímulo externo estressante. Entretanto, ressalta também que estes efeitos não são encontrados em todos os sujeitos mas podem ser salientes apenas para uma camada selecionada da população. Além disso, nem todo script é capaz de evocar imagens vívidas, mesmo em sujeitos responsivos.

A teoria da imaginação emocional proposta por Lang visa explicar estes diversos achados psicofisiológicos e especificar as condições sob as quais a evocação da imagem, com seus constituintes fisiológicos, é efetivamente controlada por estímulos simbólicos. Com este objetivo, incorpora uma perspectiva da psicologia cognitiva e também lança mão de contribuições da área de processamento de informação. Presume a existência de uma estrutura neural subjacente à imagem mental. Entretanto, em analogia ao modelo do computador, preocupa-se apenas em definir o “*programa*” da imagem mental existente no cérebro e a forma como este controla os mecanismos de saída de informação (“*output*”): comportamento manifesto, relato verbal e padrões somático-viscerais.

Lang (1979) apoia-se na perspectiva cognitivista da representação proposicional sustentando que toda informação, incluindo a imagem mental, é codificada de uma forma única e abstrata. Propõe como unidade de informação mais apropriada à análise da imaginação, a proposição, tal como referido por Pylyshyn (1973) e Kieras (1978). Mesmo que as imagens possam ser descritas como manifestações mentais gráficas, elas não seriam representadas no cérebro na forma de ícones ou analogamente ao relato fenomenológico, mas através da representação proposicional. Lang utiliza o termo designando uma relação lógica entre conceitos e assim exemplifica:

*“(...) uma proposição afirmando que o conceito MARIA está numa relação do tipo LER com o conceito LIVRO, dá o significado da sentença, ‘Maria lê o livro’. Entretanto, esta mesma proposição é igualmente o significado de outras sentenças sintaticamente diferentes, ex: ‘Maria está lendo um livro’.” (Lang, 1979:499)*

Diversos autores (Kintsch, 1974; Anderson e Bower, 1973) têm empregado teorias proposicionais na compreensão de como o significado de um texto é processado, estocado e recuperado no cérebro. Apesar de tais esforços terem sido direcionados para a explicação de estruturas semânticas, Pylyshyn (1973) tenta aplicar abordagem semelhante na análise da imaginação. Lang (1979) assimilou tal perspectiva ao assumir a imagem como uma descrição perceptual internamente construída que pode ser reduzida a um conjunto de proposições. Reforçando tal ponto de vista, comenta sobre os trabalhos com simulação em computador que demonstram como proposições podem representar informação perceptual e de imagem, tal como destacado por Kieras (1978), ao comentar como programas de análise de cenas visuais têm evoluído ao estágio em que o computador aceita a entrada de dados a partir de uma câmera de televisão, e utiliza as informações de sombra e

intensidade luminosa para construir uma descrição proposicional dos objetos da cena e da relação espacial entre os mesmos. Esta descrição pode então ser usada na aprendizagem de conceitos perceptuais, solução de problemas, ou manipulação de objetos em resposta a comandos verbais.

Quanto à questão da passagem do processo de recuperação de informações para o processo de construção de imagens, Lang (1979:500) sustenta que a estrutura proposicional de uma imagem contém informações de modalidade específica. Com isto quer dizer que o número de proposições de estímulo é um fator insuficiente para a definição de uma imagem. A característica mais fundamental da imagem é que sua estrutura informacional inclui proposições relacionadas não somente com o conteúdo mas também com operações modalmente específicas de processamento perceptual, ou seja, informações a cerca de respostas perceptivas (ex: ajustamento de órgãos sensoriais, orientação corporal para o estímulo etc). Além disso, na construção da imagem também atuam fatores psicológicos de processamento, tais como a facilidade na resolução de uma imagem ou no seu reconhecimento a partir da experiência passada.

Considerando as proposições de resposta como parte fundamental da estrutura da imagem e considerando a imagem como um processo ativo de resposta, Lang (1979) oferece uma interpretação teórica para os achados psicofisiológicos que demonstram ser a imaginação acompanhada por um fluxo eferente apropriado ao conteúdo da imagem. Conforme sugere, durante a imaginação ativa, o padrão efector de atividade é determinado pelas proposições de resposta que estão incluídas na estrutura da imagem. Além disso, tal padrão de atividade é visto como indicador do processamento da imagem que ocorre no cérebro. A extensão na qual as operações de resposta perceptual estão representadas na imagem fornece uma estimativa da vividez da imagem, a qual é independente da distorção interpretativa por ventura existente nos relatos verbais.

A argumentação de Lang apresentada nos últimos parágrafos focaliza-se sobre a imagem mental em geral. Entretanto, Lang está particularmente interessado na imaginação de situações significativas, nas quais o indivíduo que imagina aparece como um participante ativo num contexto em que ocorrem reações afetivas. Este tipo de expediente é normalmente utilizado na psicoterapia comportamental a partir de instruções fornecidas pelo terapeuta. Lang acrescenta que tal procedimento é utilizado em tratamentos amplamente distintos, variando desde intervenções comportamentais como

*dessensibilização sistemática, inundação ou terapia de implosão, até métodos psicodinâmicos de “hipnoanálise” e “gestalt-terapia”.*

Nos tratamentos comportamentais, a imaginação é normalmente estimulada por “input” verbal, na forma de “script”. Lang (1979) esclarece que o “script” é um texto base para a imagem, constituído de sentenças que descrevem, em maior ou menor detalhe, os eventos a serem imaginados. Se apoia em Kieras (1978) para introduzir seu ponto de vista sobre o caminho geral do texto para a imagem. Kieras sustenta que informações semânticas e perceptuais podem ser recuperadas de palavras que exprimem conceitos. Lang sugere, além disso, que “elos conceituais”<sup>4</sup>, tal como **OBSERVAR**, são duplamente codificados no cérebro. Isto significa que a palavra “*observar*”, quando apresentada como parte do “script” de uma imagem, tem um claro aspecto semântico e pode ser recuperada mais tarde pelo sujeito, como parte de um relato verbal. No entanto, o “elo conceitual” **OBSERVAR**, quando evocado por um “script”, administrado sob a instrução de imaginar-se como um participante ativo nos eventos descritos, pode também gerar padrões motores de ajustamento postural e de órgãos sensoriais. Tais eventos eferentes são evocados em associação paralela com o significado da palavra “observar” e ambos os aspectos do “elo conceitual” **OBSERVAR** podem estar ligados a uma mesma estrutura proposicional mais elaborada com informações semânticas e motoras (Lang, 1979).

Em relação à resposta emocional evocada a partir de um “script” utilizado no curso da terapia, Lang acrescenta que tal “script” deve estimular o processamento não apenas da informação semântica e de resposta perceptiva como também da informação eferente relativa ao “output” afetivo.

Utilizando uma descrição dos eventos eferentes que ajudam a definir a resposta emocional como um complexo de três sistemas mensuráveis<sup>5</sup>, Lang sustenta que, da mesma forma como sistemas mensuráveis, proposições de resposta perceptual são evocadas na imagem mnemônica perceptual, as proposições das três classes de

---

4 A noção de “elo conceitual” foi tomada de empréstimo a Kieras (1978), o qual propõe a expressão de proposições como ligações entre nodos. A proposição que representa a sentença “*Maria lê um livro*” seria expressa da seguinte forma: **MARIA** ler **LIVRO**. **MARIA** e **LIVRO** são nodos conectados através do “elo relacional” **LER**.

5 Respostas verbais (vocalizações expressivas ou relatos de sentimentos); atos comportamentais (evitação, respostas de enfrentamento, déficit de performance etc); padrões de estimulação somática e visceral. (Lang, 1971, 1978).

comportamento citadas são geradas como parte da imagem mnemônica emocional. Tais respostas representam os elementos primordiais definidores do caráter afetivo da imagem emocional. Em sua essência, a perspectiva bio-informacional da imaginação emocional (Lang, 1979) assume que a imagem emocional se constitui de uma estrutura proposicional elaborada que inclui rótulos de estímulos (ex: uma cobra preta), informação semântica relacionada (ex: cobras são perigosas:), elementos de resposta perceptiva e um programa motor de expressão afetiva. Em outras palavras, presume-se que a emoção melhor se define como uma tendência à ação constituída a partir de uma estrutura informacional específica na “*memória a longo prazo*”. Quando permitido o acesso, essa estrutura é processada tanto como programa conceitual quanto como programa motor cujos dados incluem informação de estímulo (proposições acerca de estímulos externos e do contexto no qual ocorrem), informação de resposta (proposições que definem a linguagem afetiva, ações manifestas e respostas viscerais de suporte geradas para este contexto), e informação relacional de significado (proposições que elaboram relações mediadoras ente informação de “*input*” e “*output*”).

Uma estrutura afetiva se torna acessível e se processa como um programa quando um número suficiente de suas proposições são evocadas por “*input*” externo (ou, presumivelmente, também através da estimulação espontânea de elos associativos no cérebro). o processamento da estrutura, como na percepção ou na imaginação, sempre envolve um fluxo eferente mensurável. Isto ocorre, como já assinalado, porque a informação de resposta é codificada duplamente, tanto como conhecimento semântico quanto como programa motor. Portanto, quando indivíduos imaginam ou antecipam a exposição a um contexto afetivo, um fluxo eferente pode ser medido mesmo se a ação manifesta for inibida (Lang, Levin, Miller e Kozak, 1983).

Segundo Lang e colaboradores (1983), as estruturas afetivas variam em coerência, ou seja, a força média de associação entre as proposições varia para diferentes estruturas influenciando a probabilidade de uma estrutura ser ativada como uma unidade. As estruturas das fobias, por exemplo, possuem alta coerência e requerem, portanto, um menor número de proposições como “*input*” para sua ativação, o que permite o controle de disposições de resposta afetiva relativamente estáveis. Em consequência a estes pressupostos, presume-se que, não obstante o meio de estimulação (imaginação, filmes, antecipação ou exposição), a mesma estrutura fóbica de informação é acessada na memória

e um padrão amplamente consistente de fluxo eferente deve ser observado através destes variados contextos de estimulação.

Diversas pesquisas começaram a ser realizadas visando a comprovação destas hipóteses. Lang e colaboradores (1983), por exemplo, exploraram as relações entre as respostas comportamentais, fisiológicas e de relato verbal em algumas fobias. Compararam as reações psicofisiológicas de sujeitos com dois diferentes medos: fobia focal e ansiedade de performance social. Cada grupo foi exposto ao seu estímulo estressor primário e também ao estímulo estressor do outro grupo, isto é, um teste de exposição a cobras e uma performance de falar em público. Estes mesmos grupos foram também instruídos a imaginar ambos os tipos de situação ameaçadora tanto quanto cenas de controle. Os resultados indicaram uma resposta psicofisiológica diferente para os dois grupos nos dois diferentes contextos. Os sujeitos com fobia de cobras mostraram, claramente, maior estimulação (no relato verbal e na taxa de batimentos cardíacos) quando expostos a uma cobra viva do que os sujeitos socialmente ansiosos frente a mesma situação. Entretanto, os grupos se diferenciaram de forma menos clara na performance do discurso. Apesar dos relatos verbais de medo e excitação terem sido significativamente maiores nos sujeitos socialmente ansiosos, ambos os grupos mostraram um aumento similar na excitação fisiológica durante a performance do discurso. Em contraste com as respostas geradas durante a exposição ao estímulo ameaçador, nenhum grupo gerou uma reação fisiológica significativa a qualquer conteúdo de medo durante a avaliação da imaginação.

Em complemento a este primeiro experimento, um segundo foi realizado pelos mesmos pesquisadores (1983) buscando um exame mais completo da imaginação emocional com novas amostras das mesmas duas populações de medo. Um programa de pré-treinamento em imaginação, baseado no reforçamento do relato verbal de resposta somática na imagem, conduziu a uma significativa resposta de estimulação visceral durante a imaginação das cenas de medo. Além disso, os sujeitos com respostas treinadas mostraram um padrão de mudança da taxa cardíaca durante a imaginação análogo ao encontrado durante a exposição do primeiro experimento. Os sujeitos treinados também apresentaram maior concordância entre o relato e as medidas viscerais do que os sujeitos não treinados. Um procedimento controle de treinamento, baseado no reforçamento de

informações de estímulo, falhou em produzir qualquer destes efeitos no teste de imaginação.

Conforme a análise das conclusões destas duas pesquisas empreendida por seus autores (1983), o padrão e amplitude das respostas fisiológicas da emoção são, em grande extensão, determinados pelas características formais do contexto de estímulo no qual tais respostas são medidas e pela tarefa imposta para o contexto. Portanto, instruções para fazer um discurso na presença de um auditório estimula a reatividade cardiovascular que está inteiramente a serviço do comportamento motor e cognitivo necessário às demandas desta tarefa. Entretanto, além deste programa definido contextualmente e instrucionalmente, os sujeitos ameaçados podem trazer consigo seus próprios condicionamentos prévios e/ou expectativas específicas da situação de teste. De fato, a fisiologia dos sujeitos socialmente ansiosos estudados sugere um estado hiper-alerta, cuja fonte, segundo os autores, pode-se apenas especular (ex: expectativas de crítica e escárnio público).

A manifestação da fobia focal sofre influência semelhante do contexto de medida. A tarefa de observar uma cobra requer uma fisiologia de suporte apenas para o comportamento de prestar atenção silenciosamente. Portanto, a aparição de estimulação cardiovascular em sujeitos que se confessam amedrontados não pode ser entendida como uma demanda da tarefa. Entretanto, tal aceleração cardíaca é consistente tanto com a antecipação do comportamento motor quanto com as performance de uma ação manifesta. Quanto mais tempo o sujeito fóbico permanecer exposto à situação crescentemente ameaçadora, maiores serão o aumento da taxa cardíaca e a probabilidade de fuga. Segundo os autores destas pesquisas, este fato sugere a especulação de que a mudança da taxa cardíaca, observada neste contexto, é um sinal visceral de disposição de resposta específica: uma tendência perceptual-motora para a evitação.

Lang e colaboradores (1983) defendem que os dados obtidos nestes experimentos esclarecem os freqüentes fracassos de concordância entre classes de respostas, dificuldade encontrada no estudo do medo e outros estados afetivos. A expectativa de que os relatos da experiência emocional possam descrever um estado interno determinante e sejam concordantes com as outras respostas mais periféricas da emoção, tem se mostrado frustrada. Verificou-se nos experimentos, que o relato verbal do afeto pode ser completamente independente de outros comportamentos. Por exemplo, a estimulação subjetiva não está em relação estreita com a evitação. Além disso, indivíduos podem

relatar excitação na ausência de qualquer aumento na amplitude da resposta visceral, fato ocorrido nas tentativas de imaginação do primeiro experimento relatado e também com o grupo controle treinado com informação de estímulo durante o segundo experimento. Acontecem também ocasiões onde relatos de estimulação são algumas vezes concordantes com uma medida fisiológica e não com outra. As medidas específicas podem variar com o contexto e com a população dos sujeitos.

Para compreensão de tais dificuldades, os autores sugerem que a psicofisiologia da emoção pode ser melhor entendida se os dados forem organizados a partir da orientação da ação dos sujeitos, melhor do que a partir da experiência inter na inferida. Nesta perspectiva, estados afetivos podem ser entendidos primariamente como disposições à aproximação ou evitação, posturas de hiper-atenção ou rejeição frente ao meio, ou como desorganização de comportamentos induzida pela ativação coincidente de programas de resposta incompatíveis. Espera-se que a fisiologia da emoção seja concordante com estas disposições de resposta.

Antes de finalizar este breve resumo sobre a teoria Bio-informacional da imaginação emocional, é de interesse assinalar uma implicação terapêutica de importância que resulta da tese da imagem como protótipo cerebral do comportamental manifesto, uma predisposição perceptual-motora que controla o comportamento. Propõe-se, a partir desta perspectiva, que o processamento da imagem afetiva na terapia, através da alteração do programa motor embutido em sua estrutura cognitiva, medeia a mudança comportamental significativa. Em outras palavras, a mudança do comportamento afetivo depende da eliciação da estrutura cognitiva relevante para o comportamento em questão. Apesar de não representarem uma comprovação desta tese, existem evidências de que o sucesso terapêutico de técnicas de dessensibilização (que utilizam o processo de imaginação de cenas ameaçadoras) depende, em grande parte, da reatividade psicofisiológica resultante do ato de imaginar (Lang, Melamed e Hart, 1970). Tais trabalhos indicam que indivíduos que se beneficiam da dessensibilização por imaginação apresentam batimentos cardíacos mais rápidos durante cenas relatadas como produtoras de medo do que durante cenas ditas não ameaçadoras. Além disso, tais sujeitos apresentam uma redução sistemática da taxa cardíaca em consequência da produção repetida das cenas, que vão se tornando gradativamente associadas a menores sinais de ameaça. Wolpe (1978), conforme citado por Rachman (1980), também verificou que a dessensibilização por imaginação não é bem

sucedida em ajudar pacientes que não apresentam reações emocionais quando imaginam situações ameaçadoras. Segundo Lang (1977), a covariação entre o relato verbal e a atividade cardíaca não é encontrada naqueles que não melhoram com o tratamento. Conclui (Lang, 1979) que pacientes que não respondem a terapia por dessensibilização (em casos de tratamento de fobias, por exemplo) processam, apenas, as proposições de resposta verbal que ajudam a compor a estrutura da imagem. De outra forma, os pacientes que processam proposições de resposta motora e visceral mostram uma redução significativa do comportamento fóbico após a terapia. Justifica-se que tais sujeitos alteram sua tendência de resposta ao estímulo fóbico objetivo através da modificação da estrutura conceitual representada no cérebro, ou seja do protótipo do medo, sem que haja a necessidade de exposição real ao objeto ameaçador.

Lang (1979) ressalva que suas propostas representam apenas o começo do caminho a ser percorrido na busca do entendimento de como a imaginação funciona na modificação terapêutica dos estados afetivos. Acredita que o passo inicial desta tarefa está em se tornar possível a evocação confiável do programa conceitual que controla o comportamento emocional aversivo. Admite que ainda é incerto se o próximo passo refere-se à modificação estrutural dos atos comportamentais manifestos, dos padrões somático-viscerais da emoção ou da informação semântica relacionada, ou mesmo se todos os três elementos podem estar envolvidos, variando conforme o perfil de resposta e a história disposicional de cada indivíduo.

Podemos agora partir para a comparação entre o tipo de abordagem comportamental-cognitivista como o agora resumido e a abordagem tipicamente cognitivista, conforme exemplificada pelos trabalhos de Lazarus e colaboradores já esboçados na parte inicial desta monografia. Tal comparação não se pretende exaustiva. Na verdade, restringe-se a alguns poucos aspectos cuja discussão, ao nosso entender, levanta questões de extrema importância para a ciência em geral e para a psicoterapia em particular.

## **7 COMPARAÇÃO ENTRE A ABORDAGEM COMPORTAMENTAL-COGNITIVISTA DA EMOÇÃO E A ABORDAGEM TÍPICAMENTE COGNITIVISTA.**

Em tópico anterior (3.3), discutimos um programa de pesquisa empreendido na década de 60 por um grupo notável de pesquisadores cognitivistas (Lazarus, Averill, Opton, Folkman etc). O objetivo de tal esforço era estudar os mediadores cognitivos do estresse. Uma característica importante para nossa discussão foi o fato de que tais estudos estavam voltados para a investigação da avaliação cognitiva como processo mediador de reações afetivas normais em sujeitos normais. Os resultados demonstraram claramente a importância da avaliação cognitiva na mediação do estresse, sugerindo, além disso, formas cognitivas de enfrentamento (“*coping*”) que podem ser utilizadas, de forma intencional, para lidar com situações ameaçadoras. Esta conclusão se reveste de extrema importância, pois implica que, pelo menos nos processos afetivos normais, a atribuição de significado desempenha um papel ativo na mediação da reação emocional, num típico exemplo onde a informação de ordem superior prevalece sobre as informações derivadas das vísceras. A significação revela-se, neste caso, como um processo ativo, construído a medida que o homem interage com o meio em busca da melhor maneira de lidar com o mesmo.

Entretanto, as conclusões dos autores comportamentais-cognitivistas seguiram direção oposta. Sugeriram a fragilidade do apoio à experiência consciente no entendimento da emoção e exaltaram, ao contrário, a falta de concordância entre os relatos subjetivos e as respostas mais periféricas da emoção. Concluem que a psicofisiologia da emoção deve ser melhor entendida a partir da orientação da ação ao invés da experiência interna inferida. As disposições de resposta, sustentadas pela ação de um sistema fisiológico compatível, seriam dados primordiais no estudo da psicofisiologia da emoção. A abordagem proposta da emoção como estrutura informacional não dá lugar à consciência como instância ativa, doadora de significado. O significado se apresenta como um dado pré-determinado e estável, e não como um processo construtivo ativo e pré-determinante. O significado, que para um indivíduo se revela em determinado contexto, é apreendido passivamente como dado pré-determinado, em uma estrutura de significação estereotipada que se ativa de forma automática conforme condições adequadas.

A conclusão oriunda de uma análise superficial sobre os diferentes aspectos em que a significação se revela, conforme a abordagem utilizada, tenderia para a identificação de posturas teóricas antagônicas que inviabilizariam qualquer tentativa de aproximação entre as mesmas. Entretanto, tal conclusão torna-se prematura quando se considera os diferentes contextos em que a emoção foi estudada. As investigações comportamentais-cognitivas desenvolveram-se sobre o comportamento emocional patológico típico das Fobias e Obsessões-Compulsões. De outro modo, os estudos de origem cognitivista envolveram o comportamento emocional normal em sujeitos normais. Essa diferença é fundamental e pode-se dizer que é a partir de sua discussão que começa a se esboçar o problema central desta tese.

Sabemos que o comportamento emocional patológico característico das Fobias e Obsessões-Compulsões é tipicamente estereotipado revelando evidente rigidez perceptiva. Nada mais compreensível que a conclusão sobre tais investigações sugira uma forma passiva de apreensão de significado, que caracterize uma reação de ameaça automática e estereotipada. O comportamento emocional normal estudado pela linha cognitivista se reveste de feições totalmente distintas. Os sujeitos são instruídos para modificarem a forma de avaliar os contextos situacionais, em direções definidas, de forma a alterar suas reações emocionais, caracterizando assim um processo construtivo e intencional. Neste caso, o modelo utilizado não poderia ser outro que não identificasse o processo de atribuição de significado como ativo, construtivo e de ampla flexibilidade.

Assim, surge uma questão fundamental: o que torna possível o controle sobre a construção do significado no caso do comportamento normal, e o que impede ou limita este controle, no caso do comportamento patológico e automático ?

Antes de prosseguirmos nesta questão, convém esclarecer um pouco mais o conceito de significado para facilitar a distinção de modelos teóricos.

## **8 UMA DISCUSSÃO SOBRE A NOÇÃO DE SIGNIFICADO E SUA RELAÇÃO COM O SÍMBOLO E COM O PENSAMENTO**

Este tópico não tem como objetivo cobrir as diversas abordagens sobre o tema. Refletiremos apenas sobre alguns aspectos da questão do significado que consideramos de maior relevância para o problema proposto. O estudo sobre as diferentes teorias do significado (teoria denotativa, teorias mentalistas, teoria da verificação, teoria do uso, teoria da substituição, teoria do “*set*” ou disposição, teorias cognitivas etc) deve ser buscado em outras fontes mais específicas.

Ogden e Richards (1976), na discussão sobre a noção de significado, observam que sua investigação adequada exige a construção de uma teoria que relacione palavras com coisas através das idéias. Com isso, os autores pretendem advertir que a relação direta dos símbolos é com o pensamento e não com a coisa. Assinalam a confusão freqüente em se dizer que os símbolos registram acontecimentos e comunicam fatos. As palavras nada significam por si mesmas. Somente quando um pensamento as utiliza é que elas passam a representar alguma coisa, ou ter significado. Elas são instrumentos para o pensamento. O pensamento apreende seu objeto em maior ou menor grau e a concomitante simbolização deste objeto (imagens de toda espécie, palavras, frases inteiras ou fragmentadas etc) não está em ligação estreitamente observável com a variação na perfeição da referência. O símbolo significante nada mais é que um sinal que refere-se a alguma coisa (referente) e é interpretado por alguém. Um sinal interpretado corretamente ou erradamente é algo que foi não só experimentado mas também compreendido como referente a alguma outra coisa. Desta forma, tudo que pode ser experimentado nos sentidos pode também ser um sinal. A interpretação (ou o que acontece na mente de quem interpreta) é distinta tanto do sinal como daquilo que o sinal representa.

É interessante notar, a partir dos argumentos de Ogden e Richards, que a apreensão do significado está diretamente relacionada com o poder do pensamento ou da mente em utilizar símbolos para representar os referentes. A mente utiliza tais símbolos para se organizar e refletir o meio. Assim, podemos concluir que os símbolos, somente, nada significariam se não houvesse uma mente (ou uma referência, na terminologia utilizada por Ogden e Richards) que os empregasse para representar seus referentes. Neste ponto,

consideramos oportuno discutir algumas observações que Searle (1987) realiza em interessante trabalho que aborda, entre outras coisas, a questão da intencionalidade, como característica peculiar do estado mental, e sua relação com o significado.

Assim como Ogden e Richards, Searle também desvincula o símbolo do significado e atribui ao estado mental (ou ao pensamento) o papel de fazer com que os símbolos venham a ter um significado, ou seja, venham a se referir a alguma coisa ou estado de coisas no mundo. Searle desenvolve a tese de que nossos estados mentais se caracterizam, entre outras coisas, pela “*intencionalidade*”, ou seja, pelo fato de serem acerca de, ou se referirem a, alguma coisa ou estado de coisas no mundo diferentes deles mesmos. A propriedade da “*intencionalidade*” implica, segundo Searle, que um certo conteúdo mental dirija nossos pensamentos, crenças e desejos (ou outros estados mentais) para as coisas ou estados de coisas a que eles se referem. Os símbolos, por si só, não têm significado, não têm conteúdo semântico e não são acerca de qualquer coisa. Os símbolos são especificados unicamente em termos de sua estrutura formal ou sintática. De forma diversa, o estado mental tem um conteúdo mental, além de quaisquer estruturas formais que venha também possuir. Searle observa que mesmo admitindo o pensamento como ocorrendo em séries de símbolos, deve haver algo mais no pensamento do que tais séries abstratas, pois estas, por si só, não têm qualquer significado. O pensamento, para ser a propósito de algo, exige que tais séries devam ter um significado. “*A mente tem mais do que uma sintaxe, possui também uma semântica*” (Searle, 1984:39). Para Searle, os conteúdos semânticos existentes no pensar são aquilo que nós indicamos por “*significado*”.

A partir dos esclarecimentos que buscamos em Ogden e Richards, por um lado, e Searle, por outro, podemos empreender uma análise mais minuciosa sobre as implicações decorrentes dos dois modelos discutidos, com vistas a aprofundar a questão da possibilidade do processo de significação ser ativo e dirigido pelo sujeito, ou passivo e automático.

## **9 O SIGNIFICADO DENTRO DA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL-COGNITIVISTA**

Verificamos que o modelo comportamental-cognitivista baseia-se na posição de que o comportamento e a emoção podem ser melhor entendidos a partir de uma perspectiva que, em adição às associações formadas, revele os aspectos de significação dos eventos associados, permitindo a convivência pacífica entre os eventos mentais e os eventos corporais. Defende, assim, uma concepção da imagem cerebral como uma estrutura informacional, controladora de padrões somato-viscerais específicos constituindo um protótipo da expressão comportamental manifesta. Em tal estrutura, o estímulo, a resposta e o significado assumem a forma de representações. O tipo de representação defendido foi o proposto por Pylyshyn (1973): a representação proposicional.

Na estrutura informacional da imagem mental, a informação semântica não assume posição de relevo em relação às informações de resposta ou de estímulo. Os eventos mentais e os eventos corporais são reduzidos ao conceito de informação, representada de forma singular, uniforme e abstrata: a proposição. Os estados cerebrais são vistos como capazes de incorporar representações ou códigos na forma de proposições, entendidas como relações lógicas entre conceitos e passíveis de se organizar em estruturas. A representação proposicional, como já visto, não se limitaria ao conhecimento semântico, podendo também representar informação perceptual, operações de processamento perceptual, padrões de atividade efetora, etc. A atividade eferente pode estar representada em associação paralela às informações semânticas.

Neste ponto, aprofundaremos um pouco mais o conceito de proposição, buscando alguns esclarecimentos na Lógica Formal, de onde deriva, formando a base para a posterior discussão da noção de representação proposicional, conforme utilizada por Pylyshyn e pelos teóricos comportamental-cognitivistas.

## **10 O CONCEITO DE PROPOSIÇÃO DENTRO DA LÓGICA FORMAL**

A discussão deste tópico baseia-se nas noções apresentadas por Allwood, Anderson e Dahl (1977) e não tem como objetivo o aprofundamento do tema. Pretendemos, apenas, introduzir alguns conceitos mais elementares com o fim de esboçar uma estrutura de entendimento, que ajude a esclarecer o tipo de relação que o conceito de proposição possa ter com a noção de significado.

Na discussão sobre a noção de proposição, Allwood, Anderson e Dahl (1977) assinalam a distinção entre os conceitos de sentença e proposição. A Lógica preocupa-se com inferências, ou seja, com a maneira pela qual alguém passa das premissas às conclusões. Tais premissas e conclusões relacionam-se com as sentenças num sentido em que estas representam mais do que uma sequência de sons ou sinais. A Lógica preocupa-se com o que uma sentença diz a respeito do mundo e é justamente esta característica que ajuda a esclarecer o que vem a ser proposição. Proposição é um termo que designa o que uma sentença, em determinada ocasião, diz acerca do mundo. Uma mesma sentença pode expressar diferentes proposições em diferentes ocasiões, assim como diferentes sentenças podem expressar uma mesma proposição. Os autores advertem que este termo também é usado de muitas outras formas em Linguística e Lógica. Consideramos, contudo, que a perspectiva utilizada pelos autores é suficientemente esclarecedora para os objetivos a que nos propomos.

Na interpretação formal do conceito de proposição é necessário a introdução da noção de “mundo possível”. Tal noção exprime-se pela concepção de que o mundo poderia ter sido de forma diferente da que realmente é e do que aconteceria neste caso. Assim, para toda proposição podemos encontrar um conjunto de mundos possíveis no qual a proposição é verdadeira. Os autores assinalam que uma proposição poderia ser entendida como um princípio para o sorteio de mundos em duas categorias: aquela onde a proposição é verdadeira e aquela onde ela é falsa. Citam, além disso, uma parábola para esclarecer a idéia:

“Pense na proposição como uma condição que é imposta sobre mundos possíveis. Imagine um ser sobrenatural tendo todos os mundos possíveis em uma grande sacola, tomando-os então um a um e classificando-os de acordo com estarem ou não em conformidade com a condição (isto é, se a proposição é verdadeira ou não naquele mundo)

ou, mais precisamente, colocando uma estampa de ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ sobre eles... ” (Allwood, Anderson e Dahl, 1977:23)

Podemos diferenciar, no estudo do cálculo proposicional, uma sintaxe e uma semântica. A sintaxe diz respeito às “regras de formação”, ou seja, regras que estabelecem as combinações permissíveis entre as unidades mais simples (símbolos) do vocabulário utilizado. A sintaxe não se preocupa com a forma como as sentenças, construídas a partir da aplicação das regras de formação ao vocabulário, devem ser interpretadas. Esta é a função da semântica.

“Uma linguagem formal é um conjunto de expressões tal, que está relacionado a um vocabulário do qual as expressões são construídas de acordo com as regras da sintaxe e interpretadas pela semântica.” (Allwood, Anderson e Dahl, 1977:45)

Na sintaxe considera-se os símbolos como vazios ou sem significado. A semântica diz respeito ao estudo de como as expressões que são permitidas pela sintaxe estão relacionadas com aquilo a que tais expressões se referem. É a partir da semântica que podemos chegar ao que se entende por significado de uma sentença. Tal significado implica o conhecimento de como o mundo tem que ser para que a sentença seja verdadeira. Para tal, é necessário que se saiba como os termos da linguagem estão relacionados com o mundo. A noção de interpretação, dentro da Lógica, refere-se a maneira pela qual a linguagem se relaciona com o mundo (ou possível mundo) através do fornecimento das “extensões” das expressões da linguagem (objetos do mundo que são designados pelas expressões). Se temos uma linguagem e decidimos como cada expressão está relacionada com o mundo, dizemos que temos uma interpretação desta linguagem. Se uma sentença é verdadeira em uma certa interpretação, podemos dizer que tal interpretação é o “modelo” da sentença.

A partir de tais esclarecimentos, podemos concluir que o significado de qualquer coisa que simbolize uma proposição só pode ser concebido a partir da interpretação que relaciona esta “representação proposicional” com o mundo (ou “mundo possível”), fornecendo o objeto (sua “extensão”) a que ela se refere. Analisando a parábola apresentada, podemos supor que a função da interpretação é realizada pelo “ser sobrenatural” que decide quais características o mundo deve possuir para que esteja relacionado com a proposição de forma correta. Tal ser forneceria o modelo da proposição,

ou seja, a interpretação pela qual se decide como deve ser o mundo para que a proposição seja verdadeira.

Partiremos agora para uma discussão do modelo informacional tendo em vista o que foi visto sobre a questão do significado e sua relação com o comportamento.

## **11 A ESTRUTURA PROPOSICIONAL E SUA RELAÇÃO COM O SIGNIFICADO E COM O COMPORTAMENTO.**

A concepção de uma estrutura informacional na forma pretendida pelos autores comportamentais-cognitivistas coloca alguns problemas cuja discussão parece ser bastante promissora.

A tese é de que a imagem cerebral deve ser entendida como uma estrutura informacional que age como determinante da expressão comportamental. Tal estrutura se realiza a partir da capacidade dos estados cerebrais incorporarem representações ou códigos, na forma de proposições. As representações conduzem informação de estímulo (proposições acerca de estímulos externos e do contexto em que ocorrem), informação de resposta (proposições que definem ações manifestas e respostas viscerais de suporte para todo o contexto de atividade no qual se insere o indivíduo), e informação relacional de significado (proposições que elaboram relações mediadoras entre informação de “input” e “output”). É interessante observar que, na estrutura proposta a informação pode ser codificada tanto como informação semântica quanto como programa motor (proposições de resposta).

A utilização da proposição para exprimir informação semântica e para controlar a atividade do organismo deixa lacunas em aberto. Os esclarecimentos que buscamos na Lógica e na discussão sobre a noção de significado tornam-se agora de grande valor. Para que determinado código possa assumir o caráter de proposição, é necessário que ele se refira a alguma coisa no mundo, diferente dele mesmo. Verificamos a partir de Allwood, Anderson e Dahl (1977), que “proposição” é um termo que designa o que uma sentença, entendida como um conjunto de sinais, diz a respeito do mundo. Para tal é necessário que uma interpretação relacione este conjunto de sinais com os objetos a que eles se referem no mundo, ou possível mundo. Só assim estes sinais adquirem significado. Não está claro, contudo, como que tal função interpretativa se realizaria no modelo informacional proposto, já que, enquanto inexistir tal interpretação, os supostos códigos cerebrais nada representam e nada significam. Ainda em conformidade com esta posição, observamos, com Ogden e Richards (1976), que a relação direta do símbolo é com o pensamento e não com o seu referente. O símbolo significante nada mais é que um sinal que refere-se a alguma coisa (referente) e é interpretado por alguém. Os símbolos nada significariam se

não houvesse uma referência que os empregasse para representar seus referentes. A apreensão do significado implica na existência de algo, seja uma referência, um pensamento, ou uma mente, que realize a função de relacionar o símbolo com seu referente. Também em Searle (1987) verifica-se que o conceito de significado diz respeito aos conteúdos semânticos existentes no pensar. Defende a tese de que tais conteúdos semânticos só podem ser alcançados na medida que resultam do próprio funcionamento da mente. A “*intencionalidade*”, propriedade característica dos estados mentais, resulta do poder que a mente possui em fazer com que um certo conteúdo mental dirija nossos pensamentos, desejos e crenças (e outros estados mentais) para as coisas ou estados de coisas a que eles se referem.

## **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Das observações até agora realizadas destacamos inicialmente dois posicionamentos básicos. Em primeiro lugar, as pesquisas cognitivistas demonstram a possibilidade de controle consciente do processo de atribuição de significado com conseqüências diretas sobre a reação emocional normal que, desta forma, pode ser pelo menos parcialmente manipulada conscientemente pelo indivíduo. Sugere-se a existência de estratégias cognitivas eficazes usadas de forma consciente com o objetivo de melhor lidar com o estresse emocional (admite-se também o processamento inconsciente de tais estratégias). Tal concepção parte da premissa básica de que a emoção implica necessariamente a existência de um processo de avaliação responsável pela atribuição de significados. Nas pesquisas cognitivistas, o controle exercido pelos sujeitos sobre suas avaliações durante as situações ameaçadoras construídas experimentalmente, representa uma forte evidência da dominância das informações dos níveis superiores da atividade mental sobre as informações derivadas das vísceras.

O segundo posicionamento surge de um contexto que envolve basicamente pesquisas sobre processos emocionais patológicos. Os trabalhos da linha comportamental-cognitivista agora em questão revelam conclusões que aparentemente contradizem os achados cognitivistas. Numa análise mais cuidadosa, porém, tais pesquisas podem oferecer valiosa contribuição, junto ao cognitivismo, para a compreensão do fenômeno emocional, normal e patológico. Sugerem uma concepção do comportamento emocional que também lança mão de uma noção de significado como condição necessária para a compreensão da emoção. No entanto, em contraste com as pesquisas cognitivistas, os fatores que se relacionam aos aspectos de significação das situações ameaçadoras não são dominantes em relação aos demais fatores também envolvidos no processo emocional. Além disso, o significado ameaçador de uma situação geradora de emoção se apresenta, pelo menos nos comportamentos emocionais patológicos estudados, como um dado pré-determinado, pertencente a uma estrutura informacional representada no cérebro, possível de ser ativada, de forma automática e independente da vontade do indivíduo, a partir do preenchimento de determinadas condições situacionais. Nesta estrutura, as informações semânticas convivem lado a lado com informações supostamente de outra natureza, já que dizem respeito ou aos estímulos externos que estão em interação com o organismo, ou às respostas fisiológicas que se manifestam nesta interação. As informações de significado funcionam como elos

relacionais entre as informações de estímulo e de resposta. As diferenças de natureza destas informações dizem respeito à sua origem (ambiental somática e visceral, ou de processos nervosos centrais) e não exprimem quaisquer diferenças hierárquicas ou de dominância. O modelo subjacente é o do computador. A estrutura afetiva se torna acessível e é processada como um programa, quando um número suficiente de suas proposições são evocadas por “input” interno ou externo. Tal processamento sempre envolve um fluxo nervoso eferente mensurável.

No aprofundamento destas perspectivas, verificamos o surgimento de questões que se revestem de importância fundamental para a evolução de nosso conhecimento a respeito dos processos emocionais em particular, e da conduta humana em geral. A questão principal que destacamos diz respeito ao uso da noção de significado e suas implicações. Permanece um mal estar seja qual for a perspectiva tomada, entendendo o significado como resultado de um processo avaliativo ou como um dado informacional representado no cérebro na forma de proposições, que diz respeito à ausência de esclarecimentos sobre o processo de referência que necessariamente se impõe na atribuição de significado. Discutimos anteriormente que para a informação, não importa como se a represente, adquirir a condição de significar algo, é necessária a existência de alguma coisa que cumpra a função de relacionar aquilo em que a informação se faz representar com a extensão do mundo que pretende significar, ou referir. Os teóricos cognitivistas não se preocuparam muito com esclarecer esta questão, permanecendo pouco comprometidos com ela. Na linha comportamental-cognitivista estudada, verificamos que a pretensão de construir um modelo teórico determinista e poderoso, que fosse aplicável aos processos cognitivos superiores e não apenas aos comportamentos elementares de limitada complexidade, gerou postulações cujas implicações comprometem seriamente sua validade. A tese de uma estrutura informacional, com informações de estímulo e resposta, por um lado, e informações semânticas, por outro, todas representadas de forma proposicional, esbarra na questão de que as supostas representações, pelas quais o processo de significação adquire o caráter material, nada podem representar se não existir algo (um estado mental, segundo Searle) que cumpra o papel de fazer com que tais representações se refiram a alguma coisa ou estados de coisas no mundo. O mero recurso ao modelo do computador, pretendendo uma analogia entre a causalidade mecânica, inerente à relação entre os componentes da máquina e as operações lógicas de um programa, e a causalidade

fisiológica, inerente à relação entre o organismo humano e o sistema de operações cognitivas, nada esclarece quanto ao problema da referência, já que os resultados que a máquina produz, em obediência à lógica de seus programas, nada significam para ela própria, mas apenas para o indivíduo que dela faz uso e que julga a verdade e a falsidade das proposições, suas conexões e implicações. Em outras palavras, diríamos que é necessária uma consciência que cumpra com esta função de julgamento.

Assumindo a posição de que o processo referencial é condição fundamental para que se possa recorrer às noções de proposição, representação ou significado, consideramos que a busca de seu entendimento é um passo essencial para o estudo das condições de controle do indivíduo sobre o processo de atribuição de significado no comportamento emocional. Tal empreendimento não pertence aos objetivos deste estudo, que pretendeu apenas realizar uma análise crítica a partir de perspectivas teóricas distintas do comportamento emocional.

### 13 BIBLIOGRAFIA

- ALLWOOD, J.; ANDERSON, Lars Gunnar; DAHL, O. **Logic in Linguistics**. Cambridge, London, New York, Melbourne. Cambridge University Press, 1977.
- AVERILL, James R.; OPTON Jr, E. M.; LAZARUS, R. S. Cross-Cultural studies of psychophysiological responses during stress and emotion. **International Journal of Psychology**. 4(2): 83-102, 1969.
- BANDLER Jr, R. J.; MADARAS, G. R.; BEM, D. J. Self-observation as a source of pain perception. **Journal of Personality and Social Psychology**. 9(3): 205-209, 1968.
- BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. **Psychological Review**. 84(2): 191-215, 1977.
- BECK, Aaron T. et alii. *Terapia Cognitiva da Depressão*. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.
- BOLLES, Robert C. Cognition and Motivation: Some Historical Trends. *In*: B. Weiner, **Cognitive Views of Human Motivation**. Edited by Bernard Weiner. New York, San Francisco, London. Academic Press, INC, 1974.
- FIGUEIREDO, L. C. M. e COUTINHO, A. R. Bases Filosóficas e Teóricas da Terapia Comportamental. *In*: Lettner, H. W. e Rangé, B. P., **Manual de Psicoterapia Comportamental**. São Paulo. Editora Manole Ltda, 1988.
- FOLKINS, C. H. Temporal factors and the cognitive mediators of stress reaction. **Journal of Personality and Social Psychology**. 14: 173-184, 1970.
- FOLKMAN, S.; SHAEFER, C.; LAZARUS, R. Cognitive processes as mediators of stress and coping. *In*: V. Hamilton & D. M. Warburton, **Human Stress and Cognition**. An Information Processing Approach. New York. John Wiley & Sons, 1979.
- KIERAS, D. Beyond Pictures and Words: Alternative Informational-Processing Models for Imagery Effects in Verbal Memory. **Psychological Bulletin**. 85(3): 532-554, 1978.
- LANG, P. J. The application of psychophysiological methods to the study of psychotherapy and behavior modification. *In*: A. E. Bergin & S. L. Garfield (Eds), **Handbook of Psychotherapy and Behavior Change**. New York. Wiley, 1971.
- LANG, P. J. Imagery in Therapy: An Information Processing Analysis of Fear. **Behavior Therapy**. 8: 862-886, 1977.

- LANG, P. J. Anxiety: Toward a psychophysiological definition. *In*: H. S. Akiskal & W. L. Webb (Eds). **Psychiatric Diagnosis: Exploration of Biological Predictors**. New York. Spectrum. 365-389, 1978.
- LANG, P. J. A Bio-Informational Theory of Emotional Imagery. **Psychophysiology**. 16(6): 495-512, 1979.
- LANG, P. J.; MELAMED, B. G.; HART, J. A psychophysiological analysis of fear modification using an automated desensitization procedure. **Journal of Abnormal Psychology**. 76(2): 220-234, 1970.
- LANG, P. J.; LEVIN, D. N.; MILLER, G. A.; KOSAK, M. J. Fear Behavior, Fear Imagery, and the Psychophysiology of Emotion: The Problem of Affective Response Integration. **Journal of Abnormal Psychology**. 92: 276-306, 1983.
- LAZARUS, R. S. Cognitive and coping processes in emotion. *In*: B. Weiner, **Cognitive Views of Human Motivation**. New York. Academic Press, 1974.
- LAZARUS, R. S. Thoughts on the relations between emotion and cognition. **American Psychologist**. 37(9): 1019-1024, 1982.
- LAZARUS, R. S. & ALFERT, E. Short-circuiting of threat by experimentally altering cognitive appraisal. **Journal of Abnormal and Social Psychology**. 69: 195-205, 1964.
- LAZARUS, R. S.; AVERILL, J. R.; & OPTON, E. M., Jr. Toward a cognitive theory of emotions. *In*: M. Arnold, **Feelings and Emotions**. 207-232. New York. Academic Press, 1970.
- LAZARUS, R. S. & FOLKMAN, S. Reply to Cohen. **American Psychologist**. June: 718-719, 1986.
- LAZARUS, R. S. and FOLKMAN, S. Reply to Deutsch and Green. **American Psychologist**. June: 715-716, 1986.
- LAZARUS, R. S.; SPEISMAN, J. C.; MORDKOFF, A. M.; DAVISON, L. A. A laboratory study of psychological stress produced by a motion picture film. **Psychological Monographs**. 76(34), 1962.
- MAHONEY, M. J. Reflections on the Cognitive-Learning Trend in Psychotherapy. **American Psychologist**. Jan: 5-13, 1977.
- MAHONEY, M. J. Behaviorism, Cognitivism, and Human Change Processes. *In*: M. A. Reda and M. J. Mahoney (Eds), **Cognitive Psychotherapies: Recent**

- Developments in Theory, Research, and Practice.** Cambridge, Massachusetts. Ballinger Publishing Company, 3-30, 1984.
- MEYER, V. & REICH, B. Anxiety Management – The marriage of Physiological and Cognitive Variables. **Behavior Research and Therapy**. 16: 177-182, 1978.
- MEICHENBAUM, D. **Cognitive-Behavior Modification: An Integrative Approach.** New York. Plenum Press, 1977.
- NEISSER, U. **Cognitive Psychology.** New Jersey. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, 1967.
- OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. **O Significado de Significado. Um Estudo da Influência da Linguagem sobre o Pensamento e sobre a Ciência do Simbolismo.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.
- PENNA, A. G. **Cognitivismo, consciência e comportamento político.** São Paulo. Ed. Vértice, 1986.
- PENNA, A. G. **Introdução à psicologia cognitiva.** São Paulo. EPU, 1984.
- POPPER, Sir K. R. **A sociedade aberta e seus inimigos.** 1º Volume: O Fascínio de Platão. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo. Editora Itatiaia Ltda, Belo Horizonte, 1974.
- PYLYSHYN, Z. W. What the mind's eye tells the mind's brain: a critique of mental imagery. **Psychological Bulletin**. 80(1): 1-24, 1973.
- PYLYSHYN, Z. W. **Computation and Cognition: Toward a Foundation for Cognitive Science.** Cambridge, Massachusetts. A Bradford Book, The MIT Press, 1986.
- RACHMAN, S. Emotional Processing. **Behavior Research and Therapy**. 18: 51-60, 1980.
- ROUANET, S. P. **A razão cativa. As ilusões da consciência: de Platão a Freud.** São Paulo. Editora Brasiliense S. A., 1987.
- SCHACHTER, S. & SINGER, J. Cognitive social and Physiological determinants of emotional state. **Psychological Review**. 69: 379-399, 1962.
- SEARLE, J. **Mente, Cérebro e Ciência.** Lisboa, Portugal. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Edições 70, 1984.
- SPEISMAN, J. C.; LAZARUS, R. S.; MORDKOFF, A.; DAVISON, L. Experimental reduction of stress based on Ego-defense theory. **Journal of Abnormal and Social Psychology**. 68: 367-380, 1964.

- WEINSTEIN, J.; AVERILL, J. R.; OPTON Jr, E. M.; LAZARUS, R. S. Defensive style and discrepancy between self-report and physiological indexes of stress. **Journal of Personality and Social Psychology**. 10: 406-413, 1968.
- WOLPE, J. **The Practice of Behavior Therapy**. 3ª Edição. New York, Oxford, Toronto, Sydney, Paris, Frankfurt. Pergamon Press, 1985.

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:**

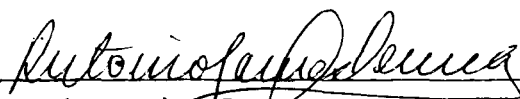
"EMOÇÃO E COGNIÇÃO: QUESTÕES A PARTIR DE DUAS PERSPECTIVAS".

**MESTRANDO:**

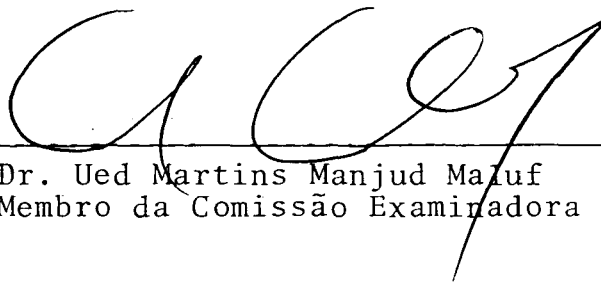
MAURÍCIO CANTON BASTOS

Dissertação submetida ao CORPO DOCENTE da Coordenação de  
pós-Graduação em Psicologia da Fundação Getulio Vargas como parte  
dos requisitos necessários à obtenção do grau de MESTRE EM PSICO-  
LOGIA.

Aprovado por:



Dr. Antonio Gomes Penna  
Prof. Orientador  
Membro da Comissão Examinadora



Dr. Ued Martins Manjud Mauf  
Membro da Comissão Examinadora



Dra. Maria Lucia Seidl de Moura  
Membro da Comissão Examinadora

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1991